



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

HELLEN LIMA BURIOLLA

**ENTREVISTAS INICIAIS COM FAMÍLIAS ENCAMINHADAS  
PELO JUDICIÁRIO:  
ILUSTRAÇÕES CLÍNICAS**

---

Londrina  
2020

HELLEN LIMA BURIOLLA

**ENTREVISTAS INICIAIS COM FAMÍLIAS ENCAMINHADAS  
PELO JUDICIÁRIO:  
ILUSTRAÇÕES CLÍNICAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Estadual de Londrina em nível de Mestrado, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia, na Linha 1.

Orientadora: Profa. Dra. Maíra Bonafé Sei

Londrina  
2020

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

B958 Buriolla, Hellen Lima.  
Entrevistas iniciais com família encaminhadas pelo judiciário : Ilustrações clínicas / Hellen Lima Buriolla. - Londrina, 2020.  
115 f. : il.

Orientador: Máira Bonafé Sei.  
Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Ciências Biológicas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, 2020.  
Inclui bibliografia.

1. Psicoterapia Familiar - Tese. 2. Psicanálise - Tese. 3. Sistema Judiciário - Tese. 4. Psicologia - Tese. I. Sei, Máira Bonafé . II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Ciências Biológicas. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. III. Título.

CDU 159.9

HELLEN LIMA BURIOLLA

**ENTREVISTAS INICIAIS COM FAMÍLIAS ENCAMINHADAS PELO  
JUDICIÁRIO:  
ILUSTRAÇÕES CLÍNICAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Estadual de Londrina em nível de Mestrado, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia, na Linha 1.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientadora: Profa. Dra. Máira Bonafé Sei  
Universidade Estadual de Londrina – UEL

---

Prof. Dra. Eneida Silveira Santiago  
Universidade Estadual de Londrina – UEL

---

Prof. Dr. Rebeca Nonato Machado  
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro –  
PUC Rio

Londrina, 27 de fevereiro de 2020.

## A mesa

E não gostavas de festa. . .  
Ó velho, que festa grande  
hoje te faria a gente.  
E teus filhos que não bebem  
e o que gosta de beber,  
em torno da mesa larga,  
largavam as tristes dietas,  
esqueciam seus fricotes,  
e tudo era farra honesta  
acabando em confiança.  
Ai, velho, ouvirias coisas  
de arrepiar teus noventa.  
E daí, não te assustávamos,  
porque, com riso na boca,  
e a nédia galinha, o vinho  
português de boa pinta,  
e mais o que alguém faria  
de mil coisas naturais  
e fartamente poria  
em mil terrinas da China,  
já logo te insinuávamos  
que era tudo brincadeira.  
Pois sim. Teu olho cansado,  
mas afeito a ler no campo  
uma lonjura de léguas,  
e na lonjura uma rês  
perdida no azul azul,  
entrava-nos alma adentro  
e via essa lama podre  
e com pesar nos fitava  
e com ira amaldiçoava  
e com doçura perdoava  
(perdoar é rito de pais,  
quando não seja de amantes).  
E, pois, tudo nos perdoando,  
por dentro te regalavas  
de ter filhos assim. . . Puxa,  
grandessíssimos safados,  
me saíram bem melhor  
que as encomendas. De resto,  
filho de peixe. . . Calavas,  
com agudo sobrecenho  
interrogavas em ti  
uma lembrança saudosa  
e não de todo remota  
e rindo por dentro e vendo  
que lançaras uma ponte  
dos passos loucos do avô

à incontinência dos netos,  
sabendo que toda carne  
aspira à degradação,  
mas numa via de fogo  
e sob um arco sexual,  
tossias. Hem, hem, meninos,  
não sejam bobos. Meninos?  
Uns marmanjos cinqüentões,  
calvos, vividos, usados,  
mas resguardando no peito  
essa alvura de garoto,  
essa fuga para o mato,  
essa gula defendida  
e o desejo muito simples  
de pedir à mãe que cosa,  
mais do que nossa camisa,  
nossa alma frouxa, rasgada. . .  
Ai, grande jantar mineiro  
que seria esse. . . Comíamos,  
e comer abria fome,  
e comida era pretexto.  
E nem mesmo precisávamos  
ter apetite, que as coisas  
deixavam-se espostejar,  
e amanhã é que eram elas.  
Nunca desdenhe o tutu.  
Vá lá mais um torresminho.  
E quanto ao peru? Farofa  
há de ser acompanhada  
de uma boa cachacinha,  
não desfazendo em cerveja,  
essa grande camarada.  
Ind'outro dia. . . Comer  
guarda tamanha importância  
que só o prato revele  
o melhor, o mais humano  
dos seres em sua treva?  
Beber é pois tão sagrado  
que só bebido meu mano  
me desata seu queixume,  
abrindo-me sua palma?  
Sorver, papar: que comida  
mais cheirosa, mais profunda  
no seu tronco luso-árabe,  
que a todos nos une em um  
tal centímano glutão,  
parlapatão e bonzão!  
E nem falta a irmã que foi  
mais cedo que os outros e era  
rosa de nome e nascera

em dia tal como o de hoje  
para enfeitar tua data.  
Seu nome sabe a camélia,  
e sendo uma rosa-amélia,  
flor muito mais delicada  
que qualquer das rosas-rosa,  
viveu bem mais do que o nome,  
porém no íntimo claustrava  
a rosa esparsa. A teu lado,  
vê: recobrou-se-lhe o viço.  
Aqui sentou-se o mais velho.  
Tipo do manso, do sonso,  
não servia para padre,  
amava casos bandalhos;  
depois o tempo fez dele  
o que faz de qualquer um;  
e à medida que envelhece,  
vai estranhamente sendo  
retrato teu sem ser tu,  
de sorte que se o diviso  
de repente, sem anúncio,  
és tu que me reapareces  
noutro velho de sessenta.  
Este outro aqui é doutor,  
o bacharel da família,  
mas suas letras mais doudas  
são as escritas no sangue,  
ou sobre a casca das árvores.  
Sabe o nome da florzinha  
e não esquece o da fruta  
mais rara que se prepara  
num casamento genético,  
Mora nele a nostalgia,  
cidadino, do ar agreste,  
e, camponês, do letrado.  
Então vira patriarca.  
Mais adiante vês aquele  
que de ti herdou a dura  
vontade, o duro estoicismo.  
Mas, não quis te repetir.  
Achou não valer a pena  
reproduzir sobre a terra  
o que a terra engolirá.  
Amou. E ama. E amará.  
Só não quer que seu amor  
seja uma prisão de dois,  
um contrato, entre bocejos  
e quatro pés de chinelo.  
Feroz a um breve contato,  
à segunda vista, seco,

à terceira vista, lhano,  
dir-se-ia que ele tem medo  
de ser, fatalmente, humano.  
Dir-se-ia que ele tem raiva,  
mas que mel transcende a raiva,  
e que sábios, arditos  
recursos de se enganar  
quanto a si mesmo: exercita  
uma força que não sabe  
chamar-se, apenas, bondade.  
Esta calou-se. Não quis  
manter com palavras novas  
o colóquio subterrâneo  
que num sussurro percorre  
a gente mais desatada.  
Calou-se, não te aborreças,  
Se tanto assim a querias,  
algo nela ainda te quer,  
à maneira atravessada  
que é própria de nosso jeito.  
(Não ser feliz tudo explica.)  
Bem sei como são penosos  
esses lances de família,  
e discutir neste instante  
seria matar a festa,  
matando-te — não se morreu  
ma só vez, nem de vez.  
Restam sempre muitas vidas  
para serem consumidas  
na razão dos desencontros  
de nosso sangue nos corpos  
por onde vai dividido.  
Ficam sempre muitas mortes  
para serem longamente  
reencarnadas noutra morte.  
Mas estamos todos vivos.  
E mais que vivos, alegres.  
Estamos todos como éramos  
antes de ser, e ninguém  
dirá que ficou faltando  
algum dos teus. Por exemplo:  
ali ao canto da mesa,  
não por humilde,  
talvez por ser o rei dos vaidosos  
e se pelar por incômodas  
posições de tipo *gauche*,  
ali me vês tu. Que tal?  
Fica tranqüilo: trabalho.  
Afinal, a boa vida  
ficou apenas: a vida

(e nem era assim tão boa  
e nem se fez muito má).  
Pois ele sou eu. Repara:  
tenho todos os defeitos  
que não farejei em ti  
e nem os tenho que tinhas,  
quanto mais as qualidades.  
Não importa: sou teu filho  
com ser uma negativa  
maneira de te afirmar.  
Lá que brigamos, brigamos,  
opa! que não foi brinquedo,  
mas os caminhos do amor,  
só amor sabe trilhá-los.  
Tão ralo prazer te dei,  
nenhum, talvez... ou senão,  
esperança de prazer,  
é, pode ser que te desse  
a neutra satisfação  
de alguém sentir que seu filho,  
de tão inútil, seria  
sequer um sujeito ruim.  
Não sou um sujeito ruim.  
Descansa, se o suspeitavas,  
mas não sou lá essas coisas.  
Alguns afetos recortam  
o meu coração chateado.  
Se me chateio? demais.  
Esse é meu mal. Não herdei  
de ti essa balda. Bem,  
não me olhes tão longo tempo,  
que há muitos a ver ainda.  
Há oito. E todos minúsculos,  
todos frustrados. Que flora  
mais triste fomos achar  
para ornamento de mesa!  
Qual nada. De tão remotos,  
de tão puros e esquecidos  
no chão que suga e transforma,  
são anjos. Que luminosos!  
que raios de amor radiam,  
e em meio a vagos cristais,  
o cristal deles retine,  
reverbera a própria sombra.  
São anjos que se dignaram  
participar do banquete,  
alisar o tamborete,  
viver vida de menino.  
São anjos. E mal sabias  
que um mortal devolve a Deus

algo de sua divina  
substância aérea e sensível,  
se tem um filho e se o perde.  
Conta: quatorze na mesa.  
Ou trinta? serão cinquenta,  
que sei? se chegam mais outros,  
uma carne cada dia  
multiplicada, cruzada  
a outras carnes de amor.  
São cinquenta pecadores,  
se pecado é ter nascido  
e provar, entre pecados,  
os que nos foram legados.  
A procissão de teus netos,  
alongando-se em bisnetos,  
veio pedir tua bênção  
e comer de teu jantar.  
Repara um pouquinho nesta,  
no queixo, no olhar, no gesto,  
e na consciência profunda  
e na graça menineira,  
e diz, depois de tudo,  
se não é, entre meus erros,  
uma imprevista verdade.  
Esta é minha explicação,  
meu verso melhor ou único,  
meu tudo enchendo meu nada.  
Agora a mesa repleta  
está maior do que a casa.  
Falamos de boca cheia,  
xingamo-nos mutuamente,  
rimos, ai, de arrebentar,  
esquecemos o respeito  
terrível, inibidor,  
e toda a alegria nossa,  
ressecada em tantos negros  
bródios comemorativos  
(não convém lembrar agora),  
os gestos acumulados  
de efusão fraterna,  
atados(não convém lembrar agora),  
as fina-e-meigas palavras  
que ditas naquele tempo,  
teriam mudado a vida  
(não convém mudar agora),  
vem tudo à mesa e se espalha  
qual inédita vitualha.  
Oh que ceia mais celeste  
e que gozo mais do chão!  
Quem preparou? que incontestes

vocação de sacrifício  
pôs a mesa, teve os filhos?  
quem se apagou? quem pagou  
a pena deste trabalho?  
Quem foi a mão invisível  
que traçou este arabesco  
de flor em torno ao pudim,  
como se traça uma auréola? quem tem  
auréola? quem não  
a tem, pois que, sendo de ouro,  
cuida logo em reparti-la,  
e se pensa melhor faz?  
quem senta do lado esquerdo,  
assim curvada? que branca,  
mas que branca mais que branca  
tarja de cabelos brancos  
retira a cor das laranjas,  
anula o pó do café,  
cassa o brilho aos serafins?  
quem é toda luz e é branca?  
Decerto não pressentias  
como o branco pode ser  
uma tinta mais diversa  
da mesma brancura. . . Alvura  
elaborada na ausência de ti,  
mas ficou perfeita,  
concreta, fria, lunar.  
Como pode nossa festa  
ser de um só que não de dois?  
Os dois ora estais reunidos  
numa aliança bem maior  
que o simples elo da terra.  
Estais juntos nesta mesa  
de madeira mais de lei  
que qualquer lei da república.  
Estais acima de nós,  
acima deste jantar  
para o qual vos convocamos  
por muito — enfim — vos quereremos  
e, amando, nos iludirmos  
junto da mesa  
vazia.

(Carlos Drummond de Andrade)

Às famílias aqui apresentadas, que em meio às suas vivências, e diante de seus limites, permitiram-me sentar à mesa, compartilharam suas histórias e tornaram este trabalho possível.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à minha orientadora Dra. Maíra Bonafé Sei pelo incentivo que me foi dado desde a época da graduação em psicologia, pela confiança em meu trabalho, pelas orientações e sobretudo pela paciência em meu processo de construção desta pesquisa.

Às professoras da Banca Examinadora, Profa Dra. Eneida Silveira Santiago e Profa Dra. Rebeca Nonato Machado pelo olhar cuidadoso e pelas contribuições valiosas que ajudaram a enriquecer ainda mais este trabalho e minha formação.

Aos meus pais, Maria e Roberto, e meu irmão Cássio, por todo amor, carinho e constante apoio que me foi dado ao longo de toda minha vida, e nesta etapa não foi diferente. Obrigada por suportarem a distância, por serem meu porto seguro, por apoiarem as minhas escolhas e permitirem que corresse atrás de meus sonhos.

À Marília por caminhar de mãos dadas comigo durante todo esse processo, ajudando a me reerguer todas as vezes em que precisei, me dando todo seu apoio, aconchego, amor e carinho. Você fez e faz com que minha trajetória seja mais leve e feliz a cada dia.

Aos amigos do mestrado Nathália, Patrícia, Danielle, Pâmela, Thaís, Clara, Isadora, Felipe, Daniela, Mônica, Karen (e a pequena Elis), Sandra, Maria Gabriela, Tamires, Barbara e Flávia por compartilharem das angústias, dos risos e aprendizados dessa etapa de nossas vidas.

À Jaque por toda amizade e companheirismo, você foi um dos presentes mais especiais que a UEL e a vida me proporcionou. Obrigada por todo incentivo amiga.

À Giane e Toninho por me acolherem em sua casa e em suas vidas com todo carinho e cuidado.

A todos os professores que contribuíram para minha formação como psicóloga, sou eternamente grata por todo aprendizado e incentivo que me foi dado. Em especial gostaria de agradecer à Profa. Patrícia Silva Lúcio, à Profa. Katya Luciane de Oliveira, ao Prof. Fabiano

Koich Miguel, ao Prof. Ricardo Flores, à Profa. Solange Mezzaroba e à Profa. Valéria Queiroz Furtado.

Aos colegas do projeto de extensão "Clínica Psicanalítica de Casal e Família na Clínica Psicológica da UEL" por todas as trocas e aprendizados que emergiram de nossos encontros.

Por último, não poderia deixar de agradecer às famílias participantes desta pesquisa, às quais dedico este trabalho, por dividirem comigo suas histórias e experiências de vida compartilhadas.

Buriolla, H. L. (2020) **Entrevistas Iniciais com Famílias Encaminhadas pelo Judiciário: Ilustrações Clínicas**. 120 f. (Dissertação de Mestrado em Psicologia). Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

## RESUMO

A psicoterapia familiar tem sido inserida cada vez mais no campo jurídico, sendo indicada como um recurso interventivo para o Sistema Judiciário em situações em que os conflitos e os diferentes tipos de violências estão presentes na trama familiar. Contudo, cada família apresenta uma dinâmica, alianças, pactos e contratos conscientes e inconscientes que lhes são próprios. A demanda psicoterapêutica em casos de psicoterapia familiar, comumente inicia-se por um terceiro à relação, que nos casos aqui apresentados, é o Sistema Judiciário. Entretanto, para que se instaure um processo psicoterapêutico com essas famílias, é necessário avaliar a disponibilidade interna destas famílias, bem como o desejo de se inserirem em um processo psicoterapêutico. Diante disso, esta pesquisa buscou refletir sobre a construção de demanda familiar compartilhada em casos encaminhados pelo Sistema Judiciário para psicoterapia familiar. Para isso, esta pesquisa se pautou no método de investigação clínico psicanalítico, utilizando-se a estratégia de estudo de casos múltiplos. Os instrumentos utilizados foram a própria escuta psicanalítica nos atendimentos clínicos realizados e recursos mediadores, como genograma, espaçograma e linha da vida, propostos nas sessões familiares. Foram encaminhadas à Clínica Psicológica da UEL, pelo Sistema Judiciário, doze famílias ao longo de um período de nove meses. Destas famílias, cinco compareceram a um atendimento inicial, mas apenas três famílias continuaram os atendimentos posteriormente. Desta forma, foram efetuados atendimentos clínicos com três famílias. As sessões foram realizadas na Clínica Psicológica da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Os casos foram analisados a partir do referencial da Psicanálise de Casal e Família. Como resultado, pode-se observar, ao longo dos atendimentos, que as famílias apresentavam determinados limites em relação ao estabelecimento de um processo psicoterapêutico. Notou-se, desta forma, uma indisponibilidade para se implicarem tanto na avaliação inicial como no processo terapêutico, quando se pode construir uma demanda compartilhada da família. Apesar disso, percebeu-se que a participação nas entrevistas iniciais pôde contribuir para o acesso a determinados conteúdos relativos à história e dinâmica familiar, algo favorecido nos casos em que foram utilizados os recursos mediadores. Por fim, aponta-se, como limites deste estudo, o número pequeno de famílias que efetivamente participaram das sessões e a regionalidade dos casos, haja vista que se tratam de famílias atendidas em um único serviço de psicologia.

**Palavras-chave:** Psicoterapia familiar. Psicanálise. Transmissão psíquica. Sistema judiciário. Demanda psicoterapêutica.

Buriolla, H. L. (2020) **Initial Interviews with Families Referred by the Judiciary: clinical illustrations.** 120 p. (Masters Dissertation in Psychology). State University of Londrina, Londrina.

## **ABSTRACT**

Family psychotherapy has been increasingly inserted in the legal field, being indicated as an intervention resource for the Judiciary in situations in which conflicts and different types of violence are present in the family plot. However, each family has its own dynamics, alliances, pacts and conscious and unconscious contracts. The psychotherapeutic demand in cases of family psychotherapy, usually starts with a third party to the relationship, which in the cases presented here, is the Judiciary System. However, in order to establish a psychotherapeutic process with these families, it is necessary to assess the internal availability of these families, as well as the desire to be included in a psychotherapeutic process. Therefore, this research sought to reflect on the construction of shared family demand in cases referred by the Judiciary System for family psychotherapy. For this, this research was based on the psychoanalytic clinical investigation method, using the multiple case study strategy. The instruments used were psychoanalytic listening in clinical care and mediating resources, such as genogram, space and life line, proposed in family sessions. Twelve families were referred to the Psychological Clinic of UEL by the Judiciary System over a period of nine months. Of these families, five attended an initial visit, but only three families continued to attend later. Thus, clinical visits were made to three families. The sessions were held at the Psychological Clinic of the State University of Londrina (UEL). The cases were analyzed based on the psychoanalysis of couples and families. As a result, it can be observed, throughout the visits, that the families had certain limits regarding the establishment of a psychotherapeutic process. In this way, there was an unavailability to be involved both in the initial evaluation and in the therapeutic process, when it is possible to build a shared family demand. In spite of this, it was noticed that participation in the initial interviews could contribute to the access to certain contents related to family history and dynamics, something favored in the cases in which the mediating resources were used. Finally, the small number of families that effectively participated in the sessions and the regionality of the cases are pointed out, as the limits of this study, given that these are families served in a single psychology service.

**Keywords:** Family psychotherapy. Psychoanalysis. Psychic transmission. Judicial system. Psychotherapeutic demand.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

|   |     |
|---|-----|
| <b>Figura 1</b> – Caso I - Genograma Família I - Elaborado pela autora.....       | 50  |
| <b>Figura 2</b> – Caso I – Genograma José .....                                   | 59  |
| <b>Figura 3</b> – Caso I – Genograma Maria .....                                  | 60  |
| <b>Figura 4</b> – Caso I – Genograma Marcos .....                                 | 61  |
| <b>Figura 5</b> – Caso I – Espaçoograma José e Maria.....                         | 63  |
| <b>Figura 6</b> – Caso I – Espaçoograma Sofia.....                                | 63  |
| <b>Figura 7</b> – Caso I – Espaçoograma Marcos .....                              | 64  |
| <b>Figura 8</b> – Caso II Genograma Família II - Elaborado pela autora .....      | 70  |
| <b>Figura 9</b> – Caso II - Genograma .....                                       | 80  |
| <b>Figura 10</b> – Caso II – Desenho 1 de Kaio.....                               | 83  |
| <b>Figura 11</b> – Caso II – Desenho 2 de Kaio.....                               | 84  |
| <b>Figura 12</b> – Caso II – Desenho 3 de Kaio.....                               | 85  |
| <b>Figura 13</b> – Caso III - Genograma Família III - Elaborado pela autora ..... | 92  |
| <b>Figura 14</b> – Caso III – Genograma Ana.....                                  | 99  |
| <b>Figura 15</b> – Caso III – Genograma Célia.....                                | 99  |
| <b>Figura 16</b> – Caso III – Genograma Carol .....                               | 100 |
| <b>Figura 17</b> – Caso III – Espaçoograma Ana.....                               | 102 |
| <b>Figura 18</b> – Caso III – Espaçoograma Carol .....                            | 103 |

## LISTA DE TABELAS

|   |    |
|---|----|
| <b>Tabela 1</b> – Informações gerais sobre os atendimentos - Caso I.....    | 51 |
| <b>Tabela 2</b> – Informações gerais sobre os atendimentos – Caso II.....   | 71 |
| <b>Tabela 3</b> – Informações gerais sobre os atendimentos – Caso III ..... | 93 |

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CREAS Centro de Referência Especializado de Assistência Social

## SUMÁRIO

|          |  |    |
|----------|--|----|
| <b>1</b> | <b>INTRODUÇÃO</b> .....  | 21 |
| <b>2</b> | <b>FAMÍLIA E O FUNCIONAMENTO PSÍQUICO GRUPAL</b> .....   | 24 |
|          | TRANSMISSÃO PSÍQUICA GERACIONAL: A HERANÇA FAMILIAR .....  | 25 |
|          | PARA ALÉM DA TRANSMISSÃO PSÍQUICA: AS ALIANÇAS<br>INCONSCIENTES .....                                  | 26 |
|          | A VIOLÊNCIA E O APARELHO PSÍQUICO FAMILIAR.....  | 28 |
| <b>3</b> | <b>FAMÍLIAS E O SISTEMA JUDICIÁRIO</b> .....   | 31 |
|          | SISTEMA JUDICIÁRIO COMO ENTIDADE NORMATIZADORA.....  | 32 |
|          | O PSICOTERAPEUTA, A TRANSFERÊNCIA E A<br>CONTRATRANSFERÊNCIA.....                                      | 33 |
| <b>4</b> | <b>ENTREVISTAS INICIAIS E A CONSTRUÇÃO DE DEMANDA DO<br/>GRUPO FAMILIAR</b> .....                      | 35 |
|          | DA DEMANDA POR MANDATO À DEMANDA DA FAMÍLIA.....   | 35 |
|          | O DESEJO PELA ANÁLISE E AS ENTREVISTAS INICIAIS .....  | 37 |
|          | O USO DE RECURSOS ARTÍSTICOS-EXPRESSIVOS COMO<br>MEDIADORES NAS ENTREVISTAS INICIAIS COM FAMÍLIAS..... | 38 |
| <b>5</b> | <b>OBJETIVOS</b> .....   | 41 |
|          | OBJETIVO GERAL .....   | 41 |
|          | OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....   | 41 |
| <b>6</b> | <b>MÉTODO</b> .....  | 42 |
|          | PARTICIPANTES .....  | 44 |
|          | PROCEDIMENTOS .....  | 45 |
|          | LOCAL .....  | 46 |
|          | ANÁLISE DOS DADOS .....  | 47 |
|          | ASPECTOS ÉTICOS.....   | 47 |
| <b>7</b> | <b>RESULTADOS E DISCUSSÃO</b> .....  | 49 |

|   |  |     |
|---|--|-----|
|   | CASO I.....  | 50  |
| 1 | <i>Dados Gerais</i> .....  | 50  |
| 2 | <i>Motivos do encaminhamento para a psicoterapia familiar</i> .....                          | 51  |
| 3 | <i>Número de atendimentos realizados</i> .....   | 51  |
| 4 | <i>Síntese dos atendimentos</i> .....  | 52  |
| 5 | <i>O uso de recursos no Caso I</i> .....   | 57  |
| 6 | <i>Encaminhamentos e finalização do caso</i> .....   | 64  |
| 7 | <i>Compreendendo a dinâmica familiar do CASO I</i> .....                                     | 65  |
| 8 | <i>Demanda do Judiciário x Demanda da família – CASO I</i> .....                             | 69  |
|   | CASO II .....  | 70  |
| 1 | <i>Dados Gerais</i> .....  | 70  |
| 2 | <i>Motivos do encaminhamento para a psicoterapia familiar</i> .....                          | 70  |
| 3 | <i>Número de atendimentos realizados</i> .....   | 71  |
| 4 | <i>Síntese dos atendimentos</i> .....  | 72  |
| 5 | <i>O uso de recursos no CASO II</i> .....  | 79  |
| 6 | <i>Encaminhamentos e finalização do CASO II</i> .....  | 86  |
| 7 | <i>Compreendendo a dinâmica familiar do CASO II</i> .....                                    | 87  |
| 8 | <i>Demanda do Judiciário x Demanda da família – CASO II</i> .....                            | 89  |
|   | CASO III.....  | 91  |
| 1 | <i>Dados Gerais</i> .....  | 91  |
| 2 | <i>Motivos do encaminhamento para a psicoterapia familiar</i> .....                          | 92  |
| 3 | <i>Número de atendimentos realizados</i> .....   | 93  |
| 4 | <i>Síntese dos atendimentos</i> .....  | 94  |
| 5 | <i>O uso de recursos no CASO III</i> .....   | 98  |
| 6 | <i>Encaminhamentos e finalização do CASO III</i> .....                                       | 103 |
| 7 | <i>Compreendendo a dinâmica familiar do CASO III</i> .....                                   | 104 |
| 8 | <i>Demanda do Judiciário x Demanda da família – CASO III</i> .....                           | 106 |
|   | <i>OS CASOS E O CONTEXTO: SUAS CONTRIBUIÇÕES, SIMILARIDADES E</i><br><i>DIFERENÇAS</i> ..... | 107 |
| 8 | <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....  | 111 |

|          |  |            |
|----------|--|------------|
| <b>9</b> | <b>REFERÊNCIAS .....</b>   | <b>114</b> |
|          | <b>ANEXOS .....</b>  | <b>119</b> |
|          | <b>ANEXO A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....</b> | <b>120</b> |

## 1. INTRODUÇÃO

As dificuldades em estabelecer um processo psicoterapêutico com famílias encaminhadas pelo judiciário é algo que intriga a trajetória desta pesquisadora, bem como o interesse pela psicoterapia familiar, pela clínica psicanalítica e pela avaliação psicológica em contextos judiciais. Foi por meio da experiência em atendimentos clínicos com famílias encaminhadas pelo Sistema Judiciário e das dificuldades percebidas destas famílias em construir uma demanda psicoterapêutica própria do grupo familiar, que se originou o interesse por esta pesquisa.

A psicoterapia familiar, mesmo não se configurando como uma pena prevista por lei, é indicada a muitas famílias em que um ou mais membros tiveram seus direitos violados aos olhos da justiça. Os agentes públicos a serviço da lei buscam garantir os direitos legais estabelecidos pela legislação, como princípio do melhor interesse da criança do artigo 227, caput, da Constituição Federal (1988):

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

E também no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, 1990) em seus artigos 3º, 4º e 5º:

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes

facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Art. 5º Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais. (Lei nº 8.069, 1990)

Baseado nestas premissas legais existentes, e em diversas outras previstas em nossa legislação, é que o Sistema Judiciário se vê no direito de intervir na instituição familiar quando há a violação de direitos de um ou mais membros do grupo familiar, buscando submeter as famílias à psicoterapia familiar. As demandas do judiciário ao sujeitar o grupo familiar a um processo psicoterapêutico são diversas, solicitando dos profissionais psicólogos que trabalhem os diferentes aspectos presentes nas relações familiares, como os vínculos, o exercício de papéis parentais e fraternos, resolução de conflitos, entre outros.

Entretanto, cada família possui um funcionamento, uma dinâmica própria, alianças estabelecidas pelos membros de seu grupo, pactos e contratos selados que impedem e excluem sujeitos que não façam parte do grupo familiar. Desta forma, pode-se pensar que o Sistema Judiciário atua como um terceiro à relação familiar e é visto como aquele que busca impor a psicoterapia à família, sem levar em conta se ela possui disponibilidade interna que sustente o processo psicoterapêutico ou um desejo em se implicar no atendimento.

Posto isso, a pesquisa aqui apresentada buscou investigar os aspectos relacionados ao estabelecimento ou não de uma demanda compartilhada pela psicoterapia familiar com famílias

encaminhadas pelo Sistema Judiciário para psicoterapia. Objetivou-se também analisar a dinâmica dessas famílias, bem como discutir o papel das entrevistas iniciais na construção da demanda familiar compartilhada e o uso de recursos mediadores como possíveis facilitadores neste processo.

Tal proposta justifica-se em decorrência dos estudos sobre esta temática dentro da psicanálise serem escassos, bem como estudos sobre a construção da demanda compartilhada. Ainda mais em famílias que foram “institucionalizadas” e que se encontram, na maioria das vezes, contra a própria vontade diante de um encaminhamento judicial para psicoterapia familiar.

Para introduzir o leitor acerca dos conteúdos aqui apresentados, buscou-se sintetizar alguns conceitos e elementos pertinentes para a compreensão da terapia psicanalítica de família. O primeiro tópico discorre acerca das diferentes configurações familiares, o funcionamento psíquico grupal e o papel da família na construção da subjetividade humana por meio dos elementos geracionais presentes nos espaços intersubjetivos. Destaca-se elementos da transmissão psíquica geracional, discutindo-se acerca das heranças e alianças inconscientes estabelecidas no grupo familiar.

Posteriormente, discorre-se sobre a violência e os atravessamentos no psiquismo familiar, introduzindo o leitor a reflexões sobre o papel do Sistema Judiciário, enquanto instância interditora e suas possíveis implicações na relação transferencial e contratransferencial entre as famílias encaminhadas pelo Sistema Judiciário e o psicoterapeuta. E por fim, discorre-se sobre o papel das entrevistas iniciais na transposição da demanda por mandato à demanda compartilhada pelo grupo familiar e o uso de recursos mediadores como possíveis potencializadores deste processo.

## 2. FAMÍLIA E O FUNCIONAMENTO PSÍQUICO GRUPAL

Primeiramente, ao se refletir sobre a família em tempos atuais, diante de tantas discussões religiosas e políticas acerca do que é a instituição familiar, por quem ela é formada e quais são os direitos da família, é importante destacar que há diferentes configurações familiares na contemporaneidade (Sei, 2009). E, independentemente de sua configuração, a família é o primeiro grupo de cada novo ser humano que nasce, ou seja, é o primeiro espaço psicossocial com o qual a criança se depara após a sua chegada ao mundo.

Sendo assim, a família possui papel fundamental na construção da identidade do sujeito, na transmissão da cultura, na internalização de valores e crenças considerados importantes para a sociedade na qual estamos inseridos (Passos, 2009; Magalhães & Féres-Carneiro, 2009). Ela é a primeira instituição na qual os sujeitos se inserem. É o grupo primário responsável por atender às necessidades biológicas e afetivas diante do desamparo inicial de todo ser humano (Correa, 2002).

Winnicott (1947/2000), ao discorrer sobre o desenvolvimento emocional da criança, já destacava que a família e o ambiente têm função essencial para o desenvolvimento emocional saudável do indivíduo. Trata-se do local em que o bebê irá desenvolver o seu sentimento de pertença, bem como de independência e autonomia em seu processo de diferenciação (Macedo, 1994). É este mesmo espaço que possui a função e potencial de diferenciação da psique do sujeito, no qual também ocorre a sua inscrição em uma cadeia de gerações, da qual ele é herdeiro. Kaës (2001) destaca que o grupo precede o sujeito do grupo, ou seja, todo sujeito ao nascer já faz parte de um conjunto intersubjetivo do qual será herdeiro ou escravo de seus desejos, renúncias, recalcamientos, fantasias e histórias. Para este autor, este sujeito que é herdeiro está dividido, "como o sujeito do inconsciente, entre a necessidade 'de ser um fim para si mesmo' e de ser 'o elo de uma cadeia à qual está sujeito sem a participação da vontade'" (Kaës, 2001, p. 11).

Desta forma, o indivíduo ao nascer herda não apenas elementos genéticos de seus pais, mas também uma herança psíquica (Kaës, 2001; Correa, 2000; Granjon, 2000).

De nossa pré-história tramada antes de nascermos, o inconsciente nos tornará contemporâneos, mas só passaremos a ser seus pensadores pelos efeitos a posteriori. Essa pré-história em que se constitui o originário, a de um começo do sujeito antes de seu advento, se escreve na intersubjetividade. No grupo realizam-se ações psíquicas que sustentam o recalçamento das representações, a supressão dos afetos, a renúncia pulsional, ou deles nos libertam. (Kaës, 2001, p. 13)

A frase de Goethe, citada por Freud (1913/2006), “Aquilo que herdaste de teus pais, conquista-o para fazê-lo teu”, sintetiza a ideia de apropriação de um legado do qual o sujeito é herdeiro, mesmo que os conteúdos psíquicos desta herança lhe sejam inconscientes. Segundo Granjon (2001), a transmissão psíquica se organiza como a inscrição do sujeito em uma cadeia de gerações, constituindo ele um de seus elos. O sujeito é, assim, tanto beneficiário forçado de uma herança da qual não se pode escapar, quanto potência para transformação, desde que se aproprie de sua herança e a ressignifique.

Entretanto, que herança é essa a qual o indivíduo é incumbido sem que possa manifestar o seu desejo ou não em recebê-la? Como funciona essa cadeia de gerações na qual são submetidos logo ao nascerem?

## TRANSMISSÃO PSÍQUICA GERACIONAL: A HERANÇA FAMILIAR

Em relação ao processo de transmissão psíquica geracional, Kaës (2001) diferencia o que é da ordem da transmissão intergeracional e da transgeracional. O intergeracional se refere àquilo que foi transmitido de forma consciente, já simbolizado, podendo ser retomado e reelaborado tanto pelo grupo familiar quanto pelo indivíduo. O transgeracional se refere à herança psíquica transmitida inconscientemente na sua forma bruta, sem ter sido devidamente

representada ou simbolizada, sobretudo, as “rupturas, as falhas, os hiatos não pensados e impensáveis, o nivelamento dos objetos do pensamento, os efeitos da pulsão de morte” (Kaës, 2005, p. 129), que impossibilitam a reelaboração posterior tanto pela família quanto pelo indivíduo.

Kaës (1998) ao discorrer sobre o conceito de transmissão psíquica transgeracional, afirma que “o inconsciente de cada indivíduo leva a marca, na sua estrutura e nos seus conteúdos, do inconsciente de um outro, e, mais precisamente, de mais de um outro” (p. 14). A dimensão transpsíquica vai além das dimensões intersubjetiva e intrapsíquica do sujeito. Trata-se de uma dimensão cujos conteúdos herdados, transmitidos através das gerações dizem respeito àquilo que não se contém ou que não se lembra, como a falta, a vergonha, o recalçamento, os objetos perdidos ou enlutados que não foram passíveis de elaboração por gerações anteriores (Kaës, 2001).

#### PARA ALÉM DA TRANSMISSÃO PSÍQUICA: AS ALIANÇAS INCONSCIENTES

Dentro desta cadeia de gerações à qual o sujeito é inscrito no momento em que vem ao mundo, todos são herdeiros e transmissores até que se ocorra a interrupção. Entretanto, há alguns mecanismos que sustentam a permanência do sujeito na cadeia de gerações, como as “alianças inconscientes”, os pactos e contratos, estabelecidos entre os grupos familiares (Kaës, 2014).

Para Kaës (2014), os sujeitos, ao se relacionarem uns com os outros, identificam-se tanto entre si quanto em relação a um objeto comum, em que instituem e selam alianças, a fim de manter e reassegurar sua relação, bem como os conteúdos e o investimento narcísico de cada membro do grupo. Para o autor, as alianças podem possuir função estruturante para a vida psíquica do sujeito e do grupo, como também serem essencialmente defensivas e até mesmo alienantes, destrutivas e patológicas.

A aliança interposta pela relação dos sujeitos, estabelece um acordo que une aqueles que nela se inscrevem, mas que também exclui aqueles que estão fora dela, buscando eliminar também certos conteúdos que de outra forma levariam ao conflito ou ameaçariam a permanência do vínculo (Kaës, 2014). Esta exclusão dos conteúdos que podem ser sentidos pelo grupo como ameaçadores ao vínculo, à relação dos sujeitos do grupo, foi denominado por Kaës (2014) como pacto denegativo. O destino desse material que não pode vir à tona é o recalque, a partir do qual passa a ser inconsciente.

Kaës (2001) pontua que o pacto denegativo está presente seja nas diferentes instituições ou grupos quanto no sujeito individual, contendo duas polaridades: uma positiva e organizadora dos laços e do conjunto intersubjetivo, e outra negativa e defensiva. Nesse ponto, o pacto denegativo torna-se um complemento de um contrato narcisista.

Segundo Aulagnier (1975), o contrato narcísico se apresenta como um acordo inconsciente travado entre a família e o bebê recém-chegado, em que este último é convidado a ser sujeito, mas também herdeiro, assegurando a continuidade dos valores, das fantasias do grupo familiar e a autoconservação tanto do sujeito quanto do grupo que o precede. Freud (1914/2006), em “Sobre o narcisismo: uma introdução”, indica que o narcisismo do sujeito se apoia no narcisismo da geração que o precede, ou seja, na transmissão à “Sua majestade, o bebê” de todos os desejos e fantasias não satisfeitos por seus pais. Com isso, o sujeito deverá subjetivar-se, assumindo seu lugar de herdeiro.

Desde o seu nascimento o sujeito é solicitado a compartilhar os enunciados de seus ancestrais, a fim de garantir a continuidade geracional e a identidade familiar. Entretanto, essa transgeracionalidade pode ter um custo alto em relação à integridade psíquica e até mesmo somática da criança por se tratar de uma herança estranha, alheia a ela, acerca da qual possa ser incapaz de se apropriar (Correa, 2003).

Assim, a transmissão psíquica transgeracional pode se organizar através do negativo, ou seja, aquilo que não pode ser contido, por segredos ou violências vividas e não elaboradas no psiquismo dos pais, é depositado no psiquismo da criança (Kaës, 2001; Correa, 2003; Bertin & Passos 2003). E quando há acontecimentos traumáticos, que incapacitam, limitam ou impedem que o sujeito acesse processos de simbolização, este herdeiro estará sujeito a um aumento da violência nos diversos espaços psíquicos (Correa, 2003).

O silêncio da violência ou ruptura dos diversos vínculos geracionais são o denominador comum que percorre a falta de inscrição do sujeito na sucessão das gerações e no tecido grupal comunitário, limitando ou impedindo o acesso aos processos de simbolização que organizam uma cadeia de significantes. (Correa, 2000, p. 65).

No contexto familiar, a violência pode ser entendida como um fenômeno influenciado pela transgeracionalidade, visto que situações de violência podem se organizar no plano negativo e serem transmitidas de forma não elaborada. A violência pode ser reproduzida através das gerações, provocando diversas consequências no âmbito físico, psicológico e social para os integrantes do grupo familiar (Correa, 2007; Sei, 2008).

## A VIOLÊNCIA E O APARELHO PSÍQUICO FAMILIAR

O termo “violência familiar” pode ser entendido como “ações e/ou omissões que podem cessar, impedir, deter ou retardar o desenvolvimento pleno dos indivíduos” (Koller & Antoni, 2004, p. 297). Segundo o Ministério da Saúde, pode ser considerada violência familiar toda ação ou omissão, cometida dentro ou fora de casa, que prejudique o bem-estar, integridade física, psicológica ou direito pleno ao desenvolvimento de outro membro da família. Pode ser cometida por pessoas que passam a assumir função parental, ainda que sem laços consanguíneos e em relação de poder à outra (Ministério da Saúde, 2001).

Para uma melhor compreensão a violência familiar, pode-se dividi-la em quatro grupos: a) violência física, quando alguém causa ou tenta causar danos usando a força física ou algum instrumento que possa causar lesões no corpo; b) violência psicológica, toda ação ou omissão que causa ou tem o objetivo de causar dano à autoestima, identidade ou desenvolvimento do indivíduo; c) violência sexual, sujeito em situação de poder em relação à outra pessoa, obrigando-a a práticas sexuais; d) negligência, omissão de responsabilidade de um ou mais membros da família, sobretudo aqueles que precisam de ajuda por questões de idade ou condição física, permanente ou temporária (Day et al., 2003).

O fenômeno da violência familiar é complexo e causa profundas marcas no psiquismo, configurando-se como uma invasão no processo de desenvolvimento do sujeito inserido neste contexto (Winnicott, 1956/2000; Sei, 2008). Entretanto, o problema pode ou não ser reconhecido pela família, pois ela pode, a depender das alianças estabelecidas pelo grupo, apresentar mecanismos de defesa primitivos, mantendo o fenômeno da violência na dinâmica familiar. Assim, ao perceber tais aspectos, o pacto de silêncio estabelecido nessas famílias e o não reconhecimento dos atos praticados como sendo violentos ou causadores de traumas, bem como o medo do rompimento dos vínculos familiares, apresentam-se como alguns dos obstáculos no trabalho psicoterapêutico familiar (Sei, 2008).

O funcionamento psíquico familiar baseia-se no aparelho psíquico grupal, que segundo Kaës (2005) é constituído em um espaço comum e partilhado, formado pela acomodação combinatória das psiques de cada um dos membros da família formando alianças. Além da combinação dos aspectos intrapsíquicos de cada membro, o aparelho psíquico grupal é interligado pelos aspectos intersubjetivos, ou seja, os espaços comuns compartilhados pelo grupo, permitindo uma coesão do “material fantasmático compartilhado” (Eiguer, 1985).

Segundo Eiguer (1995), o material fantasmático está em constante circulação, como uma espécie de investimento recíproco e simultâneo entre os indivíduos, formando o que o

autor nomeia como “interfantasmática”, que opera como um dos organizadores psíquicos do grupo. Desta forma, o aparelho psíquico grupal tem a finalidade de manter em circulação o material psíquico fantasmático, a fim de que o grupo mantenha o conluio de fantasias; como, também, é responsável, por transformar e elaborar os conteúdos inter e transpsíquicos.

Além da interfantasmática, Eiguer (1995) discorre sobre as teorias freudianas do investimento narcísico e libidinal em relação aos vínculos intersubjetivos como elementos também organizadores do psiquismo grupal. Para o autor, o vínculo narcísico é o investimento narcísico comum às ligações humanas por cada membro do grupo familiar. Eiguer (1995) afirma que os membros do grupo “são invadidos por um movimento de ilusão narcísica em que se permitem, da mesma forma que o bebê com a mãe, criar fantasias ‘em uníssono’” (p. 111). Já o vínculo libidinal de objeto seria dominado pelos investimentos libidinais de objeto, trabalhando de forma articulada entre os parceiros, pela identificação projetiva.

Eiguer (1995) anuncia que as famílias disfuncionais são tão estruturadas pelos organizadores quanto as funcionais, sendo o organizador a base de uma vida psíquica grupal, mesmo que conflituosa. Para o autor, o organizador familiar tem função de “evitar as forças centrífugas e desenvolver as centrípetas que permitem à família concentrar-se sobre si mesma a partir do ‘idêntico’ fantasiado em cada um” (p.113). Desta forma, será a violência um elemento organizador e fantasmático compartilhado por algumas famílias? E qual é o papel que o Sistema Judiciário apresenta na trama familiar? Como ele “opera” diante do grupo familiar cuja violência está presente? E como lidar com o sistema judiciário que tenta intervir na dinâmica familiar?

### 3. FAMÍLIAS E O SISTEMA JUDICIÁRIO

Já sabemos que ao falar sobre aspectos subjetivos não podemos deixar de olhar para o social, afinal a subjetividade se constrói a partir do encontro com outro, ou seja, da intersubjetividade. Se o primeiro grupo no qual somos inseridos é o grupo familiar e sabemos que o grupo familiar apresenta um aparelho psíquico único, formado pelas conexões intersubjetivas estabelecidas pelos membros (Kaës, 2010; Eiguer, 1995), faz-se necessário olhar para o contexto no qual essas conexões se estabelecem e como elas permeiam a subjetividade individual e grupal.

Segundo Enriquez (1983), o ser humano possui características singulares, sendo um ser pulsional e um ser social, apresentando uma realidade psíquica e uma realidade social. O pulsional se inscreve como um conflito identificatório, em que o sujeito está dividido “entre o reconhecimento de seu desejo e o desejo do reconhecimento (identificação), as pulsões que o animam são obrigadas, para encontrar satisfação, a voltar-se para a existência do outro” (p. 17).

O sujeito, ao fazer parte do grupo familiar e do grupo social, carrega consigo as construções fantasmáticas (heranças) dos grupos sociais nos quais se insere, bem como passa a ter a função de conter suas lembranças, inibições e repetições (Enriquez, 1983, Kaës, 2014, Eiguer, 1995). Sendo assim, o sujeito é atravessado pelo imaginário social, imaginário individual e pelo simbólico social.

Desta forma, ao pensarmos no grupo familiar e nos atravessamentos que este grupo vivencia, é importante lembrar que a família está inserida em um contexto social, ou seja, o aparelho psíquico familiar existe e se conecta com uma espécie de aparelho psíquico social ao qual devemos nos ater. O contexto específico desta pesquisa é o Sistema Judiciário, que é parte da sociedade e um mecanismo criado pela mesma a fim de garantir o “controle dos corpos” (Foucault, 1996).

## SISTEMA JUDICIÁRIO COMO ENTIDADE NORMATIZADORA

Freud em sua obra “Totem e Tabu” (1913/2012) discorre sobre “o advento social” e a concepção da necessidade de uma instância interditora, presença de um pai simbólico, que traz consigo uma série de leis que devem ser seguidas, visando impedir a satisfação pulsional imediata do sujeito, a fim de que o corpo social possa viver em relações estabilizadas e simbolizadas, estabelecendo assim uma indissociação entre a lei e o desejo (Enriquez, 1983). A proibição do incesto passa a ser um elemento primordial tanto na organização psíquica individual como na familiar, bem como para a instauração de uma vida em sociedade.

Desta forma, segundo Enriquez (1983), a sociedade nasce de uma proibição, com a criação de uma de instância repressora, ou seja, ela se concebe com e pela repressão. Enriquez ainda acrescenta que não se pode haver “corpo social (instituições, organizações) sem a instauração de um sistema de repressão coletivo. Igualmente, não há sociedade que possa surgir sem ser regida por um sistema de parentesco, ou seja, de regras de aliança e de filiação” (Enriquez, 1983, p. 36).

Em o “Mal-estar na civilização”, Freud (1930/2012) indica como um dos traços característicos da civilização, o “modo como são reguladas as relações dos homens entre si, as relações sociais, que dizem respeito ao indivíduo enquanto vizinho, enquanto colaborador, como objeto sexual de um outro, como membro de uma família e de um Estado” (p. 56). Nesta obra, Freud aponta para a questão do poder da comunidade, o “Direito”, sobreposto ao poder do indivíduo, assim, substituindo o poder do indivíduo pelo poder da comunidade, que, segundo Freud, é o passo fundamental para a cultura da civilização. Entretanto, deve-se levar em consideração o custo psíquico que isso gera tanto para o indivíduo quanto para o grupo familiar, ao fazer parte da sociedade e ter que renunciar às suas pulsões e se submeter ao processo “civilizatório” e castrador.

O Sistema Judiciário atua como um dos mecanismos do Estado, partindo de um “Estado que permite a expressão dos desejos ao Estado como morte de todo o desejo” (Enriquez, 1983, p. 360), acabando ele assumindo o papel de castrador. A partir do momento em que o Sistema Judiciário busca agir para conter a violência presente na dinâmica do grupo familiar, nos deparamos como uma grande resistência. É importante destacar que tanto na exploração quanto na repressão do desejo, como bem coloca Enriquez (1983), o discurso da violência é imediato, total e silencioso, pois a violência não pode ser falada, apenas vivida pelo corpo, sem mediação da linguagem, recurso necessário para que se trabalhe os materiais inconscientes, bem como os pactos, contratos e alianças estabelecidos.

Contudo o Sistema Judiciário, enquanto dispositivo de controle a serviço do Estado, não apenas atua no grupo familiar como também atua sobre o psicoterapeuta familiar ao recorrer ao campo da psique para que este dê conta de normatizar as relações familiares. Foucault (1996) nos lembra bem que “não estamos nem nas arquibancadas nem no palco, mas na máquina panóptica, investidos por seus efeitos de poder que nós mesmos renovamos, pois somos suas engrenagens” (p. 190). Desta forma, cabe ao psicoterapeuta que é posto pelo judiciário para atuar como uma engrenagem dessa máquina da sociedade disciplinar repensar o seu papel na prática clínica com famílias encaminhadas pelo Sistema Judiciário.

## O PSICOTERAPEUTA, A TRANSFERÊNCIA E A CONTRATRANSFERÊNCIA

Para contextualizar o papel do psicoterapeuta, a transferência e contratransferência no *setting* com famílias encaminhadas pelo judiciário, acredita-se ser importante relembrar uma frase que Foucault (1996) apresenta em sua obra “Vigiar e Punir – História da violência nas prisões”:

Estamos na sociedade do professor-juíz, do médico-juíz, do educador-juíz, do assistente-social-juíz; todos fazem reinar a universalidade do normativo; e cada um no

ponto em que se encontra, aí submete o corpo, os gestos, os comportamentos, as condutas, as aptidões, os desempenhos. (p. 266)

Este trecho vale a pena ser destacado neste trabalho, pois é desta forma que a presente pesquisadora frequentemente se sentia ao longo desta investigação. Era como se fosse constantemente colocada diante destas famílias, não apenas pelo judiciário, como também pelos próprios grupos familiares, como agente fiscalizadora e, ao mesmo tempo, como representante tanto da lei simbólica quanto da lei social.

Destacado isso, traz-se a conceituação de Eiguer (1995) acerca da transferência familiar, a qual traduz como “o denominador comum das fantasias e dos afetos relacionados com a psique comum e com um objeto do passado familiar, e referidos por deslocamento e por projeção, para o terapeuta” (p. 147). Desta forma, as fantasias, imagos e fantasmas presentes no psiquismo do grupo familiar são deslocados para o vínculo psíquico que se forma com o psicoterapeuta. Contudo, como se dá essa vinculação, necessária para relação transferencial, quando o psicoterapeuta é colocado, tanto pela família quanto pelo próprio Sistema Judiciário, como um operador da Lei do Estado? Quais são os fenômenos contratransferenciais experimentados pelo psicoterapeuta no *setting* terapêutico? E quais são as consequências dos sentimentos contratransferenciais para a construção do processo psicoterapêutico com estas famílias?

#### 4. ENTREVISTAS INICIAIS E A CONSTRUÇÃO DE DEMANDA DO GRUPO FAMILIAR

##### DA DEMANDA POR MANDATO À DEMANDA DA FAMÍLIA<sup>1</sup>

Na maioria dos casos de psicoterapia familiar, a demanda psicoterapêutica inicialmente é de um terceiro, podendo partir de um organismo judicial ou indicação da rede de atendimento básico (Moguillansky & Nussbaum, 2011). Quando a demanda parte de um organismo judicial, dentre as diversas varas que compõem o Sistema Judiciário, a Vara da Família e a Vara da Infância e da Juventude são usualmente as responsáveis pelo encaminhamento do grupo familiar para a psicoterapia. As situações que levam o Sistema Judiciário a realizar esses encaminhamentos são diversas, tais como: famílias em situação de vulnerabilidade social, agressões físicas, abuso sexual, negligência, violência contra a mulher, dependência química grave de algum dos membros da família, entre outras (Benetti, 2006).

Diante disso, as famílias são encaminhadas a partir de uma “demanda por mandato”, necessitando que seja construído, em conjunto com o grupo familiar, uma demanda em nome da própria família. Isto posto, é importante se ater à etimologia da palavra “mandato”, derivada do latim *mandatum*, que significa dar autorização ou procuração a alguém para agir em seu nome (Houaiss, 2001). Considerando que a psicoterapia requer que o sujeito, ou o grupo, esteja ativo em seu processo de reconhecimento do sofrimento psíquico ao qual estão imersos, há uma contradição em um processo psicoterapêutico cuja demanda é alheia ao sujeito analisado. Desta forma, há a necessidade de transposição da demanda por mandato para a demanda compartilhada pelo grupo familiar.

---

<sup>1</sup> Subtítulo empregado em analogia ao trabalho de Fernando **José Barbosa** Rocha, em seu segundo seminário intitulado “Da demanda por mandato à demanda em nome próprio” de seu livro “Entrevistas Preliminares” (2012).

Rocha (2012) argumenta que, na impossibilidade de que “se desligue desse mandato, a análise poderá transformar-se num processo vazio, como as conhecidas análises fracassadas de adolescentes cujo mandato paterno predomina” (p.38). O autor ainda destaca que um processo analítico não se sustenta pela demanda de outro que não o próprio sujeito, mas que também não impede que o psicoterapeuta receba aquele cuja demanda não está, ou ainda não está, em nome próprio (Rocha, 2012). Sendo assim, Rocha (2012) pontua que

É o psicoterapeuta, posicionado em seu lugar de analista, quem irá levar o potencial analisando a vincular a sua demanda de término de sofrimento a uma demanda de análise. Quando essa análise se inicia, o analisando começa a dar sentido à sua história vivencial, começa a ressignificá-la (p. 44).

Nesse tipo de situação, quando é feito um encaminhamento da família à psicoterapia, sem o grupo espontaneamente procurar por esse tipo de intervenção, Benghozi (2010) defende que haja a presença daquele que solicitou o atendimento familiar na sessão de psicoterapia, conjuntamente ao grupo familiar. Tal proposta visa que o responsável pelo encaminhamento possa explicar as motivações do encaminhamento do grupo para a psicoterapia familiar, facilitando a apropriação, por parte da família, da demanda pela psicoterapia.

Posto isso, para que o processo psicoterapêutico se inicie, é preciso estar claro para a família a importância de sua realização. Morandi (2006) afirma que, em certas situações de encaminhamento, o grupo inicialmente não identifica claramente o motivo de estar em psicoterapia. Muitas vezes centrando apenas na razão pela qual foi encaminhada, podendo concordar ou não com o encaminhamento e, por isso, há a necessidade de avaliar a viabilidade de um início de tratamento com estas famílias. Segundo Mogueillansky e Nussbaum (2011), “é importante que a demanda de atendimento familiar provenha da preocupação dos membros da família e da família como conjunto com seu modo de funcionamento; que busquem na consulta vincular um saber sobre como são em conjunto” (p. 210).

Assim, cabe ao psicoterapeuta a função de auxiliar a família a perceber sua demanda no decorrer das entrevistas, durante as quais se realiza uma reflexão sobre os objetivos da consulta, buscando aproximar as demandas individuais de cada membro, a fim de que se crie uma demanda do grupo familiar (Eiguer, 1985). Desta forma, o psicoterapeuta possui o papel de auxiliar a família a realizar a passagem da obrigação à elaboração da sua própria demanda de tratamento (Machado, Féres-Carneiro, & Magalhães 2008, 2011).

### O DESEJO PELA ANÁLISE E AS ENTREVISTAS INICIAIS

O período das entrevistas iniciais permite ao psicoterapeuta compreender e elucidar o motivo latente, que permeia o desejo de elaboração e transformação psíquica da família. Contudo, esse desejo se apresenta ambivalente, pois a transformação psíquica pode ser vivenciada como uma ameaça, na medida em que o sintoma, neste caso alguma forma de violência familiar, foi a "solução" encontrada pelo aparelho psíquico para sobreviver ao conflito (Machado, Féres-Carneiro, & Magalhães, 2011)

Para que se inicie o processo terapêutico é preciso investigar a disponibilidade interna dos familiares, para que seja efetivada a construção de suas próprias motivações. Mas, como afirmam Moguillansky e Nussbaum (2011), “independente de haver uma demanda, precisamos instituir um contexto que permita a exposição dessa demanda” (p. 210). Quanto ao contexto, é importante pensar que muitas vezes estas famílias chegam para atendimento com problemas muito complexos, cujos vínculos frequentemente estão ameaçados de entrar em colapso.

Moguillansky e Nussbaum (2011) argumentam que, nas entrevistas com famílias que não apresentam uma sustentação narcísica, percebe-se que nenhum dos pré-requisitos necessários para que a psicoterapia familiar aconteça é atendido. Sinalizam que tais requisitos são: a) “que haja uma demanda de atendimento familiar que provenha da preocupação dos

membros da família e da família como conjunto com seu modo de funcionamento” e b) “que haja um contexto que permita a expressão dessa demanda” (p. 211).

A demanda que surge se pauta em problemas emergentes cuja ausência de embasamento narcísico da família impossibilita ou dificulta que o grupo familiar tenha condições para lidar com os conflitos familiares vigentes. A família sofre pela ausência da fantasia que dê a ela o sentimento de pertencimento a esse conjunto, não apresentando uma estrutura própria que sustente os vínculos ao ponto de tolerarem a sobrecarga de suas emoções (Moguillansky & Nussbaum, 2011).

Posto isso, o período de entrevistas iniciais com a família é fundamental para investigar a viabilidade do tratamento e o estabelecimento do processo terapêutico. Tendo em vista tais aspectos, reitera-se que o termo psicoterapia familiar supõe uma demanda da própria família (Benghozi, 2010), diferentemente dos casos apresentados nesta pesquisa que inicialmente apresentam a demanda de um terceiro, o Sistema Judiciário, razão pela qual se fala aqui sobre entrevistas iniciais e não acerca da psicoterapia propriamente dita.

## O USO DE RECURSOS ARTÍSTICOS-EXPRESSIVOS COMO MEDIADORES NAS ENTREVISTAS INICIAIS COM FAMÍLIAS

O uso de recursos artísticos-expressivos na psicoterapia familiar psicanalítica tem se mostrado como elementos que favorecem o aprofundamento e a compreensão da dinâmica das famílias, além de contribuírem para o desenvolvimento das sessões de psicoterapia familiar (Sei & Gomes, 2007; Sei, 2011; Franco & Sei, 2015; Franco, Almeida, & Sei, 2016). Estes recursos apresentam-se relevantes para a avaliação de uma demanda psicoterapêutica familiar por possibilitarem “investigar a composição familiar, as histórias e segredos partilhados, os papéis assumidos por cada membro, assim como o material inconsciente que subjaz à dinâmica da família” (Franco, Almeida, & Sei, 2016, p. 42).

Assim, o uso de recursos como mediadores torna-se importante elemento no *setting* com famílias por possibilitar a elucidação e reflexão acerca de sua história, seus segredos e seus sofrimentos. Desta forma, são instrumentos que permitem que o grupo tenha acesso a conteúdos que podem ser elaborados no espaço psicoterapêutico. Segundo Dominicis (2019),

No atendimento a grupos familiares e no atendimento de casais, o uso de técnicas mediadoras possibilita a comunicação de material pré/inconsciente, produz circulação dos afetos, enriquece as fantasias, descongela papéis determinados, esclarece mitos e ajuda a reescrever simbolicamente a história do grupo e de seus vínculos (p. 244).

Sendo assim, os recursos mediadores podem ser capazes de trazer à tona conteúdos pré-conscientes ou inconscientes possibilitando uma representação secundária das experiências emocionais (Kaës, 2005). Principalmente, quando o “trabalho de seu pré-consciente não encontra ou não encontra mais a capacidade de figurar, de ligar o afeto à representação de palavra” (Kaës, 2011, p. 49), como, por exemplo, no atendimento de crianças ou pessoas que foram vítimas de violências cuja a representação por meio da fala pode estar comprometida.

Benghozi (2010) discorre sobre a potencialidade do uso de recursos, como expressões picturais (desenho, pintura, colagem) entre outras que envolvam expressões corporais, como dança ou teatro, frente a situações traumáticas. O autor destaca que, a partir do encontro intersíquico que ocorre na terapia familiar psicanalítica entre o psicoterapeuta e cada um dos membros da família, o uso de recursos pode favorecer a elucidação de possíveis falhas na capacidade de figuração psíquica individual e grupal familiar. Isto é, o uso de recursos possibilita uma clínica do não verbal, sendo capaz de acessar a figuração da transmissão psíquica inter e transgeracional.

Desta forma, os recursos podem ser instrumentos que venham a potencializar o processo de elucidação de conteúdos psíquicos, bem como auxiliar a família e o psicoterapeuta a compreender a dinâmica e os aspectos inter e transpsíquicos presentes no grupo familiar.

Entende-se, assim, que se tornam ferramentas importantes a serem utilizadas nas entrevistas iniciais com famílias encaminhadas pelo Sistema Judiciário, cujas vivências estão permeadas por situações de violência e cujos vínculos familiares podem estar fragilizados.

## 5. OBJETIVOS

### OBJETIVO GERAL:

Refletir sobre a construção de demanda familiar compartilhada em casos encaminhados pelo Sistema Judiciário para psicoterapia familiar.

### OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Analisar os aspectos presentes na dinâmica de famílias encaminhadas pelo Sistema Judiciário;
- Refletir sobre o uso de instrumentos como possíveis facilitadores nas entrevistas iniciais com famílias;
- Discutir o papel das entrevistas iniciais na construção da demanda familiar compartilhada.

## 6. MÉTODO

Esta pesquisa pauta-se no método de investigação clínico psicanalítico por meio da estratégia de estudo de casos múltiplos. De acordo com Mezan (2002), “toda investigação psicanalítica é qualitativa, ou seja, trabalha em profundidade com casos específicos” (p. 430). A escolha pelo método clínico psicanalítico justifica-se pela pretensão de não apenas investigar a dinâmica e as relações intersubjetivas, transsubjetivas e sociais (Kaës, 2014) dos grupos familiares encaminhado à psicoterapia, como propiciar um espaço para elaboração do aparelho psíquico grupal.

Mezan (1994) assinala que a psicanálise almeja não apenas descrever ou criar algo no plano ideal, mas sim intervir no plano real e gerar transformações sobre o mesmo. Desta forma, a pesquisa psicanalítica está atrelada à terapêutica para a produção de conhecimento, por possibilitar “a escuta e interpretação do sujeito do desejo, em que o saber está no sujeito, um saber que ele não sabe que tem” (Rosa, 2004, p. 341). Este saber sobre si, que o sujeito ainda desconhece, tudo tem a ver com sua posição de herdeiro na cadeia geracional na qual está inscrito e que aqui visamos discutir.

Segundo Safra (1993), o “psicanalista é essencialmente um pesquisador do psiquismo que, à medida que investiga, auxilia o analisando na integração de si mesmo e no descobrimento e reencontro de sua verdade” (p. 126). O autor também ressalta que a articulação entre teoria e clínica propriamente dita possibilita a compreensão de processos psíquicos, da realidade psíquica e como a técnica influencia na evolução do processo terapêutico conduzido, proporcionando a apreensão de “novos elementos que podem levar a um enriquecimento dos modelos em psicanálise e a uma expansão do conhecimento psicanalítico” (Safra, 1993, p. 127).

Macedo e Dockhorn (2015) afirmam que a pesquisa em psicanálise trabalha com um sujeito acordado e sobretudo ativo no processo de elaboração e transformação de seus conteúdos. Para as autoras, o “encontro analítico é o campo de investigação, e o método

construído é aquele que coloca o sujeito psíquico como protagonista deste processo” (Macedo & Dockhorn, 2015, p. 84). Desta forma, se as famílias são as protagonistas, como se dá o processo psicoterapêutico, a relação transferencial que proporciona o saber clínico, cuja escuta do grupo familiar, advém do desejo e intervenção do Sistema Judiciário?

Sendo assim, é importante dizer que não se trata apenas das singularidades das famílias atendidas, mas também sobre o contexto no qual elas estão inseridas. D’Allones (2004) afirma que “quanto mais se vai em direção ao subjetivo, mais se encontra ou reencontra o social” (p. 30). Assim, além das particularidades dos espaços psíquicos grupais familiares, torna-se interessante refletir sobre o contexto, famílias encaminhadas pelo Sistema Judiciário, e as diferentes implicações deste para as famílias aqui apresentadas.

D’Allones (2004) ressalta que “a resposta que a clínica pode trazer é buscar em um movimento de volta, de análise e aprofundamento da subjetividade e intersubjetividade, envolvidas na complexidade das situações sociais” (D’Allones, 2004, p. 30). Desta forma, a psicoterapia familiar cujos encaminhamentos advém do Sistema Judiciário se mostra como algo muito recente na prática clínica e, por este motivo, foi escolhida a estratégia de estudo de casos múltiplos.

De acordo com Yin (2005), o estudo de caso “é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto de vida real” (p. 32). O estudo de casos múltiplos apresenta a vantagem da multiplicação de contextos clínicos que “facilita a percepção de determinados fenômenos, sintomas, experiências, estruturas, relações com o outro, etc, que possam se repetir em diferentes situações” (Verztman, 2013, p. 76). Verztman (2013) afirma que o contexto desempenha papel fundamental “na forma como os fenômenos estudados se apresentarão ao pesquisador” (p. 71).

Segundo Verztman (2009), na prática psicanalítica “comparamos modelos de subjetividade e experiência, que estão consubstanciados numa teoria que nos informa, mas não

nos aprisiona” (p. 75). O autor ainda sinaliza que comparar modelos não é o mesmo que comparar sujeitos. Portanto, busca-se deixar claro que, ao investigar esta temática, parte-se de um eixo comum, o encaminhamento por mandado judicial. Contudo, ressalta-se que cada família é um grupo particular com uma subjetividade única e deve ser analisada como tal.

Logo, a estratégia de estudo de casos múltiplos possibilita uma investigação aprofundada da subjetividade nos diferentes casos clínicos que aqui serão discutidos, bem como refletir sobre os impasses, desafios e potencialidades em casos encaminhados pelo Sistema Judiciário para psicoterapia familiar. Assim, a escolha pela estratégia de casos múltiplos não visa a replicação como proposto por Yin (2001), mas sim a possibilidade de analisar as convergências e divergências a fim de compreender o contexto no qual estas famílias se encontram.

## PARTICIPANTES

A pesquisa foi realizada com famílias encaminhadas para psicoterapia familiar pelo Sistema Judiciário de Londrina ao projeto de extensão "Clínica Psicanalítica de Casal e Família na Clínica Psicológica da UEL", da Universidade Estadual de Londrina. O projeto propõe o atendimento de casais e famílias tanto que buscam espontaneamente atendimento psicoterapêutico quanto encaminhados por alguma instituição.

Para a análise clínica dos dados, foi estabelecido o pré-requisito de a família ter participado de, no mínimo, entrevista inicial e um atendimento. Desta forma, foram analisados três casos de psicoterapia familiar. Tal número baseou-se nos assinalamentos de Yin (2005) que afirma que podem ser utilizados de três ou quatro casos, no mínimo, para que possa ser caracterizado como estudo de casos múltiplos.

## PROCEDIMENTOS

Inicialmente foi feito o contato telefônico com as famílias encaminhadas pelo Sistema Judiciário de Londrina ao projeto de atendimento de casal e família. O contato telefônico teve como objetivo informar sobre o encaminhamento e convidar as famílias a participarem dos atendimentos psicoterapêuticos familiares oferecidos pelo projeto. As famílias que demonstraram interesse foram convidadas a uma primeira sessão na qual foi explicado a elas o funcionamento do projeto, bem como a existência da pesquisa e seus respectivos objetivos. Após apresentadas todas as informações, as famílias foram convidadas a participarem da pesquisa e aquelas que se mostraram dispostas a participarem, assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Anexo I).

Após a apresentação e devida assinatura do TCLE pela família, a pesquisadora começou as entrevistas iniciais das famílias, visando a compreensão da dinâmica familiar e construção de uma demanda compartilhada pelo grupo familiar. Estes encontros possibilitam ao psicoterapeuta pesquisador compreender e esclarecer o motivo latente, que permeia o desejo de elaboração e a transformação psíquica da família (Machado, Carneiro, & Magalhães, 2011).

Ao longo dos atendimentos, foram escolhidos e utilizados alguns instrumentos como facilitadores no *setting* terapêutico como o genograma, a linha da vida e o espaçograma. Esses instrumentos foram escolhidos por possibilitarem uma maior compreensão acerca das configurações, vínculos e espaços que cada membro do grupo familiar ocupa na trama familiar.

O genograma é uma espécie de árvore genealógica da família, que serve para coleta e registro de dados tanto objetivos quanto subjetivos da estrutura, dinâmica e histórico familiar (Franco & Sei, 2015). A "linha da vida" consiste na elaboração de um painel em que todos os membros da família podem demarcar temporalmente a ocorrência dos eventos significativos

ao longo da história de vida do grupo familiar, podendo trazer à tona experiências, percepções, sentimentos e memórias traumáticas do grupo familiar, delimitando um tempo-espço (Poletto et al., 2014). Já o "espaçograma" se baseia em um conjunto de representações que possibilita ilustrar o espaço partilhado pela família no local de habitação familiar, "representando os lugares de vida, seu arranjo recíproco, os móveis, a existência ou não de uma abertura, porta-janela, escada, corredores, armários embutidos, a existência ou não de jardim, sua disposição, a habitação na rua, no bairro, a cidadezinha" (Benghozi, 2010, p. 184).

Após as sessões com as famílias, foram elaborados os relatos das sessões, que posteriormente foram discutidos em supervisão individual e coletiva. Os dados elucidados ao longo das entrevistas iniciais com as famílias foram, então, discutidos com o próprio grupo familiar, quando estes apresentaram interesse em obter uma devolutiva acerca dos atendimentos realizados. Além disso, devido a serem encaminhamentos para psicoterapia feitos pelo Sistema Judiciário, mensalmente foram elaborados relatórios que indicavam apenas a frequência dos atendimentos realizados ou a desistência dos atendimentos, quando era o caso.

## LOCAL

Os atendimentos foram realizados na Clínica Psicológica da UEL em horários combinados previamente com as famílias. As sessões foram supervisionadas de forma individual, pela coordenadora e orientadora desta pesquisa Dra. Maíra Bonafé Sei, e coletivamente por meio de grupos com a participação dos membros do projeto de extensão "Clínica Psicanalítica de Casal e Família na Clínica Psicológica da UEL". Em relação ao local em que a pesquisa foi realizada, é importante destacar que, devido aos atendimentos serem realizados na Clínica Psicológica da universidade, a instituição possui, usualmente, um limite de 30% em relação a faltas, especialmente para a psicoterapia individual, atividade oferecida

via estágio curricular. Destarte, o público atendido, ao exceder o montante estabelecido de faltas perde direito ao atendimento, passando para o final da lista de espera, caso haja o interesse de retomar a psicoterapia. Apesar desta normativa, por se tratar de uma intervenção conduzida a partir de uma pesquisa, optou-se por dilatar esse limite de faltas em alguns casos, a partir de considerações acerca da dinâmica familiar e do fato de terem sido encaminhados e não buscado espontaneamente a psicoterapia.

## ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos dados visou discutir os casos atendidos a partir do referencial da Psicanálise de Casal e Família, atendo-se principalmente às formulações teóricas de René Kaës, Alberto Eiguer e Pierre Benghozi. Os casos foram relatados de forma sintetizada, conforme os assinalamentos de Figueiredo (2004) e Leitão (2018), que argumentam que o relato de caso deve conter os dados necessários articulados à teoria para o que se quer explicitar. Assim, os conteúdos aqui apresentados são reflexões acerca dos grupos familiares enquanto espaços intersubjetivos e dinâmicos que, ao longo do processo de investigação, forneceram, à pesquisadora, suas histórias, vivências e os significados que cada um dos participantes dos grupos familiares possui sobre suas experiências de vida compartilhadas.

## ASPECTOS ÉTICOS

A pesquisa aqui apresentada faz parte de um projeto de pesquisa mais amplo, intitulado “A clínica psicanalítica no contexto institucional: o psicoterapeuta, as intervenções e a avaliação do serviço” coordenado pela professora Dra. Maíra Bonafé Sei. E, em conformidade com as determinações éticas estabelecidas pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa para pesquisas com seres humanos, na Resolução nº 510/16, obteve aprovação

do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Estadual de Londrina (CAAE 64094617.2.0000.5231 e parecer 1.930.879).

## 7. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram encaminhadas pelo Sistema Judiciário à Clínica Psicológica da UEL, entre o período de maio de 2018 e janeiro de 2019, o total de doze famílias para atendimento psicoterapêutico familiar. Dentre os encaminhamentos, dez foram feitos pela Vara da Infância e da Adolescência e dois foram feitos pela Vara de Família, sendo que nove dos doze processos envolviam Medida de Proteção à criança e adolescente, devido a situações de maus tratos e/ou abuso sexual, e três envolviam disputa de guarda dos filhos.

A pesquisadora entrou em contato telefônico com todas as famílias, exceto duas famílias cujo número de telefone informado era direcionado para a caixa postal. Entre as dez famílias contatadas, quatro informaram por telefone não haver interesse em comparecer para um atendimento inicial e as outras seis aceitaram agendar um horário com a psicoterapeuta, sendo que uma dessas seis famílias informou durante o primeiro atendimento não haver interesse pela psicoterapia familiar.

Exposto isso, participaram desta pesquisa um total de cinco famílias, contudo dentre estas cinco famílias duas vieram apenas ao primeiro encontro, não retornando ao atendimento. Os relatos aqui apresentados são de três famílias participantes da pesquisa, que compareceram em mais de um atendimento além da entrevista inicial. Para preservar o anonimato dos participantes, as passagens ilustrativas foram editadas, sem perder o sentido original. Os nomes apresentados nos relatos são fictícios, também com o objetivo de preservar o sigilo dos participantes.

Os casos são apresentados abaixo, primeiramente informando dados gerais de cada uma das três famílias, seguido dos motivos dos encaminhamentos feitos pelo Sistema Judiciário para a psicoterapia familiar, o número de sessões realizadas, os encaminhamentos após as entrevistas, uma breve síntese dos atendimentos, acompanhada de ilustrações dos materiais

produzidos pelas famílias ao longo dos encontros. Ao final de cada caso, foram destacados alguns elementos da dinâmica familiar que saltaram aos olhos da pesquisadora.

## CASO I

### 1 *Dados Gerais*

A família I era composta por José (26 anos), Maria (27 anos), Sofia (7 anos), Marcos (9 anos), e os gêmeos Mayara (3 anos) e Júlio (3 anos). Sofia era filha de José, fruto de seu relacionamento com Fernanda. Marcos era filho de Maria, fruto de seu primeiro casamento, e Mayara e Júlio eram frutos de um relacionamento que Maria tivera com outro rapaz. Maria e José estavam juntos havia dois anos e seis meses. José havia assumido a função parental dos gêmeos Mayara e Júlio, desde que estes tinham seis meses de idade. Abaixo segue o genograma elaborado pela psicoterapeuta para melhor ilustrar os sujeitos que compunham o grupo familiar (Figura 1).

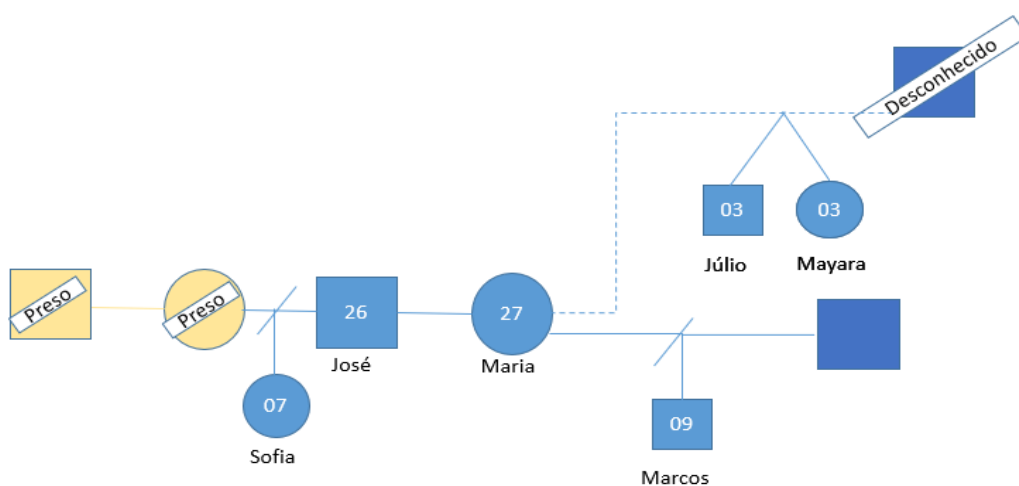


Figura 1 – Genograma Família I – Elaborado pela autora

## 2 *Motivos do encaminhamento para a psicoterapia familiar*

A família I havia sido encaminhada a pedido do Ministério Público para atendimento psicoterapêutico familiar após Maria descobrir que Sofia estava sendo abusada sexualmente pelo padrasto, esposo de sua mãe biológica, Fernanda. Após a descoberta do abuso, Sofia ficou sob a guarda de José e passou a residir com ele, Maria e os filhos. A família estava tendo dificuldades em enfrentar o ocorrido e desejavam a psicoterapia familiar para aprenderem a lidar com os comportamentos que Sofia estava apresentando.

## 3 *Número de atendimentos realizados*

Foram realizados oito atendimentos, entre os meses de setembro e dezembro de 2018, com o grupo familiar, sendo dois deles apenas com Maria e José. A tabela 1 abaixo apresenta as datas e os membros da família presentes em cada encontro.

Tabela 1

### **Informações gerais sobre os atendimentos - Caso I**

| <b>Datas</b> | <b>Atividade Realizada</b> | <b>Membros da família que compareceram</b> | <b>da que Observações</b>                            |
|--------------|----------------------------|--|--|
| 12/09/2018   | Contato Telefônico         | -  | -  |
| 17/09/2018   | Entrevista Inicial         | -  | Sofia estava no hospital                             |
|              | Remarcada                  |  |  |
| 24/09/2018   | 1º Encontro                | Todos                                      |  |
| 01/10/2018   | 2º Encontro                | Todos                                      | Genograma  |
| 08/10/2018   | 3º Encontro                | Todos                                      | Linha da vida  |
| 22/10/2018   | 4º Encontro                | Todos                                      | Maria teve início de infarto no dia anterior         |
| 31/10/2018   | 5º Encontro                | Todos                                      | Espaçograma  |
| 14/11/2018   | 6º Encontro                | Maria e José                               | Relação do casal.                                    |
| 28/11/2018   | 7º Encontro                | Todos                                      | Devolutiva   |
| 05/11/2018   | 8º Encontro                | Maria e José                               | Devolutiva   |
| 12/12/2018   | -                          | -  | Maria entrou em contato informando que a família não |

09/01/2019

-

-

poderia comparecer.  
Contato telefônico.  
A família informou  
não ter interesse em  
continuar a terapia  
familiar.

---

#### 4 *Síntese dos atendimentos*

Inicialmente, a família se mostrou interessada em realizar a psicoterapia familiar para aprenderem a manejar os comportamentos que Sofia estava apresentando. No primeiro atendimento, a psicoterapeuta pediu para que a família contasse um pouco sobre sua história e sobre o porquê eles haviam sido encaminhados para a psicoterapia familiar. José destacou que as coisas estavam complicadas no âmbito familiar, que Sofia estava discutindo com a mãe dela (referindo-se à madrasta Maria) e que Maria também não estava bem.

José informou que, após descobrirem tudo o que o padrasto de Sofia havia feito, as coisas estavam delicadas em casa. Quando questionados acerca do porquê da complicação indicada, José falou que Marcos, após voltar da casa do pai biológico, na primeira semana era mal-educado e agressivo com José, mas depois voltava tudo ao normal e Marcos o respeitava igual aos outros filhos. José relatou entender que Marcos havia passado umas “poucas e boas” com Sofia e que isso também afetava o menino. Ademais, José disse que, com exceção disso, estava tudo bem.

Maria explicou que Sofia havia começado a manipular as partes íntimas de Marcos e também dos irmãos pequenos, mas principalmente de Marcos na hora em que ele estava deitado e que tudo isso havia abalado a família inteira. Maria sinalizou que conversava bastante com Marcos e havia orientado o filho que, caso Sofia tentasse qualquer coisa, era para ele falar para Maria.

Maria contou que havia sido ela quem tinha descoberto o que estava acontecendo com Sofia e que havia entrado em contato com os serviços necessários, como hospital, delegacia e

Conselho Tutelar. Entretanto, Maria relatou que precisava da ajuda de José, que ao menos que ele atendesse às ligações e ajudasse mais com os cuidados em relação à Sofia. Maria dizia que, para os profissionais da rede de saúde, havia horas nas quais ela servia para ser mãe de Sofia, porque era ela quem estava cuidando e resolvendo os trâmites implicados na denúncia, mas em outros momentos os profissionais indicavam que precisavam falar com o pai ou com a mãe de Sofia, e que ela não era a mãe. Maria relatou que ficava muito irritada com isso. José explicou que ele estava com a guarda provisória, mas que ainda não havia saído a guarda definitiva para ele e Maria.

José apontou que trabalhava no ramo da construção e que precisava se desligar dos problemas de casa, pois as coisas com as quais mexia no trabalho eram perigosas. Entretanto, sabia que muitas vezes Maria ficava estressada e sobrecarregada, pois era ela quem estava se mobilizando para resolver o que era necessário em relação à Sofia. José disse que Maria às vezes se irritava com o jeito dele, mas que, se ele refletisse acerca de tudo que estava acontecendo com eles, ele não aguentaria. José indicou que precisava focar no trabalho e não podia ficar pensando no que estava acontecendo em casa.

Maria dizia que tudo estava “em cima dela”, que ela não sabia mais “para onde correr”, demonstrando estar sobrecarregada com todos os afazeres. Maria trabalhava cuidando dos animais do sítio no qual a família morava e, além disso, tinha que cuidar dos quatro filhos, da casa, do marido, além de levar Sofia para todos os atendimentos médicos. Maria informou que estavam levando Sofia em médicos para verificar se ela estava com alguma doença em decorrência do abuso. Sofia estava tomando vacinas e, segundo Maria, necessitava de fisioterapia, pois, em razão do abuso, havia perdido o controle da musculatura do períneo anal e conseqüentemente estava com problemas para controlar os esfíncteres.

Maria apontou que havia horas em que explodia, que estava sentindo pontadas no peito, no estômago e que estava estressada. Maria relatou que às vezes não sabia mais o que falar, que

não podia discutir com uma criança e que a relação dela e do José também estava muito turbulenta. Maria ainda explicou que, além de tudo isso que estava acontecendo, José tratava Marcos diferente do restante dos filhos e que isso a incomodava muito, pois para ela seus filhos eram a coisa mais importante. Maria disse que José às vezes estava brincando com os gêmeos, mas quando Marcos começava a brincar junto, José parava de brincar com as crianças. Maria relatou que isso havia ocorrido naquela semana e que isso havia a chateado muito.

Ainda no primeiro atendimento, Maria indicou que não estava mais aguentando, que estava se isolando de todos em alguns momentos, porque sentia que teria um “troço”. A psicoterapeuta orientou Maria a se consultar com um médico, haja vista os sintomas que havia relatado. José argumentou que chegou a procurar terapia para Maria, mas que o custo dos atendimentos era muito alto e não poderiam arcar com eles naquele momento. No quarto encontro, Maria informou, logo no início da sessão, que no dia anterior havia estado no hospital devido a um início de infarto que sofrera.

Maria relatou que os últimos nove meses haviam sido “bem corridos”, que ora Sofia acordava bem, ora nem bom dia conseguia falar, e que xingava Maria de diversos nomes. Maria indicou que já havia sentado e conversado com Sofia dizendo que ali era diferente do que era na casa que ela morava com Fernanda e com “aquele homem”.

Maria relatou que um dia foram à psicóloga do Fórum para a Sofia ser ouvida. Um funcionário do Fórum tinha o mesmo nome do padrasto de Sofia e Maria esclareceu: “o que fez todas aquelas coisas com a Sofia”. Maria disse que foi difícil acalmar Sofia, que ela argumentou que todos haviam mentido para ela. Sofia não acreditava que era outro moço com o mesmo nome que estava lá. Depois que Sofia se acalmou, Maria conseguiu conversar com Sofia e ela perguntou se Maria cuidaria dela. Maria explicou para Sofia que ela já estava cuidando durante todos esses meses e que continuaria cuidando.

Em sessão, Sofia disse que ela estava fazendo reforço na escola, que antes ela tinha um desempenho aquém do esperado na escola, mas que “depois que a minha mãe, que não é minha mãe, que a Fernanda foi presa, eu melhorei na escola. Minha professora passou um caça-palavras e eu achei todas as palavras” (sic).

José disse que Sofia não conversava com ele, que não tinha como ele saber o que estava acontecendo com a filha. Já Maria era o “porto seguro” de Sofia, segundo José. José dizia que Sofia tinha medo de falar as coisas para ele, pois, segundo ele, parecia ter medo da figura masculina. Entretanto, após um tempo de acompanhamento com a psicóloga do CREAS isso havia se modificado um pouco. Sofia disse que Maria era uma boa mãe e que José era um bom pai, que ele era diferente “daquele homem”, referindo-se ao padrasto.

Ao longo dos atendimentos, Maria chegou a entrar em contato com a psicoterapeuta por telefone em duas ocasiões para pedir ajuda para manejar determinadas situações que haviam acontecido na casa da família. Na primeira situação, Maria contou que havia recebido uma encomenda de bolo naquela semana, mas Sofia não queria que ela fizesse a encomenda. Maria explicou que faria o bolo para poder ganhar dinheiro e comprar coisas para Sofia e para os irmãos e que também faria um bolo para eles comerem. Contudo, Sofia ficou muito nervosa, tendo arremessado a batedeira no chão e começado a atirar as partes da batedeira em Maria. A psicoterapeuta orientou por telefone que Maria conversasse com Sofia e tentasse contê-la, desde que fosse seguro para ambas.

A segunda situação ocorreu após Sofia ter se trancado no banheiro e Maria ter arrombado a porta para retirá-la. Maria relatou por telefone que Sofia havia se arranhado por inteira e estava sangrando quando Maria havia a encontrado. Maria disse que, depois do episódio, Sofia estava mais calma, mas que precisava buscar alguma medicação para acalmar a criança. A psicoterapeuta orientou que buscassem atendimento para Sofia e que também fosse iniciada a terapia individual para Sofia. Sofia disse em sessão que ouvia vozes, que elas diziam

que ela não poderia gostar de Maria. Na sessão seguinte, Maria indicou que havia conseguido terapia individual para Sofia, mas que esta seria iniciada no começo do ano seguinte.

Em relação ao casal, no decorrer das sessões com todo o grupo familiar, Maria sinalizou que ela e José já não eram um casal havia muito tempo, que mal conversavam. Maria achava que eles precisavam ser mais um casal e que não conseguia conversar com José. Segundo relatos de Maria, José dormia quando ela começava a conversar sobre os problemas que estavam acontecendo. Maria apontou que eles já não tinham tempo para eles nem sozinhos e nem enquanto casal. Diante disso, no quinto encontro, compareceram apenas Maria e José a pedido da psicoterapeuta, pois o objetivo era que o casal pudesse falar de aspectos relacionados à relação conjugal.

Maria estava bem cansada, indicou que parecia um espelho quebrado, cheia de “caquinhos”, relatando que havia pego José olhando para os seios de sua irmã Helena, que ele nem piscava de tão vidrado que se encontrava olhando para os seios de sua irmã. Maria contou que não queria passar por isso novamente, pois, em seu outro casamento, flagrou também a irmã Helena na cama com Fabrício, seu ex-marido. José negou que estava olhando para os seios de sua cunhada, e ressaltou que nada do que ele falasse adiantaria, pois Maria nunca estava disposta a ouvi-lo. Ele ainda apontou que Maria não conseguia conversar, pois sempre estava gritando com ele ou com as crianças. Maria disse não saber se ela e José ainda eram um casal, pois não conseguia esquecer a imagem de José “encarando os seios” de sua irmã Helena. Maria relatou que havia dito à José para ele pegar Sofia, Helena e sumir da vida dela e dos filhos dela. José neste momento começou a chorar, indicando não saber mais o que fazer, pois aquela era a família dele. José contou que Maria, nos últimos tempos, falava que se eles se separassem, os filhos ficariam com ela e que ele teria que sair de casa.

José relatou que Júlio, um dos gêmeos, estava acordando no meio da noite, se deslocando até o quarto do casal e dormindo abraçado com ele. José apontou que não

conseguiria ficar longe das crianças, pois eles eram seus filhos. José afirmou que amava Maria, mas não sabia mais o que tinha que fazer. Era muita coisa acontecendo e ele mal conseguia pensar sobre, e que, muitas vezes, acabava ficando imerso nas atividades do trabalho, pois era muito árduo para ele lidar com tudo aquilo que estava emergindo em sua família. A psicoterapeuta questionou o casal acerca do que eles gostariam de fazer e sinalizou a importância de Maria e José realizarem sessões separadas do restante do grupo familiar para que pudessem discorrer sobre aspectos da conjugalidade do casal, a fim de que melhorassem a relação e lidassem com os conflitos que haviam emergido, caso este fosse um desejo do casal.

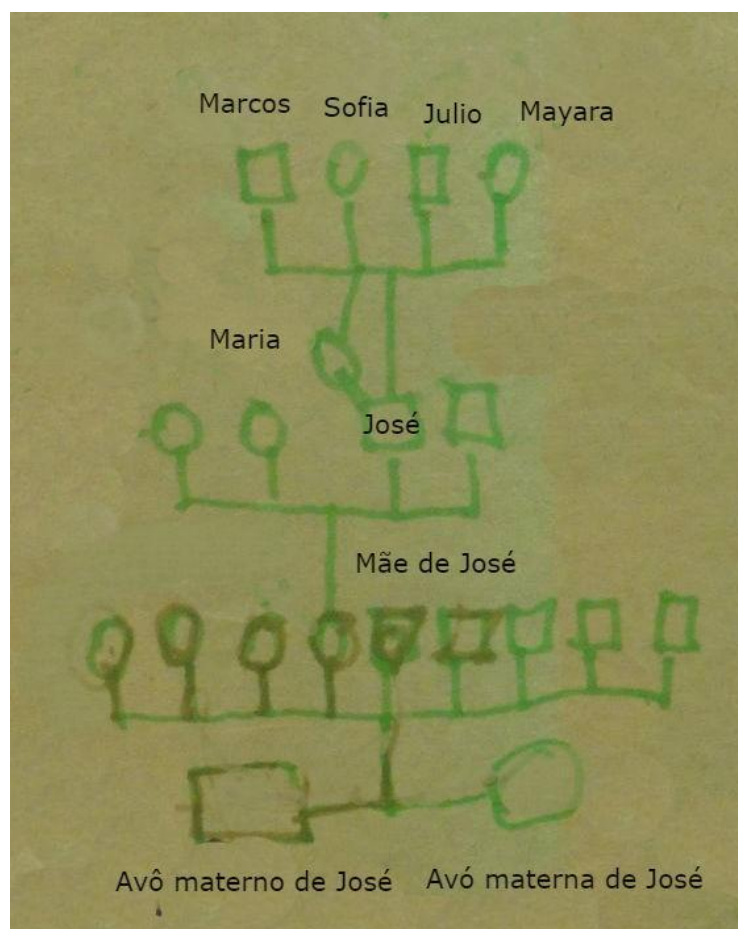
Durante as sessões de devolutiva, Maria disse que as crianças estavam cada vez piores, que Sofia estava mentindo muito e tentava manipular as pessoas. Maria relatou que, quando José chegava em casa, Sofia começava a chorar, mesmo sem ter acontecido nada. Devido a isso, José estava brigando com Maria. Maria contou que quando passava perto de Sofia esta começava a dar risada, mas na frente do pai ela chorava. Maria contou que José havia conversado com Sofia sinalizando que ele não aguentava mais, que iria colocá-la em um ônibus e mandá-la de volta para aquelas pessoas que fizeram mal a ela. Diante disso, discutiu-se com a família sobre tudo o que estava acontecendo com eles, bem como suas vinculações e a dinâmica familiar que haviam construído, e os problemas que estavam emergentes. A família informou que gostaria de mudar a forma como os familiares estavam se relacionando, e inicialmente concordaram em continuar os atendimentos. Entretanto, posteriormente a família informou que não continuaria com o processo terapêutico familiar e, diante disso, os atendimentos com o grupo familiar foram encerrados. Sofia continuou a ser atendida individualmente por outra psicoterapeuta.

## 5 *O uso de recursos no CASO I*

- *Genograma*

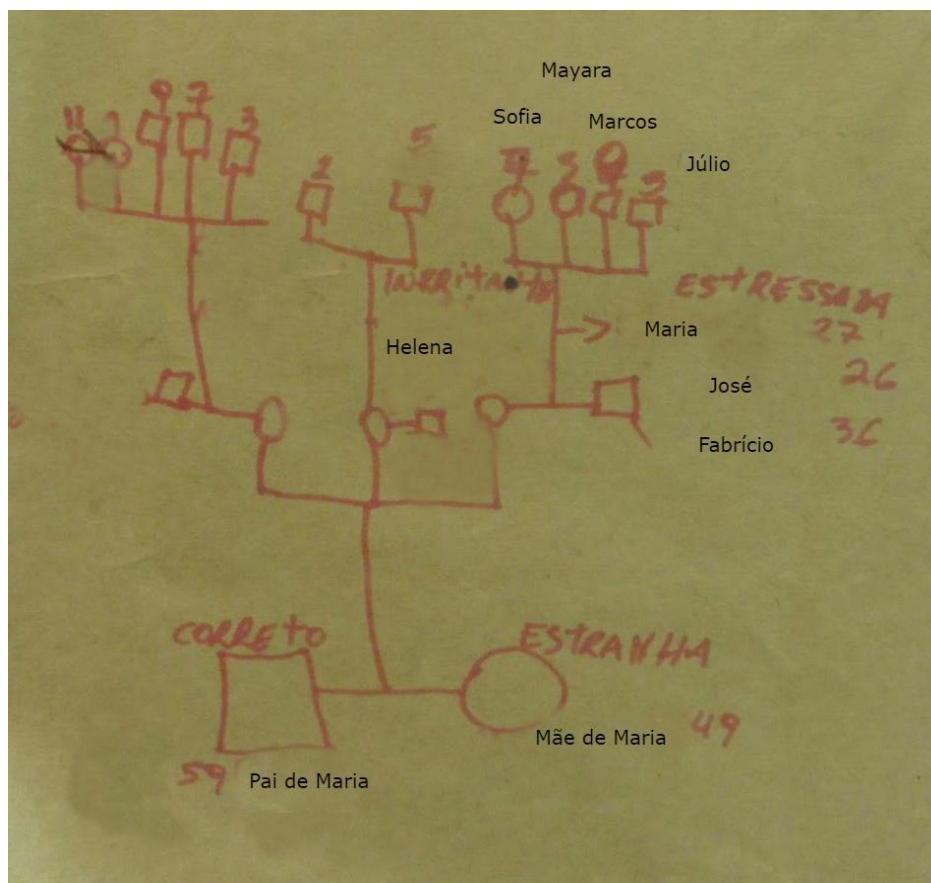
Logo no segundo encontro com a família, foi elaborado um genograma familiar. Enquanto Maria, José, Marcos e Sofia faziam o genograma, Júlio andava pela sala, demonstrando estar agitado, pegava as canetinhas e ficava batendo-as na carteira. Marcos e Sofia interagiram ao longo da construção do genograma, sendo que Marcos ensinava Sofia a escrever o nome dele e dos demais membros da família. A elaboração do genograma com esta família possibilitou compreender aspectos sobre o relacionamento do casal, o lugar das figuras parentais, bem como suas ausências e o lugar de cada uma das crianças na estrutura familiar.

O genograma de Sofia baseou-se em uma linha vertical na qual Sofia colocou o nome de todos os membros da atual família, incluindo os pais de sua madrasta Maria, e excluindo sua família biológica, bem como sua mãe, padrasto e avós maternos. No genograma desenhado por José (Figura 2), pode-se observar apenas a linhagem familiar de sua mãe, e conseqüentemente, a exclusão da figura de seu pai e de toda a linhagem paterna que o antecede. Diante disso, a psicoterapeuta perguntou sobre o pai de José, ao que ele disse que havia sido um bom pai, mas não havia tido contato ao longo de sua infância, pois o pai trabalhava muito, não passando muito tempo em casa com ele e os irmãos.



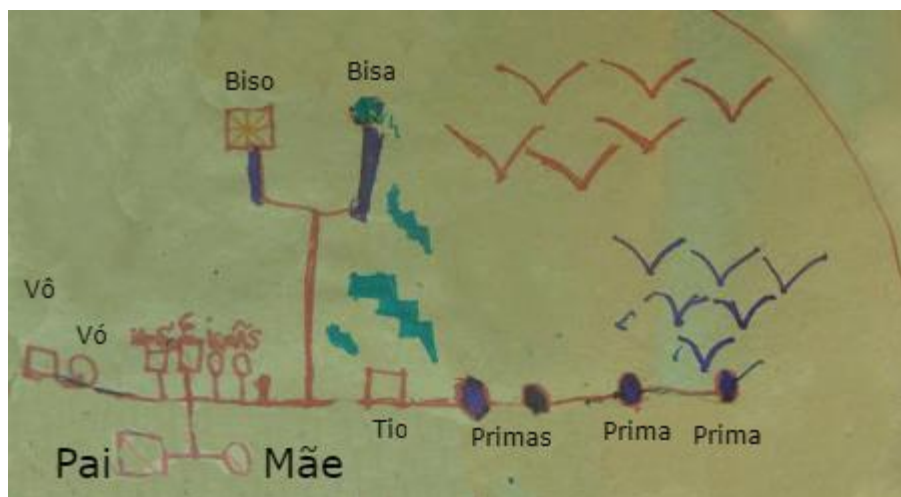
**Figura 2.** Caso I - Genograma José.

Ao longo da confecção do genograma de Maria (Figura 3), ela afirmou que já não tinha mais uma relação com a família de origem dela, que sua família era a que estava presente na sessão.



**Figura 3.** Caso I - Genograma Maria

Marcos também confeccionou seu próprio genograma (Figura 4), no qual representou seus avós e bisavós maternos, José, Maria e os irmãos - Júlio, Mayara, Sofia e ele. Ao perguntar para Marcos o porquê do quadradinho do pai estar dividido, Marcos respondeu que era seu pai Fabrício e José. Diante disso, a psicoterapeuta perguntou o que Marcos sentia em relação a José e então Marcos explanou sobre seu desejo de passar mais tempo com José. Também pode ser observado que a figura de Sofia é reconhecida como laço fraterno no genograma elaborado por Marcos, ao representar Sofia e nomeá-la como “irmã”.



**Figura 4.** Caso I - Genograma Marcos

- *Linha da vida*

A linha da vida possibilitou uma melhor compreensão acerca da história desta família, elucidando como aquelas pessoas que estava ali presentes no *setting* se tornaram uma família, e principalmente, como Maria e José se tornaram um casal.

Durante a confecção desta atividade, foi possível observar que Maria e José haviam feito duas linhas separados. A psicoterapeuta tinha solicitado que escolhessem uma data em que a história da família deles havia iniciado e que traçassem a partir daí os acontecimentos que julgassem importantes ao longo da história da família. Contudo, o casal pediu para que fizessem separados uma linha da vida e assim o fizeram. As crianças não quiseram participar da confecção propriamente dita e ficaram desenhando. Logo que Sofia e Marcos terminavam seus desenhos, ou antes mesmo de terminarem, os gêmeos rabiscavam os desenhos e os cortavam em pedacinhos.

Ao pedir para que contassem sobre a linha da vida que o casal fizera, José passou a relatar que sentia que a vida dele havia começado após um acidente de moto que havia sofrido, no qual tinha ficado inconsciente por nove dias. Após três dias estando acordado, havia recebido alta, com o médico tendo achado que era um milagre ele ter sobrevivido sem sequelas. José

disse que na época do acidente era casado com a Fernanda, que ela não o deixava em paz e logo ele teve que voltar a trabalhar.

José disse que ele e Fernanda brigavam muito, então ele resolveu sair de casa. Em 2012, mudou-se para Curitiba a trabalho, onde ficou por sete meses, tendo depois voltado para Londrina. Em 2013, foi novamente para Curitiba e, em 2015, retornou para Londrina outra vez, tendo sido naquele momento que havia conhecido Maria. José disse que tinha conhecido Maria no final de 2015 e, no início de 2016, tinham passado a morar juntos. Ao perguntar como havia sido a decisão deles de morarem juntos e o que sentiram na época, José apontou que havia sido “algo meio doido”. Maria indicou que “foi tudo muito rápido” e que eles nunca haviam tido muito tempo para serem um casal, no sentido de namorarem, pois quando se conheceram, os gêmeos tinham seis meses e, cerca de um mês após se conhecerem, já estavam morando juntos.

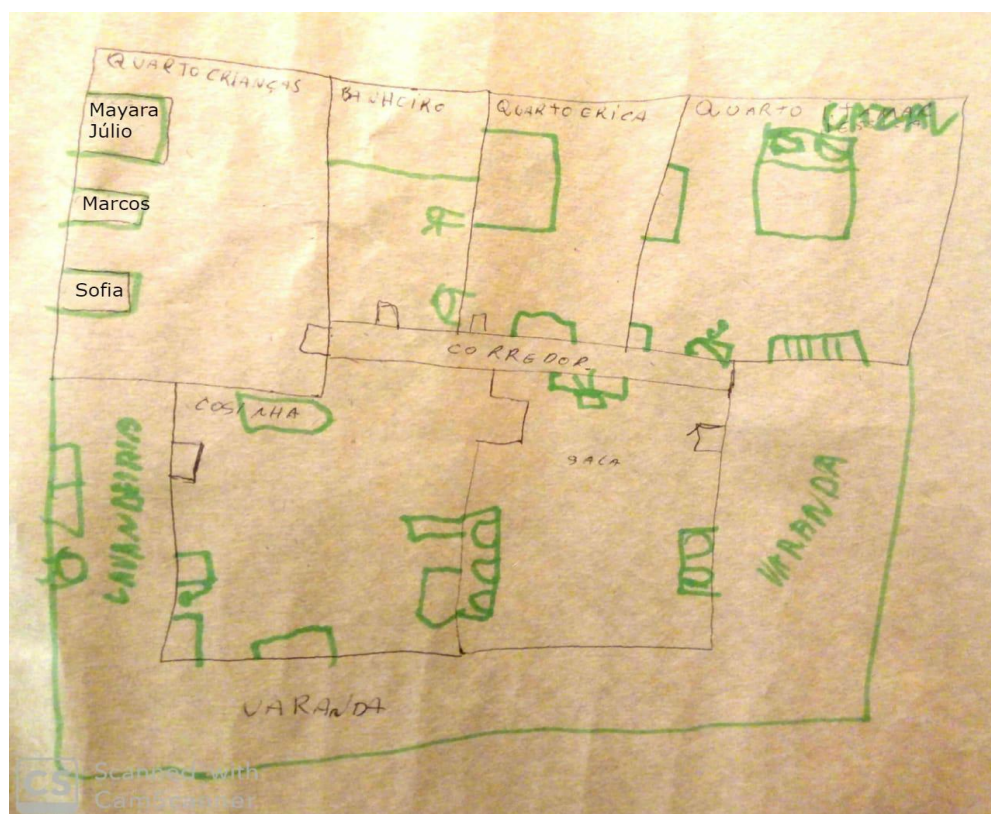
Maria iniciou sua linha da vida no ano de 2004, pois afirmou que antes disso não via sentido em falar sobre, pois não havia tido uma infância. Maria contou que com treze anos começou a trabalhar de babá. Em 2007, conheceu Fabrício, o pai de Marcos, como qual ficou casada por cinco anos até descobrir que Fabrício estava tendo um relacionamento com outra mulher, com a qual tinha um filho de três anos. Após isso, Maria relatou que também descobriu que Fabrício e sua irmã Helena eram amantes, o que culminou na separação definitiva entre Maria e Fabrício.

Em 2014, Maria começou a namorar um outro rapaz e acabou por engravidar dele. Um pouco antes de saber sobre a gravidez de Mayara e Júlio, Maria descobriu que o pai biológico deles era usuário de drogas e diante disso se afastou e nunca mais obteve notícias a respeito dele. Maria contou que logo depois que as crianças haviam nascido, ela tinha conhecido José, de maneira que após um mês de relacionamento já estavam morando juntos. Quando Sofia havia ido passar as férias com eles, Maria descobriu o que estava acontecendo com a menina e, desde então, a garota tinha passado a morar com eles.

- *Espaçoograma*

No quinto encontro, a psicoterapeuta pediu para que a família fizesse o espaçoograma.

José e Maria fizeram juntos (Figura 5). Sofia fez o dela (Figura 6) e Marcos o dele (Figura 7).



**Figura 5.** Caso I - Espaçoograma de José e Maria.



**Figura 6.** Caso I - Espaçoograma Sofia



**Figura 7.** Caso I - Espaçoograma Marcos.

## 6 Encaminhamentos e finalização do CASO I

Após as entrevistas iniciais com a família, foram realizados dois encontros para discutir sobre o que estava acontecendo com o grupo familiar. Primeiramente, foi realizada uma devolutiva com toda a família e posteriormente uma apenas com o casal, Maria e José. Nestes encontros foram destacados alguns aspectos observados ao longo das entrevistas iniciais, como os comportamentos de Sofia após a violência que sofrera, a relação de Sofia com os irmãos, o relacionamento do casal, a relação de Marcos com José e de Sofia e Maria.

Após a psicoterapeuta apresentar e discutir com o próprio grupo familiar os aspectos observados e os materiais produzidos pela família ao longo das entrevistas iniciais, a família relatou perceber muitas coisas que poderiam ser trabalhadas ao longo dos atendimentos.

Contudo, Maria ressaltou que não sabia se suportaria todo o estresse que estava passando diante dos acontecimentos com Sofia e com José. Inicialmente, a família havia decidido continuar com os atendimentos familiares, intercalando-os, de maneira que ora seria realizada uma sessão com o grupo familiar e ora com o casal.

Dias após a devolutiva com o casal, Maria entrou em contato por telefone sinalizando que talvez ela e José se separariam, ressaltando que não continuariam os atendimentos em família. A psicoterapeuta pediu para que eles refletissem sobre a decisão e, caso quisessem continuar a terapia familiar ou de casal, poderiam entrar em contato novamente. Contudo, no ano seguinte, após o período de recesso de final de ano, a família não retornou o contato da psicoterapeuta e os atendimentos foram encerrados. Sofia havia iniciado a terapia individual em um dos projetos de atendimento infantil oferecidos pela universidade.

## *7 Compreendendo a dinâmica familiar do CASO I*

Em relação à dinâmica da Família II, ao longo dos primeiros atendimentos foi possível observar que José apresentava dificuldades em lidar com violência que a filha sofrera, sendo, na maioria das vezes, Maria a porta-voz tanto do que havia ocorrido com Sofia como os demais problemas familiares que estavam acometendo o grupo.

Além do papel de porta-voz das questões emergentes no grupo familiar, também pode-se observar o acúmulo de responsabilidades e a somatização que Maria vivenciara (chegando a sofrer um início de um infarto). Maria, após descobrir o que estava acontecendo com Sofia, assumiu todos os cuidados para com Sofia, desde levá-la aos médicos e demais serviços da rede de acolhimento a crianças vítimas de violência, aos cuidados maternos propriamente ditos. Contudo, Maria apresentara dificuldades em exercer os cuidados maternos para com Sofia, visto que Sofia apresentava comportamentos agressivos direcionados à figura de Maria, buscando até mesmo manipular o restante dos membros da família a fim de que ficassem

contra Maria.

Araújo (2002) destaca que o rompimento do pacto silencioso que envolve o abuso, amplia o conflito familiar, tornando-se um momento difícil para todos, pois mobiliza sentimentos ambivalentes de amor e ódio, de proteção e rejeição, de negação e enfrentamento da realidade. A fragilidade de Sofia e os comportamentos agressivos demonstravam o sofrimento psíquico da criança decorrente da violência à qual Sofia foi acometida. Além disso, agressividade de Sofia aponta para a ideia de um ataque ao vínculo, sendo um ataque mais contra a função que o vínculo materno representava, do que contra o objeto em si. Fernanda, mãe de Sofia, figura que anteriormente exercia a função materna, que deveria proteger, cuidar e oferecer um ambiente favorável ao amadurecimento físico e emocional de Sofia, foi a mesma figura que permitiu que o padrasto ferisse a criança, rompendo assim, o vínculo de confiança entre mãe e filha. Após isso, Maria, que buscava exercer os cuidados da figura materna para com Sofia, era constantemente atacada pela criança.

Sofia apresentava uma sensação de desamparo intensa em relação à figura materna. Contudo, por meio do genograma da criança pode-se notar que Sofia negou a família materna biológica, assumindo a família de Maria, sua madrasta, como sua família, incluindo, não apenas Maria, mas também os pais de Maria.

Pode-se perceber, ademais, por meio do genograma e do espaçograma confeccionados por Marcos, o reconhecimento de José como figura paterna e o laço fraterno para com os irmãos, incluindo Sofia, que mesmo não tendo nenhum laço sanguíneo, era reconhecida por Marcos como irmã. Em relação ao reconhecimento da figura paterna pode-se observar que Marcos no espaçograma nomeia o quarto do casal como “Quarto da mãe e do pai”. E no genograma, Marcos divide o quadrado que representa a figura de pai ao meio, representando a figura de José também como uma figura paterna. O uso deste recurso possibilitou demonstrar a José o reconhecimento e o desejo de Marcos em vê-lo também como uma figura parental,

apresentando-se como um “suporte mediador associativo” (Benghozi, 2010, p. 183).

Em relação ao laço fraterno, foi possível observar nesta família que as crianças possuíam um vínculo harmonioso, reconhecendo uns aos outros como irmãos, cujos laços psíquicos de filiação, laço real, consanguíneo, ou de afiliação, demonstravam sentimento de pertença entre os indivíduos do grupo familiar, inclusive demonstrando terem acolhido Sofia como parte do laço fraterno (Benghozi & Feres-Carneiro, 2001). Outro aspecto importante a ser destacado é o comportamento dos gêmeos ao longo das sessões, ao jogarem as canetinhas e lápis no chão, rabiscarem e cortarem todos os desenhos dos irmãos, atos que podem ser vistos como formas dos pequenos de demarcarem a agressividade presente no grupo familiar (Benghozi, 2010).

Por último, é interessante refletir acerca da conjugalidade de Maria e José, cujo vínculo, aparentemente, foi iniciado em torno do papel parental, como uma espécie de pacto para o exercício da parentalidade e não em torno da conjugalidade. O contrato por eles estabelecido denota a ideia de que ficaram juntos para serem pais, sendo que desde o início não demonstraram serem um casal cujo vínculo estaria demarcado pela relação conjugal. Segundo Ziviani, Feres-Carneiro e Magalhães (2012), a conjugalidade implica “o entrelaçamento de dois ‘eus’, duas subjetividades, para a constituição de uma identidade compartilhada” (p. 166), a fim de que seja demarcado o mito da continuidade geracional. Entende-se que a conjugalidade deve se desdobrar para a parentalidade, diferentemente do caso em questão, que aponta para a ideia de um processo contrário.

Maria e José apresentavam dificuldades em elaborar uma linha da vida em conjunto que sinalizasse o surgimento da família presente no *setting*. O casal optou por fazer, de forma separada, cada uma de suas linhas da vida e, ao discorrerem sobre como escolheram ficar juntos, a fala de ambos referiu-se à união do casal como “algo muito doido” e que “foi tudo muito rápido”, explanando ainda que eles nunca haviam tido muito tempo para serem um casal. O casal contou que após um mês namorando decidiram ir morar juntos e de repente,

José que era pai apenas de Sofia, passa a exercer os cuidados parentais de Marcos e dos gêmeos, que na época em que se conheceram tinham cerca de seis meses de vida.

É importante destacar, como afirmam Ziviani, Feres-Carneiro e Magalhães (2012), que é no encontro da subjetividade do pai com a da mãe que emerge a parentalidade. E “esse encontro de subjetividades define a relação intersubjetiva entre pai e mãe, e entre estes e os filhos” (Ziviani, Feres-Carneiro & Magalhães, 2012, p. 166). Contudo, neste caso o casal demonstrava dificuldade em refletir acerca do encontro, bem como sobre os motivos que levaram os cônjuges a decidirem iniciar uma vida em conjunto. Ao longo dos atendimentos foi possível observar que os aspectos conjugais foram emergindo com tamanha intensidade que, ao final das entrevistas iniciais com a família, o vínculo conjugal estava ameaçado a tal ponto que o casal chegou a cogitar uma separação.

Diante disso, pode-se refletir acerca das alianças inconscientes estabelecidas pelo casal. Kaës (2014) retoma três textos de Freud, “Um caso de histeria e três ensaios sobre a sexualidade”, “Contribuições à psicologia do amor” e “Sobre o narcisismo: Uma introdução” para refletir acerca dos tipos de escolha do objeto amoroso. Um deles é a escolha do objeto amoroso segundo o modelo de apoio, em que se ama a mulher que alimenta, o homem que protege e as linhagens que possam vir a descender. Sendo assim, o homem procura na parceira a mulher maternal e a mulher procura o homem protetor. Contudo, o vínculo amoroso não se sustenta apenas pela escolha de um objeto amoroso, necessitando também de um investimento narcísico para além do objetal.

Kaës (2014) destaca que a relação do casal que é permeada por uma natureza sexual e afetiva, também é “sustentada pelo projeto de dar conta da tensão entre a realidade psíquica do casal e a realização de certos desejos desses sujeitos” (p.161). Ou seja, o investimento psíquico entre duas pessoas pressupõe o ajustamento, em que os sujeitos possuam determinados desejos que coincidam. Contudo trata-se de dois sujeitos que possuem

realidades psíquicas únicas e que, ao se unirem, formam uma realidade psíquica do casal. Assim, essa união também é geradora de conflitos e sofrimentos, como pontua Kaës (2014).

Desta forma, pode-se observar que ao longo dos atendimentos, Maria e José experienciavam e refletiam acerca do encontro, que talvez tenha ocorrido de forma precipitada e impulsiva, ocasionando um vínculo conjugal fragilizado e que estava ameaçado de se dissolver. Além disso, a relação do casal estava vivenciando a ilusão e desilusão que emerge diante das crises, separações e das novas ligações que se experencia ao longo de uma vida conjugal e que acabam por gerar novos pactos defensivos (Kaës, 2014), que neste caso acabava por suscitar em não dar continuidade ao processo psicoterapêutico.

#### 8 *Demanda do Judiciário x Demanda da família – CASO I*

A família havia sido encaminhada para psicoterapia para que fosse trabalhada a nova configuração familiar e elaboração das questões despertadas pela violência que Sofia sofrera e os efeitos que haviam reverberado no restante da família. Contudo, ao longo dos encontros, foram despertadas questões sobre a conjugalidade do casal, que acabou por decidir não continuar a terapia familiar e apenas seguir com a terapia individual de Sofia. Acerca disso, como colocam Moguillansky e Nussbaum (2011) quando a família não apresenta sustentação narcísica, a psicoterapia familiar acaba por não se sustentar devido à ausência de condições psíquicas do grupo para lidar com os conflitos familiares e a sobrecarga das emoções presentes. Neste caso, os conflitos existentes não são apenas os decorrentes da violência que Sofia sofrera, mas também das relações estabelecidas pelo casal.

## CASO II

1 *Dados Gerais*

A família II era composta pela mãe Vilma (44 anos), o pai João (51 anos) e quatro filhos, Ricardo (25 anos), Larissa (18 anos), Laura (13 anos) e Kaio (8 anos). Vilma era do lar e a principal responsável pelo cuidado diário dos filhos Larissa, Laura e Kaio. João trabalhava em outra cidade durante a semana, apenas retornando ao lar da família aos finais de semana. Ricardo, o filho mais velho, já não residia com sua família de origem, havia se casado e possuía duas filhas, sendo uma recém-nascida. Diante disso, inicialmente foi proposto que as entrevistas iniciais com a família ocorressem com o subsistema familiar destacado em azul na Figura 8 abaixo.

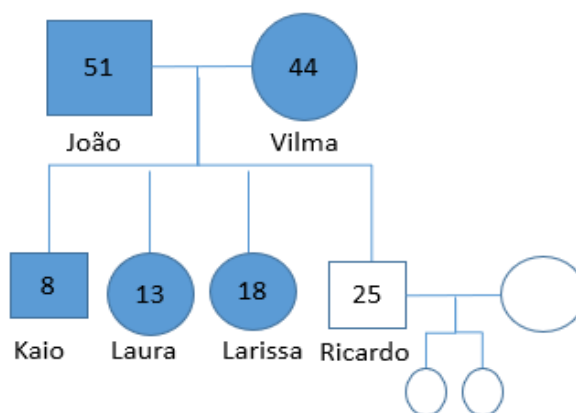


Figura 8. Genograma Família II - Elaborado pela autora

2 *Motivos do encaminhamento para a psicoterapia familiar*

Vilma era alcoolista e, devido a diversas agressões verbais e físicas contra Laura, aliadas a outras situações de negligência para com os filhos, acabara por perder a guarda dos filhos menores, Laura e Kaio.

A família foi encaminhada pelo Sistema Judiciário, mais especificamente pela Vara da Infância e da Juventude, para psicoterapia familiar com o objetivo de trabalhar o vínculo entre mãe e filhos, principalmente entre Vilma e Laura devido ao longo histórico de violência entre elas. O Sistema Judiciário também solicitou que fossem trabalhadas questões relacionadas à parentalidade, em especial, o papel de João no cuidado com as crianças.

### 3 Número de atendimentos realizados

Em relação aos atendimentos, foram realizados seis encontros entre os meses de maio e setembro de 2018. Era esperado que durante este período tivessem sido realizadas quinze sessões com a família, visto que o contrato estabelecido com o grupo familiar pressupunha uma frequência semanal nas sessões. Abaixo encontra-se uma tabela (Tabela 2) com o objetivo de ilustrar a cronologia dos atendimentos, número de sessões, ausências e quais foram os membros do grupo familiar que haviam estado presentes em cada sessão.

Tabela 2

#### **Informações gerais sobre os atendimentos - Caso II**

| <b>Datas</b> | <b>Atividade Realizada</b> | <b>Membros da família que compareceram</b> | <b>da que Observações</b>  |
|--------------|----------------------------|--|----------------------------|
| 14/05/2018   | Contato Telefônico         | -  | -                          |
| 11/06/2018   | 1º encontro                | Vilma, João e Kaio                         | -                          |
| 25/06/2018   | Falta                      | -  | Não justificou             |
| 02/07/2018   | Falta                      | -  | Não justificou             |
| 09/07/2018   | Falta                      | -  | Não justificou.            |
| 10/07/2018   | 2º encontro                | Vilma, João e Kaio                         | -                          |
| 16/07/2018   | 3º encontro                | Vilma, Kaio e Larissa                      | -                          |
| 23/07/2018   | 4º encontro                | Vilma, Kaio e Laura                        | Genograma                  |
| 30/07/2018   | Falta                      | -  | Não justificou             |
| 13/08/2018   | Falta                      | -  | Não justificou             |
| 20/08/2018   | 5º encontro                | Vilma, Kaio e Laura                        | Tentativa de Linha da vida |
| 27/08/2018   | 6º encontro                | Vilma e Kaio                               | -                          |
| 03/09/2018   | Falta                      | -  | Não justificou             |
| 10/09/2018   | Encerramento do caso       | -  | -                          |

#### 4 *Síntese dos atendimentos*

Logo no primeiro encontro, a psicoterapeuta explicou como funcionava a psicoterapia familiar, que seriam realizados alguns atendimentos iniciais a fim de conhecer a família e sua respectiva demanda. Também foi explicado que, para se instaurar o processo psicoterapêutico, era de extrema importância a presença de todos os membros da família durante os atendimentos.

No primeiro atendimento, foi perguntado aos membros da família presentes (Vilma, Kaio e João) o que esperavam da psicoterapia familiar. Vilma relatou que esperava melhorar o relacionamento com a filha Laura e esta melhorasse em relação aos comportamentos que estava apresentando. João também ressaltou ter a expectativa que a relação de Vilma e Laura melhorasse, bem como os comportamentos de Laura, afirmando que a situação em casa estava insustentável.

Já na primeira sessão, Vilma indicou que apresentou muitos problemas com álcool e que o Conselho Tutelar a avisara muitas vezes que, caso ela não procurasse ajuda, teriam que retirar as crianças de casa, para a proteção das mesmas. Vilma relatou que não se atentava àquilo que as conselheiras afirmavam, e que nas últimas vezes estava alcoolizada quando os representantes do Conselho Tutelar a visitaram e acabou por expulsar as conselheiras para fora de sua casa.

Segundo Vilma, essa situação havia perdurado até que o Conselho Tutelar e a polícia retiraram Laura e Kaio do lar. Vilma afirmou que não suportava saber que as crianças estavam “naquele lugar” (instituição acolhedora), que ela mesma havia se internado para tratamento contra o alcoolismo, tendo ficado 15 dias, mas indicando parecer ter sido muito mais tempo. Vilma relatou que foi muito custoso ficar longe das crianças, principalmente de Kaio, e que visitava os filhos todos os dias.

João ficou quieto nas duas sessões em que compareceu junto com a família, apenas relatando que quase havia retirado as crianças da instituição acolhedora à força. Contudo, Vilma e sua advogada pediram para que ele não fizesse isso, haja vista que depois eles não poderiam

mais ver as crianças. João chegou a afirmar que Laura e Vilma não se davam bem e que a convivência entre as duas era muito penosa.

Vilma dizia que a psicoterapeuta precisava conhecer Laura, que ela era “terrível”, que não sabia mais o que fazer. Dizia que a filha não a obedecia, não parava quieta e que era muito desagradável. Segundo Vilma, o único problema que enfrentavam naquele momento referia-se a Laura, haja vista que as outras coisas estavam bem, dado que ela não estava mais bebendo, que já fazia cinco meses que não colocava “uma gota de álcool na boca”.

Após a primeira sessão, ocorreram três faltas consecutivas aos atendimentos. Ao serem informados que perderiam o atendimento ofertado à família, Vilma indicou que na sessão seguinte eles se organizariam para comparecer. No segundo atendimento, novamente estiveram presentes apenas João, Vilma e Kaio. Vilma novamente relatou não tinha conseguido levar Laura para o atendimento. A psicoterapeuta acolheu a família na sala de atendimento e explicou novamente a importância da presença de todos os membros do grupo familiar.

Contudo, mesmo após enfatizar que os atendimentos só aconteceriam na presença de Laura, no terceiro encontro Vilma levou Larissa, a filha mais velha de 18 anos, dizendo que Laura não havia podido comparecer ao atendimento familiar, pois havia tido que permanecer em casa para cuidar do filho de uma vizinha. Nesta sessão, Vilma pediu para que Larissa contasse para a psicoterapeuta como Laura era dentro de casa.

Larissa ainda morava com Vilma, mas estava de mudança para a casa do namorado com o qual moraria junto. Essa mudança estava ocorrendo, uma vez que Larissa estava grávida de três meses na época dos atendimentos.

Tudo indicava que Laura e Kaio estavam residindo com a mãe e a irmã Larissa, embora devessem estar sob a responsabilidade de Ricardo, residindo com o irmão mais velho. As crianças Laura e Kaio haviam sido retiradas do lar da família e tinham ficado aproximadamente trinta dias em uma casa de acolhimento institucional, até a determinação do Sistema Judiciário

que havia concedido a guarda provisória de Laura e Kaio para o irmão mais velho, Ricardo. Desde então, as crianças haviam passado a residir com Ricardo, a esposa de Ricardo e as filhas do casal, sendo importante destacar que Ricardo trabalhava o dia todo e à noite fazia faculdade. Diante da rotina de Ricardo, os cuidados de levar à escola e alimentação, na prática, continuavam a serem realizados por Vilma durante a semana.

Ao longo do terceiro atendimento, Vilma relatou já ter machucado muito Laura. Disse que, na época em que bebia, tinha chegado a arremessar uma tesoura em Laura, deixando uma marca no rosto da filha e que, cada vez que olhava para a cicatriz, sabia que havia sido ela quem havia feito aquilo. Contou que Laura reclamava que apenas Larissa e Kaio recebiam atenção e que ninguém lhe dava carinho. Vilma relatou que não tratava ninguém diferente, mas não conseguia abraçar Laura depois de tudo que a filha já havia feito. Vilma dizia que guardava muito os acontecimentos em sua memória, que não esquecia as coisas que sua filha Laura já lhe dissera. A psicoterapeuta perguntou à Vilma se poderia relatar alguma situação ao que Vilma respondeu que não se lembrava de nenhum momento específico. Vilma também disse ter consciência que ela também já tinha magoado muito Laura.

A psicoterapeuta perguntou em sessão se Vilma conseguiria dar um abraço em sua filha Laura e ela disse que não. Laura muitas vezes tentava abraçá-la, mas a genitora mandava Laura sair, empurrando-a. Foi indicado que Laura sempre fazia essas coisas quando Vilma estava ocupada, arrumando a cozinha ou vendo TV.

Ao perguntar como foi quando Laura havia nascido e Vilma disse que tinha sido a maior alegria, que havia ficado muito feliz quando soube que estava grávida de Laura. Afirmou que era normal a relação entre elas quando Laura era criança, mas que nos últimos quatro anos havia piorado muito.

Vilma sinalizou, ademais, que Laura era muito esperta, que fazia muitos tapetes de crochê e que depois vendia para os familiares e vizinhos. Apontou, igualmente, que Laura

guardava seu próprio dinheiro e, quando o pai precisava, a garota até lhe emprestava, e depois o pai a pagava de volta. Vilma disse que Laura tinha comprado um celular com o próprio dinheiro e queria comprar um computador, e não tinha dúvidas que Laura conseguiria. Relatou, ademais, que Laura comprava doces em lojas de 1,99 para vender na escola e que todo dinheiro que Laura ganhava, era reinvestido. Vilma disse que apenas gostaria que Laura fosse mais sossegada, menos agitada.

Vilma sinalizou que todos os outros filhos eram calmos, tranquilos e muito diferentes de Laura, sempre afirmando à psicoterapeuta que ela precisava conhecer a menina. Entretanto, Laura não aparecia. Quem era Laura? Quem ela representava? Qual o sentido da ausência de Laura? O que acontecia que a Laura, que tanto Vilma gostaria que a psicoterapeuta conhecesse, até então não havia sido pessoalmente apresentada?

Laura compareceu apenas no quarto encontro. A partir desta sessão, João não pôde mais participar, pois passou a retornar à cidade apenas aos finais de semana alternados, não tendo condições de se ausentar do trabalho para vir às sessões com a família.

Nas duas semanas seguintes, a família faltou às sessões, sem justificar a ausência. A psicoterapeuta entrou em contato com Vilma para saber se havia interesse da família em continuar os atendimentos, questionando se compareceriam à sessão naquele dia. Vilma disse que não poderiam e, ao sinalizar que os atendimentos seriam encerrados, devido ao número excessivo de faltas, Vilma disse que encontraria uma forma de comparecerem à sessão e assim o fizeram.

No quinto encontro com a família, foi proposto que fizessem a técnica da linha da vida, a fim de obter maiores informações do grupo familiar, mas as crianças não queriam participar e Vilma não conseguiu prosseguir sozinha, mesmo com ajuda da psicoterapeuta. Vilma relatou que, antes da sessão, Laura havia dito que Vilma era a culpada de terem que passar por tudo isso. Laura ficou quieta. Vilma começou a reclamar da menina, indicando que se o Conselho

Tutelar aparecesse novamente em sua casa, ia pedir para que levassem Laura, pois não sabia mais o que fazer com a garota, apontando que Laura não ajudava e nem a obedecia.

Vilma foi mencionando características ruins de Laura e argumentando que os demais filhos eram todos sossegados, que seria maravilhoso se Laura fosse igual a eles. Vilma relatou que sua sogra queria ficar com Kaio, mas que ninguém queria ficar com Laura e que não havia mais condições de permanecer com a garota. Vilma chegou a dizer saber que a culpa disso tudo poderia ser dela, mas que eles precisavam ajudá-la. Vilma contou que quando podia descansar, Laura queria brincar e, quando mandava Laura fazer as coisas, ela não fazia. Desta forma, não deveria ficar dentro de casa. A psicoterapeuta perguntou à Vilma: “Não tem que ficar em casa? Se o conselho vir, pode levar?”. A psicoterapeuta destacou para Vilma que Laura estava ali ouvindo tudo o que ela havia falado. Vilma continuou dizendo “essa menina fala que quer carinho, que o pai é ausente. Hoje mesmo ela falou isso sobre o pai, coitado do homem” (sic). Vilma apontou que nunca nenhum filho havia lhe dito isso, “onde já se viu, pai dela tá trabalhando pra mandar dinheiro pra casa” (sic).

A psicoterapeuta chegou a perguntar à Vilma se ela concordava com a filha sobre João ser um pai ausente. Vilma disse que ele nunca ficou muito em casa, que de fato não era um pai presente e nem carinhoso. Laura relatou chorando que no dia anterior havia ido abraçar seu pai e ele tinha lhe dito para ela sair de perto.

Vilma contou que já havia falado para Laura arrumar um lugar, para ela sair de casa. A psicoterapeuta ressaltou para Vilma que Laura tinha apenas 13 anos e questionou como Vilma poderia querer que Laura saísse de casa. Vilma disse que João não aguentava mais e que ela não sabia mais o que fazer, que do jeito que Laura era, nunca conseguiria carinho.

Vilma relatou que Laura tinha chegado a desejar a morte do pai. Laura disse para Vilma contar o que João havia feito. Vilma apontou que João deu “uma rodada com cabo de vassoura em Laura”. Vilma argumentou que, por conta de Laura, poderia perder a guarda de Kaio. A

psicoterapeuta indagou: “Por causa da Laura?”. Vilma confirmou e a psicoterapeuta questionou o que Laura achava e sentia de tudo aquilo que a mãe estava falando e Laura começou a chorar.

Vilma perguntou para Laura o que ela queria que ela fizesse, se era amor e carinho que ela queria, que isso não tinha como, que era complicado. Laura indicou que já havia falado para mãe que só queria carinho, mas que nunca lhe haviam dado e só falavam que não gostavam dela. Vilma disse que aquilo tinha sido no passado, que Laura ficava com graça pedindo para abraçar e dormir junto.

A psicoterapeuta perguntou se Vilma achava que Laura havia esquecido tudo o que havia acontecido entre elas, todas as coisas que Vilma já havia dito e feito para Laura. Vilma apontou que não, que já tinha machucado muito Laura, que fazia *bullying* com a filha. Então a psicoterapeuta indagou se ela ainda achava que tudo aquilo que estava acontecendo era culpa apenas de Laura. Também solicitou que Vilma olhasse para tudo o que já havia acontecido entre ela e a filha.

Vilma disse que “só tolerava” a filha porque ela não bebia, não fumava, não usava drogas e não saía por aí com meninos. Neste momento, a psicoterapeuta solicitou que Vilma prestasse atenção no que ela estava dizendo - “só tolera?”. E novamente foi dito para Vilma que Laura estava ali na sala, ouvindo tudo o que estava sendo falado, pedindo para que imaginasse estar no lugar de Laura.

A psicoterapeuta questionou se Vilma apenas tolerava a filha ou se sentia alguma outra coisa. Vilma afirmou que amava Laura, mas não sabia se estava irritada, porque muita coisa havia acontecido e que estava em um estado em que, até aquele momento, não havia feito nenhum carinho na barriga da filha que estava grávida e ela estava com cinco meses de gestação. Também relatou que as crianças se aproximavam para pedir carinho em momentos que não conseguia, nos quais estava muito estressada.

A psicoterapeuta questionou se Vilma já havia recebido carinho de alguém ao longo da vida. Vilma disse que não, nem do próprio marido. A psicoterapeuta perguntou a Laura e Kaio o que eles entendiam sobre a história de sua mãe, sobre a ausência de carinho e afeto quando Vilma era criança, e também o que eles achavam de fazer carinho em sua mãe e se estavam dispostos a dar carinho a ela. As crianças disseram que entendiam um pouco e queriam poder fazer carinho em Vilma, mas que ela não gostava. Vilma relatou que gostava, mas que tinha hora para isso e que estava muito estressada.

A psicoterapeuta perguntou se Vilma poderia se permitir sentir o carinho de seus filhos e tentar dar afeto a eles. A psicoterapeuta questionou, igualmente, o que eles achavam de fazer algumas coisas juntos e se conseguiam. Vilma apontou que antes saía para andar de bicicleta com eles e, às vezes, tomar sorvete e que era bom ver todos juntos. Então, a psicoterapeuta indagou o que achavam de tentar fazer novamente coisas juntos, buscar conversar e demonstrar o carinho quando desejassem, mas também estarem dispostos a receber afeto. Eles responderam que tentariam. A psicoterapeuta também orientou Vilma, ao longo das sessões, em relação à importância dos atendimentos individuais para o tratamento contra o alcoolismo e sinalizou que o estresse que ela sentia poderia estar mais acentuado possivelmente devido ao fato de Vilma estar em abstinência. Vilma relatou que estava frequentando a terapia individual e que sentia muita falta quando não podia comparecer.

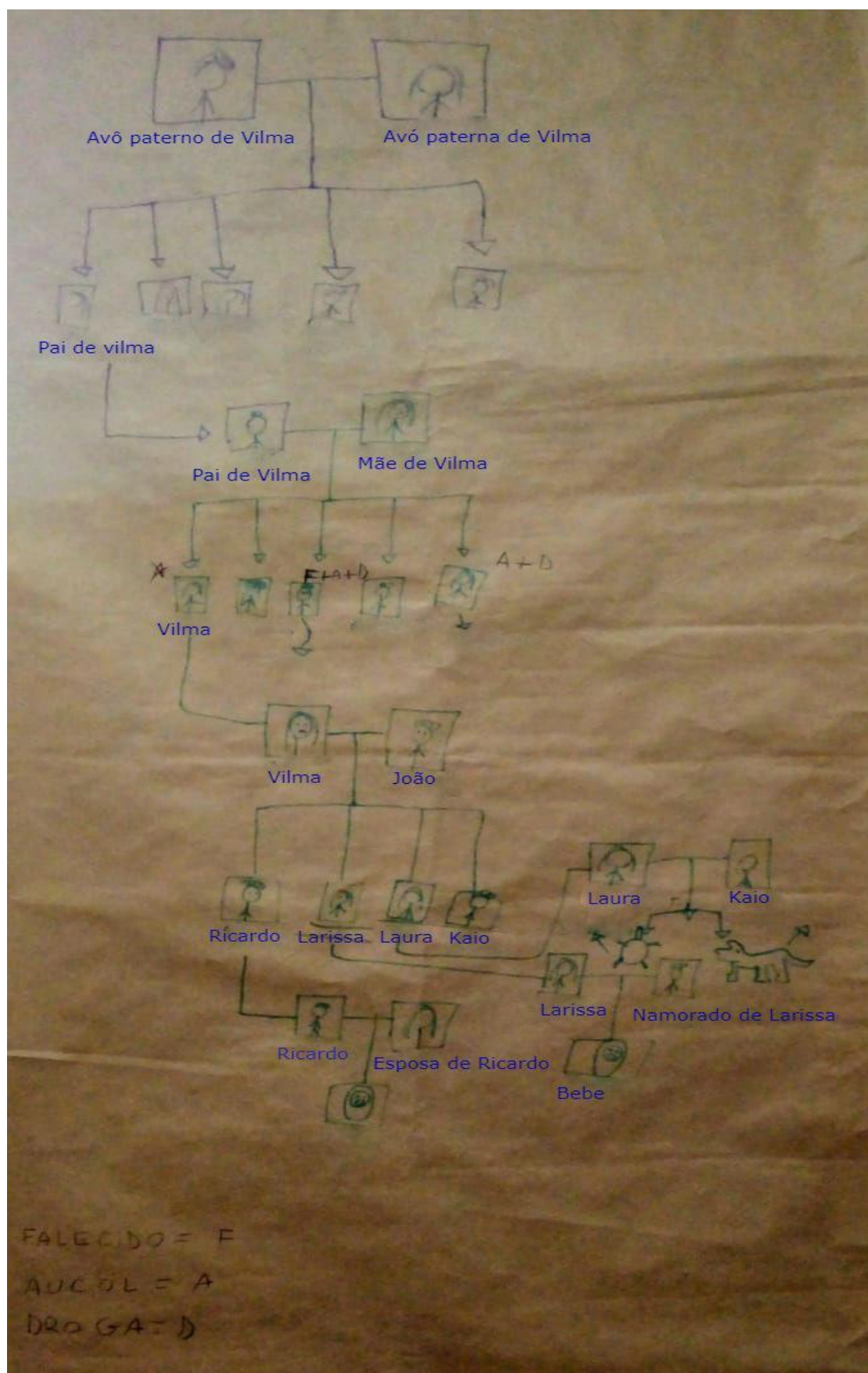
No sexto encontro, compareceram para atendimento apenas Vilma e Kaio. Laura era para ter se dirigido diretamente para a escola, mas não havia comparecido. Diante disso, Vilma e Kaio foram informados que o atendimento não seria realizado, mesmo assim a psicoterapeuta acolheu Vilma e a escutou acerca do que estava acontecendo. Vilma relatou não saber mais o que fazer com Laura, de maneira que a psicoterapeuta recomendou que Laura iniciasse psicoterapia individual visto que a mesma já havia manifestado interesse. Após isso, a família não retornou aos atendimentos e, após duas faltas consecutivas, somado ao número extensivo

de faltas, e, conseqüentemente, à dificuldade em se implicar no processo psicoterapêutico, os atendimentos foram encerrados.

## 5 *O uso de recursos no Caso II*

- *Genograma*

Na primeira sessão em que Laura compareceu, foi proposto à família que confeccionasse o genograma familiar para buscar entender um pouco sobre sua história e vínculos. Laura ajudou desde o início na confecção do genograma e Kaio não quis participar, tendo passado todo o atendimento desenhando. Laura e Vilma confeccionaram o genograma familiar, que pode ser visualizado na Figura 9, representada abaixo:



**Figura 9.** Genograma Caso II

O uso do genograma possibilitou que Vilma discorresse sobre diversos aspectos significativos presentes ao longo das últimas três gerações de sua família. Por meio dele, foi possível observar a violência, a ausência de afeto materno e também o uso de substâncias psicoativas como elementos transgeracionais presentes na família. Esses elementos que puderam emergir com o uso do genograma possibilitaram, conforme apontado por Benghozi (2010), a elucidação de aspectos tidos como vergonhosos, emersão de memórias dos fantasmas do grupo familiar e repetições presentes na genealogia da família, trazendo a possibilidade de figuração psíquica para a própria família acerca de sua história.

Em relação ao uso de substâncias, Vilma contou que um dos irmãos havia falecido de cirrose devido ao álcool e que outra irmã havia “se perdido nas drogas”, sendo que Vilma não tinha notícias dela. Vilma destacou que tinha sofrido muito com a morte de seu irmão, que depois disso ficou muito mal e havia começado a beber mais e as coisas em casa tinham piorado bastante.

Vilma contou ter outros irmãos por parte de pai, mas não os conhecia, e que também tinha um irmão preso por matar o esposo da irmã, demarcando as situações de violência vividas pela família. Vilma sinalizou que havia sido criada pelos avós, que ela e os irmãos não bebiam e nem fumavam naquela época, pois haviam recebido de seus avós bons exemplos. Ressaltou que ela e os irmãos foram fazer uso de álcool depois que haviam saído de casa e que tinham aprendido “essas coisas na rua”.

Em relação à presença da figura materna e da violência presente na dinâmica familiar ao longo das gerações, elas puderam ser observadas com o relato de Vilma ao compartilhar durante o atendimento que seus pais brigavam muito, que seu pai batia em sua mãe e sabia que se sua mãe continuasse com ele, acabaria morta. Vilma indicou que cansou de ver o pai “tirando sangue” da mãe e dos irmãos.

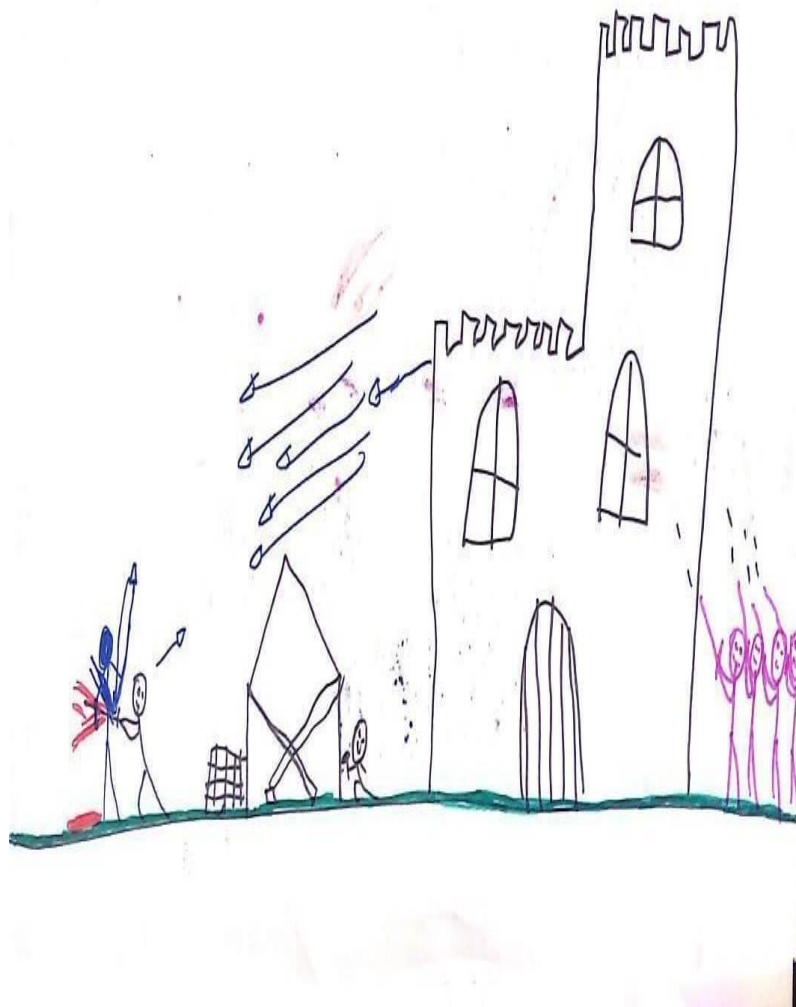
Vilma contou que havia ajudado a mãe a fugir de casa. A mãe desejava levá-la junto, mas Vilma não quis deixar os irmãos sozinhos, visto que o pai batia nos irmãos pequenos, mas não batia nela. Vilma argumentou que se deixasse os irmãos sozinhos com seu pai, eles apanhariam mais. Antes de encerrar a sessão, Vilma ao olhar para a família representada no genograma, apontou, com pesar nas palavras, que essa família já havia sofrido muito.

- *As ilustrações de Kaio*

Kaio, ao longo de todos os atendimentos, ficava fazendo bonecos policiais e rifles de papéis. E em outros momentos desenhava muralhas, armas, policiais, bandidos e balas disparadas (vide Figura 10, Figura 11 e Figura 12). Durante as sessões, a psicoterapeuta perguntou a Kaio porque ele sempre desenhava ou fazia bonecos policiais. Ele respondeu que gostava e que gostaria de ser um policial para matar bandidos. A psicoterapeuta perguntou se ele conhecia algum policial e ele relatou que sim. Vilma comentou que Kaio não podia ver um policial na rua que saía correndo para cumprimentá-lo.



**Figura 10.** Caso II - Desenho 1 de Kaio



**Figura 11.** Caso II - Desenho 2 de Kaio



Ao disponibilizar papéis, lápis e canetas esferográficas ao longo dos atendimentos foi possível para Kaio se comunicar por meio dos desenhos e dos bonecos confeccionados por ele. Como afirma Benghozi (2010), os recursos mediadores se tornam muito valiosos, principalmente quando há crianças no *setting* terapêutico, pois possibilitam que a criança possa participar ativamente. A partir desses recursos, foi possível oferecer a Kaio outra via de linguagem para que se comunicasse na psicoterapia, de maneira que a violência que permeava a família pôde ser representada por Kaio por meio dos desenhos.

Além disso, o desejo expressado por Kaio em se tornar um policial quando crescer, possibilita refletir sobre esta figura, que apresenta uma dualidade. Neste sentido, por um lado apresenta-se “positiva”, por ser responsável por conter a violência. Entretanto, pode também ser vista de forma “destrutiva”, por ser uma figura socialmente autorizada a fazer uso da força e da violência sem sofrer consequências como o aprisionamento, vivenciado inclusive por alguns de seus familiares e pela própria família, ao se sentir obrigada a passar pelos órgãos da Justiça justamente por terem dentro do grupo familiar autores da violência.

## 6 *Encaminhamentos e finalização do caso*

Ao encerrar o caso devido ao número excessivo de faltas e à dificuldade da família em se implicar nos atendimentos, no último contato por telefone com Vilma, a psicoterapeuta sugeriu que ela mantivesse a psicoterapia individual e que Laura iniciasse um processo psicoterapêutico individual. Também foi esclarecido que, caso a família tivesse interesse em realizar psicoterapia familiar no futuro, deveriam entrar em contato com a Clínica Psicológica da universidade e deixar o nome dos membros da família na lista de espera do projeto de atendimento psicoterapêutico de casal e família.

## 7 *Compreendendo a dinâmica familiar do CASO II*

Ao iniciar as entrevistas com esta família, desde os primeiros atendimentos, foi possível observar que Laura era colocada como o “paciente identificado” (Ramos, 1992). Na percepção do grupo familiar, o único problema vigente na família era relativo aos comportamentos de Laura e à relação dela com Vilma. Inicialmente, pôde-se observar que tanto Vilma quanto João, seu esposo, não enxergavam que os demais membros da família também eram responsáveis pelos comportamentos de Laura bem como o relacionamento conflituoso entre mãe e filha. Alguns teóricos da terapia familiar destacam a tendência em depositar a patologia da família em um de seus membros (Machado, Féres-Carneiro, & Magalhães, 2008; Sei, 2009; Souza & Sei, 2014; Ramos, 1992). É interessante pensar que, nesta família, mesmo Vilma tendo problemas com adicção de substâncias (bebidas alcoólicas), ela não era vista como o bode expiatório do grupo familiar, responsável pelos conflitos do grupo familiar. A pessoa que ocupava tal papel era Laura. Ademais, não apenas Vilma inicialmente negava a sua responsabilidade no sofrimento do grupo familiar como depositava, pela sua fala, a culpa dos problemas vivenciados pela família na menina.

E mesmo Laura sendo, segundo a própria família, o único problema vigente na relação familiar, o grupo se negava a apresentá-la à psicoterapeuta. Embora a mãe afirmasse que a psicoterapeuta deveria conhecer Laura, a família demonstrava dificuldades em levá-la para as sessões. A psicoterapeuta apenas conheceu Laura no quarto encontro com a família, sendo que foram realizadas apenas seis sessões com a família em questão.

Mesmo após a psicoterapeuta se negar a atender o grupo familiar no segundo encontro com a família, devido à ausência de Laura, Vilma reiterou o comportamento no terceiro encontro, tendo levado sua filha mais velha para a psicoterapeuta conhecer e pedindo durante a sessão que Larissa contasse como sua irmã Laura era dentro de casa. Enquanto isso, Laura havia ficado em casa cuidando do filho da vizinha. Diante disso, pode-se pensar que o grupo familiar,

principalmente a figura de Vilma, parecia querer incluir a psicoterapeuta no conluio de fantasias, a fim de convencê-la que o único conflito existente no grupo familiar se relacionava à existência de Laura. Assim, a família tentava manter a sua tendência de agir e reagir de acordo como material fantasiado, buscando evitar que a psicoterapeuta agisse como força centrípeta (Eiguer, 1995), capaz de “extrair” conteúdos que estavam encobertos na dinâmica familiar, na tentativa de manter Laura como a razão dos problemas familiares.

Desta forma, por entender que todo o grupo familiar depositara em Laura a responsabilidade pelos conflitos vivenciados pela família, e que esta era um fantasma no *setting* até aquele momento, a psicoterapeuta deixou claro que no encontro seguinte Laura deveria comparecer, caso contrário não haveria atendimento à família. Ao conhecer a garota, o que surpreendeu a psicoterapeuta foi que Laura era a porta a voz dos problemas familiares e, possivelmente por isso, mesmo que inconscientemente, tentavam isolá-la e fazer com que a psicoterapeuta se juntasse ao grupo familiar contra ela.

Laura era a única filha que falava que a mãe “era uma bêbada” (sic), que enfrentava Vilma quando ela bebia, que de certa forma alertava sobre as situações dentro de casa e o problema que Vilma possuía em relação ao uso de álcool. A garota era, adicionalmente, a única que tinha coragem de sinalizar que o pai era uma figura ausente na família.

Outro aspecto importante acerca da relação familiar no Caso II é que havia a dualidade na fala de Vilma quando se tratava de Laura, pois ao mesmo tempo que Vilma se orgulhava da proatividade e das iniciativas de Laura em ter o próprio dinheiro, também queria que a filha fosse mais sossegada. A respeito disso, é importante destacar que Vilma gostaria de trabalhar, mas João era contra, mesmo que a família estivesse passando por dificuldades financeiras. Vilma, em determinadas épocas, chegara a trabalhar de diarista e vender marmita escondida do marido. Diante disso, pode-se hipotetizar que o lugar que Laura ocupava dentro do contrato narcísico familiar (Aulagnier, 1975) se apresentava como um prolongamento narcísico de

Vilma, ocupando a função de realizar os desejos e fantasias não satisfeitos pela mãe (Freud, 1914/2006). Tal fato poderia estar vinculado à ambivalência da mãe em relação à filha, oscilando entre amor e admiração, por um lado, e raiva e inveja, por outro, visto não conseguir ela própria fazer o mesmo que a filha.

Contudo, é interessante pensar em como Vilma se sentia ao ver a filha fazendo as coisas que ela não conseguia realizar, bem como falando para Vilma sobre os problemas que ela tinha com o álcool. Essas ações de Laura foram capazes de despertar em Vilma sentimentos capazes de fazer com que ela arremessasse uma tesoura em sua filha, ferindo o rosto de Laura, que apresentava uma cicatriz próximo ao olho. Além disso, pôde-se testemunhar diversas agressões verbais nas sessões, conforme se pode observar na síntese dos atendimentos.

Vilma, quando criança, havia ajudado a mãe a fugir de casa devido às agressões de seu pai contra sua mãe, ajudando a proteger tanto sua mãe quanto seus irmãos, pois mesmo a mãe tendo a chamado para fugir junto com ela, Vilma havia decidido ficar para proteger e cuidar de seus irmãos. Diante disso, será que Laura não estaria fazendo o mesmo? Sendo assim, apresentando uma repetição da genealogia familiar (Benghozi, 2010), mas em vez de fugir, pode-se pensar que Laura estaria tentando ajudar a mãe, sinalizando o problema que Vilma tinha com o álcool e, ao mesmo tempo, protegendo seu irmão Kaio das situações de negligência devido ao alcoolismo da mãe.

## 8 *Demanda do Judiciário x Demanda da família – CASO II*

Um dos motivos pelo qual a família havia sido encaminhada pelo Sistema Judiciário para a psicoterapia era para que fosse trabalhado vínculo de Laura e Vilma. Em relação ao relacionamento de Vilma e Laura, ficou evidente que era marcado por agressões verbais e físicas que puderam ser observadas de forma mais clara apenas quando Laura compareceu às sessões. A família possuía dificuldades de estar presente nos atendimentos para que a relação

entre os familiares fosse trabalhada, pois não conseguiam ver os conflitos familiares como uma demanda compartilhada, mas sim, culpabilizar um dos membros pelos problemas existentes no grupo familiar.

Desta forma, como pontua Benghozi (2010), Moguillansky e Nussbaum (2011), Machado, Carneiro e Magalhães (2011) para que se inicie um processo psicoterapêutico familiar é importante que a família olhe para o seu funcionamento em conjunto, e não apenas para um de seus membros, a fim de que a demanda pelo atendimento familiar advinha da preocupação dos membros da família enquanto um grupo. Ou seja, há a necessidade de que a demanda seja da própria família e que esta apresente um desejo de elaboração e transformação psíquica do grupo familiar, o que não foi possível de se construir com esta família, que apresentava dificuldades em se manterem como um grupo inclusive no *setting*.

Nas sessões em que Laura esteve presente, foi possível observar que a menina despertava em Vilma diversos sentimentos com os quais a mãe apresentava dificuldades em lidar, reagindo de forma agressiva com a filha, tanto física quanto verbalmente. Enquanto Vilma agredia verbalmente a filha ao longo dos atendimentos, Laura sinalizava que queria que sua mãe e seu pai lhe dessem atenção e carinho e, mesmo diante dos pedidos de Laura, Vilma negava-se a dar o carinho e atenção demandados pela filha.

O Sistema Judiciário também havia solicitado que fossem trabalhadas questões relacionadas à parentalidade, em especial, o papel de João no cuidado com as crianças. Em relação a este ponto, é interessante pensar onde estava João na relação familiar. Quando João compareceu às sessões, sua participação foi apenas para indicar que não aguentava mais os conflitos existentes entre Laura e Vilma. Contudo, João mostrava-se omissos em assumir um papel de ajuda na modificação da relação estabelecida entre mãe e filha. Pode-se observar, quanto aos cuidados parentais de João, que devido a sua ausência, a responsabilidade e cuidados com as crianças acabavam por ficarem massivamente na incumbência de Vilma. Esta, ao longo

dos atendimentos, acabou por concordar com a filha, após várias agressões verbais realizadas contra a Laura, que o pai era um “pai ausente” (sic).

Além disso, Vilma havia dito que Laura pedia carinho ao pai, mas este não conseguia ser afetuoso nem mesmo a ela, sua esposa, indicando que havia ali problemas conjugais entre o casal. Esses aspectos, embora elucidados como questões a serem trabalhadas em um processo psicoterapêutico, mostravam-se como algo de difícil elaboração devido à ausência de João nas sessões. A psicoterapeuta chegou a propor à família que fossem realizadas sessões quinzenais a fim de que João pudesse comparecer. Entretanto, a família não conseguiu se organizar para que isso acontecesse.

Ademais, as modificações no *setting* feitas pelo grupo familiar, em que os membros presentes nas sessões se alteravam a cada encontro, somado às faltas e aos conteúdos verbalizados e ilustrados ao longo dos atendimentos podem ser vistas como parte de uma construção da relação transferencial com o grupo (Zuanazzi & Sei, 2014). As dificuldades do grupo familiar em manter um enquadre no *setting* impossibilitaram a continuidade da construção de uma demanda compartilhada e, conseqüentemente, o estabelecimento de um processo psicoterapêutico com o grupo familiar.

## CASO III

### 1 *Dados Gerais*

A família III era composta pela mãe Célia (43 anos), o padrasto Wilson (44 anos), 3 Filhas sendo Carol (15 anos), Ana (11 anos) e Bianca (3 anos). Carol era filha do primeiro casamento de Célia com Willerson e desde que havia nascido residia com a avó Eunice (70 anos). Abaixo segue uma ilustração do genograma familiar (Figura 13) elaborado pela



### 3 Número de atendimentos realizados

Foram realizados oito atendimentos entre os meses de setembro e novembro de 2018, com o grupo familiar, sendo um deles apenas com Célia a fim de discutir questões referentes à parentalidade das crianças. A tabela 3 abaixo apresenta as datas e os membros da família presentes em cada encontro.

Tabela 3

#### **Informações gerais sobre os atendimentos - Caso III**

| <b>Datas</b> | <b>Atividade Realizada</b> | <b>Membros da família que compareceram</b> | <b>da que Observações</b>   |
|--------------|----------------------------|--|---|
| 13/09/2018   | Contato Telefônico         | -  | -   |
| 18/09/2018   | 1º encontro                | Todas                                      | -   |
| 25/09/2018   | 2º encontro                | Todas                                      | Genograma   |
| 02/10/2018   | 3º encontro                | Todas                                      | Linha da vida   |
| 09/10/2018   | -                          | -  | Célia avisou na semana anterior que não poderiam comparecer e pediu para remarcar a sessão.   |
| 16/10/2018   | 4º encontro                | Todas                                      | 30 minutos de atraso. Início do Espaçoograma  |
| 23/10/2018   | -                          | -  | Falta. Avisou 2 horas antes da sessão que não poderiam comparecer, mas não informou o motivo. |
| 30/10/2018   | 5º encontro                | Todas                                      | Finalização do Espaçoograma   |
| 12/11/2018   | 6º encontro                | Todas                                      | Devolutiva  |
| 28/11/2018   | 7º encontro                | Célia                                      | Devolutiva  |
| 03/12/2018   | Contato telefônico         | -  | Célia informou que a família não possuía interesse em continuar a psicoterapia familiar       |

#### 4 *Síntese dos atendimentos*

Célia logo no primeiro encontro disse que havia se casado com o pai de Carol e que quando sua filha tinha menos de um ano de idade, havia se separado de Willerson e ido morar com sua mãe. Quando Carol tinha três anos, havia começado a namorar com o pai de Ana (atual esposo), sendo que com quatro meses de namoro tinha engravidado e havia ido morar com ele. Célia disse que ainda estava grávida quando também se separou do pai de Ana. Quando Ana nasceu, Wilson mudou-se para a Inglaterra e, depois disso, Célia contou que ela fez faculdade e trabalhou.

Quando Wilson voltou da Inglaterra, eles reiniciaram o relacionamento, mas tinha sido uma experiência difícil, pois Ana e Carol não gostavam dele. Ana não o conhecia, já que não havia tido nenhum contato com o pai desde seu nascimento. Célia argumentou que ele nunca havia deixado de se preocupar, de ser pai, que mandava pensão. Nesse momento, Ana apontou “só isso que ele fazia né?”. Célia disse que ele sempre havia se preocupado, ligava, perguntava como estava o desenvolvimento de Ana. Então, quando ele voltou, Ana tinha quatro anos, e Célia e Wilson começaram a namorar e se casaram. Quando eles foram morar juntos, Ana já estava com seis anos. Carol tinha dez anos e continuou morando com a avó Eunice, haja vista ser muito apegada à avó. Relataram que quando Carol estava com cerca de quatro anos, havia visto sua avó Eunice quase vir a falecer em decorrência de alguns problemas de saúde, fazendo com que Carol tivesse optado por ficar com a avó. Carol afirmou que era muito apegada mesmo e que não gostava do padrasto. Célia contou que “até Ana foi muito difícil”, porque não tinha contato com o pai.

Célia disse que quando Carol era pequena, havia voltado a estudar, mas que não possuía maturidade suficiente para cuidar de Carol e acabava passando as noites em bares, deixando Carol aos cuidados de sua mãe Eunice. Segundo Célia, quando havia se casado com o pai de Ana, tinha mais maturidade e tentou ser “mais mãe” para Carol e Ana. Célia disse que sabia

que havia falhado bastante com Carol e que a filha não havia tido nem tanto contato com ela própria e nem com o pai, Willerson.

Célia achava que Wilson pudesse fazer o papel de pai para Carol, mas que talvez ele fosse muito exigente com as meninas. Ana e Carol pediram para Célia falar a verdade, indicando que ele era muito chato e vivia “pegando no pé” das duas. Carol apontou que às vezes ia passar o final de semana na casa da mãe e, mesmo sendo poucos dias, ele já ficava “dando um monte de regras”.

Quando a psicoterapeuta perguntou se a família sabia o porquê de estarem ali, Célia começou a falar que Ana e Carol acusaram seu marido de ter abusado delas. Ana começou a gritar, mas Célia continuou a contar, dizendo que foi estabelecida medida protetiva e que por isso Carol e Ana tiveram que ir morar com a avó materna. Célia relatou que durante esse tempo sua mãe conversou com as meninas, que elas esclareceram que haviam inventado toda a história. Célia apontou que, depois disso, elas contaram a verdade para a psicóloga do judiciário e o esposo havia sido solto.

Célia indicou que, após as filhas denunciarem seu esposo Wilson de tê-las abusado sexualmente, ficou um tempo sem falar com Ana e Carol, pois não entendia porque elas haviam inventado essa denúncia. Célia relatou que suas filhas não imaginavam que o Wilson pudesse ser preso, apenas queriam que Wilson fosse diferente. Carol argumentou que ela e a irmã só queriam que ele mudasse. Ana contou que ele era muito bravo, que batia nela. Célia indicou que ele corrigia, mas às vezes ele era enérgico demais com as meninas.

Célia relatou que visitava o esposo na penitenciária e disse que via que Deus havia o transformado, que ela foi muito forte e continuou firme com ele. Célia apontou que as meninas ainda não tinham encontrado com Wilson, mas que elas iriam ver que ele tinha mudado muito, que era outro homem.

Célia afirmou que queria muito que Carol morasse com ela, mas Carol não queria. Mesmo assim, ela fez Carol se mudar para sua casa porque “todo mundo ficava falando” (sic) que ela tinha que morar com a mãe e não com a avó. Carol disse que não se sentia à vontade morando com Wilson, mas sim apenas com sua mãe e sua irmã Ana. Célia argumentou que sua mãe, a avó das meninas, já estava “de idade” e que não tinha obrigação de cuidar da sua filha. Agora ela estava casada e com mais uma filha, queria ser “mais mãe” para Carol e que talvez tenha errado em trazer a filha sabendo que ela não gostava do padrasto.

Célia indicou que antes o esposo era muito enérgico, rígido com as tarefas, com as aulas de violão da Ana e de ginástica rítmica. Carol apontou que Ana era muito pressionada. Ana relatou que o pai não era assim tão rígido, que ele brigava, deixava-a de castigo, que batia “como um pai bate em um filho”. Na verdade, raramente Wilson batia em Ana, mas deixava-a muito de castigo, sem jogar videogame, sem celular ou sem computador. Célia indicou que também havia mudado, que era “mais mãe” para elas naquele momento, sinalizando para as filhas que dali para frente iria ser diferente, que estava escutando mais as meninas.

Ao longo da confecção dos genogramas, Ana e Carol brigaram e implicaram uma com a outra. Célia disse que as meninas brigavam muito, seja pelo videogame, pelo celular ou por qualquer outra coisa. Ao perguntar a elas como elas achavam que seria quando voltassem a ver Wilson, Ana indicou que iria abraçá-lo e pedir perdão e que tudo seria normal. Carol relatou que seria chato.

No terceiro encontro, ao longo da produção da linha da vida, Ana e Carol discutiram a sessão inteira, trocando ofensas e tendo chegado a se agredir fisicamente. Ao se retirarem da sala de atendimento, Ana e Carol saíram abraçadas e dançando como se nada tivesse acontecido, como se não tivessem se agredido em sessão. Ana e Carol se despediram da psicóloga, dando beijinhos no rosto e dizendo “desculpa qualquer coisa”.

No quarto e quinto encontro, a família confeccionou o espaçograma (Figuras 14 e 15).

Célia nesta sessão não fez nenhum dos desenhos, tendo ficado apenas olhando o que as meninas faziam. Célia ao final da sessão questionou sobre o que ocorreria caso elas não pudessem mais comparecer aos encontros, perguntando se isso prejudicaria o processo.

No quinto encontro, Ana e Carol brigaram novamente, chegando a se chutarem dentro da sala. Ana começou a pedir para sair após terminar o desenho, gritando que queria ir para fora da sala. Célia disse para Ana parar de gritar, já que elas estavam dentro de uma universidade ao que Ana respondeu que a sala era muito fechada. Célia perguntou se na escola Ana ficava gritando, chutando a mesa e pedindo para sair da sala. Após o término da sessão, Ana e Carol saíram brincando uma com a outra, se despediram da psicóloga dizendo “desculpa qualquer coisa”.

No sexto encontro, foi realizada a devolutiva com o grupo familiar para discutir sobre os materiais produzidos por elas ao longo das entrevistas iniciais, possibilitando que a família visualizasse os elementos que destacaram ao representar a genealogia familiar, os espaços da casa e a linha da vida da família. Também foi discutida a necessidade de conversarem com Wilson acerca da denúncia, visto que a família como um todo achava que quando Wilson, a filha Ana e a enteada Carol voltassem a ter contato, tudo seria como antes. Também foi ressaltado que, mesmo não havendo o desejo naquele momento pela psicoterapia, elas deveriam estar atentas aos laços e à relação tanto entre as irmãs, como entre mãe e filhas e entre o pai/padrasto com Ana e Carol.

O sétimo e último encontro, foi realizado apenas com Célia, a fim de discutir os papéis parentais para com Ana e Carol. Foi sinalizada, ademais, a importância de buscarem terapia individual para as meninas, principalmente para Carol, que ao longo dos atendimentos ressaltou que teria interesse em iniciar terapia individual.

## 5 *O uso de recursos no CASO III*

Observou-se que os instrumentos, neste caso, contribuíram para a elucidação da dinâmica, dos conflitos existentes entre as irmãs, bem como possibilitaram observar a relação de Célia com as filhas. A aplicação dos instrumentos também apontou para a dificuldade de Ana em lidar com o fato de ter denunciado, falsamente, o próprio pai por abuso sexual, bem como a dificuldade da família em perceber o quanto a denúncia afetaria a relação entre seus respectivos membros. A seguir estão explicitados os conteúdos que os instrumentos possibilitaram emergir.

- *Genograma*

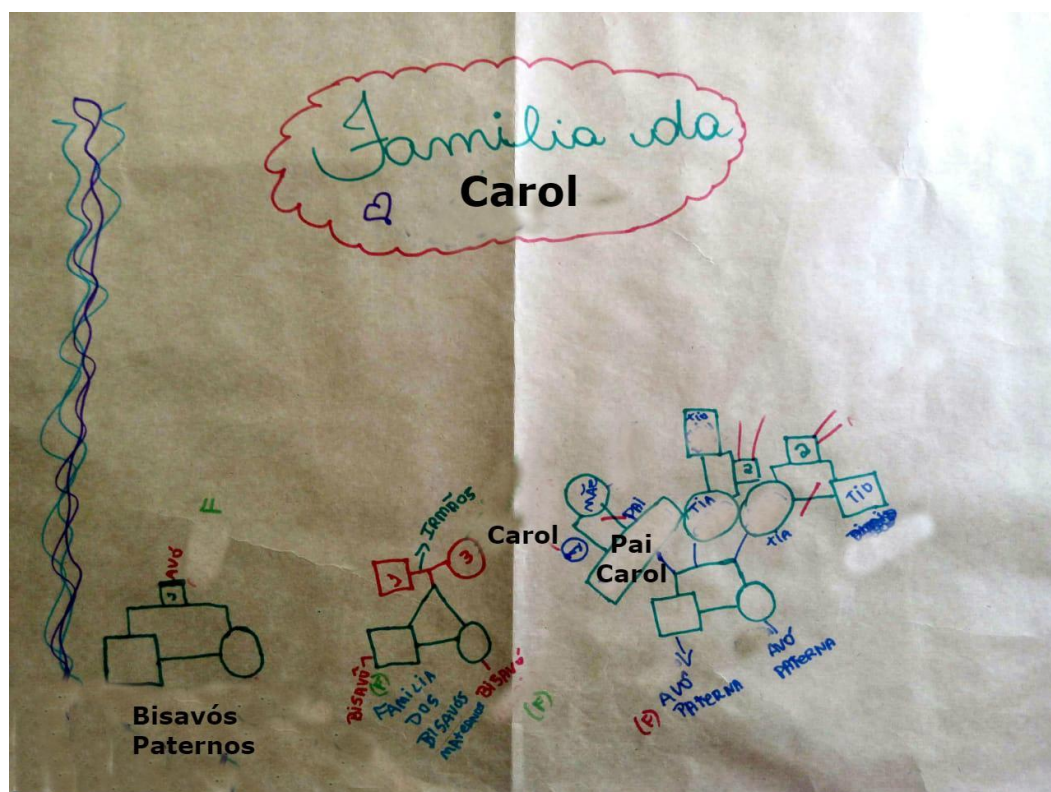
A elaboração do genograma pela família possibilitou perceber quem cada uma considerava como família e suas respectivas vinculações. É importante destacar que, ao iniciarem, Carol e Célia desejaram fazer cada uma “sua parte” da família e afirmaram que depois desejavam conectá-las. Entretanto, Ana sinalizou que faria o genograma da sua família, como se fosse retratar uma família própria, diferente da de Célia e Ana.

No genograma confeccionado por Célia, pode-se observar dificuldades em vincular os filhos como sendo frutos da união dos casamentos, mesmo que tenha sido explicado e demonstrado pela psicoterapeuta como funcionavam as uniões e filiações em um genograma. Célia ilustrou todas as suas filhas no genograma como se estivessem ligadas apenas pelos pais delas, com Ana e Bianca vinculadas apenas a Wilson, e Carol vinculada apenas ao seu pai Willerson.



**Figura 14.** Caso III - Genograma Célia.

Carol desenhou apenas a parte paterna da família, incluindo seus bisavós e avós paternos. Carol destacou o rompimento da união entre sua mãe e seu pai, e ilustrou a si própria como sendo fruto da união dos dois. Contudo, Carol não desenhou suas irmãs e a nova união de sua mãe com Wilson.



**Figura 15.** Caso III - Genograma Carol.



cabelo da irmã, para que ela não colocasse a denúncia e prisão do pai de Ana na linha da vida da família. Célia solicitou que pedissem desculpas à psicoterapeuta pelo comportamento.

Ana indicava que era apenas para colocarem as coisas boas que haviam acontecido, assinalando que não era para Carol colocar aquilo. A psicoterapeuta sinalizou que, às vezes, algumas coisas que não eram boas aconteciam ao longo da vida e que era importante falar sobre elas. Ana se mostrou muito irritada e a psicoterapeuta apontou que não havia problemas em discorrer sobre o que havia ocorrido, que não teria como apagar o fato e que era preciso falar sobre o fato para que elas pudessem elaborar o que havia acontecido. Ana indicou que era para colocar logo o que havia sucedido para que elas pudessem ir embora, tendo tomado a caneta de Carol e tendo ela mesma escrito “mentimos sobre meu pai”.

Ana ficou muito brava e após isso queria ir embora. Levantou-se, abriu a porta, mas não saiu da sala. Fechou a porta batendo-a forte e se sentou novamente. Ana se levantou diversas vezes e ficou chutando as cadeiras e mesas da sala. Ao questionar se havia acontecido mais alguma coisa, Célia escreveu “liberdade esposo” e apontou que isso havia a marcado muito, pois agora ele estava solto e tudo ficaria bem.

- *Espaçograma*

O espaçograma especificamente nos mostrou que Carol não enxergava a sua casa como sendo a casa onde morava sua mãe, irmãos e padrasto. Para ela, sua casa era a residência de sua avó, Eunice, com quem sempre havia vivido.

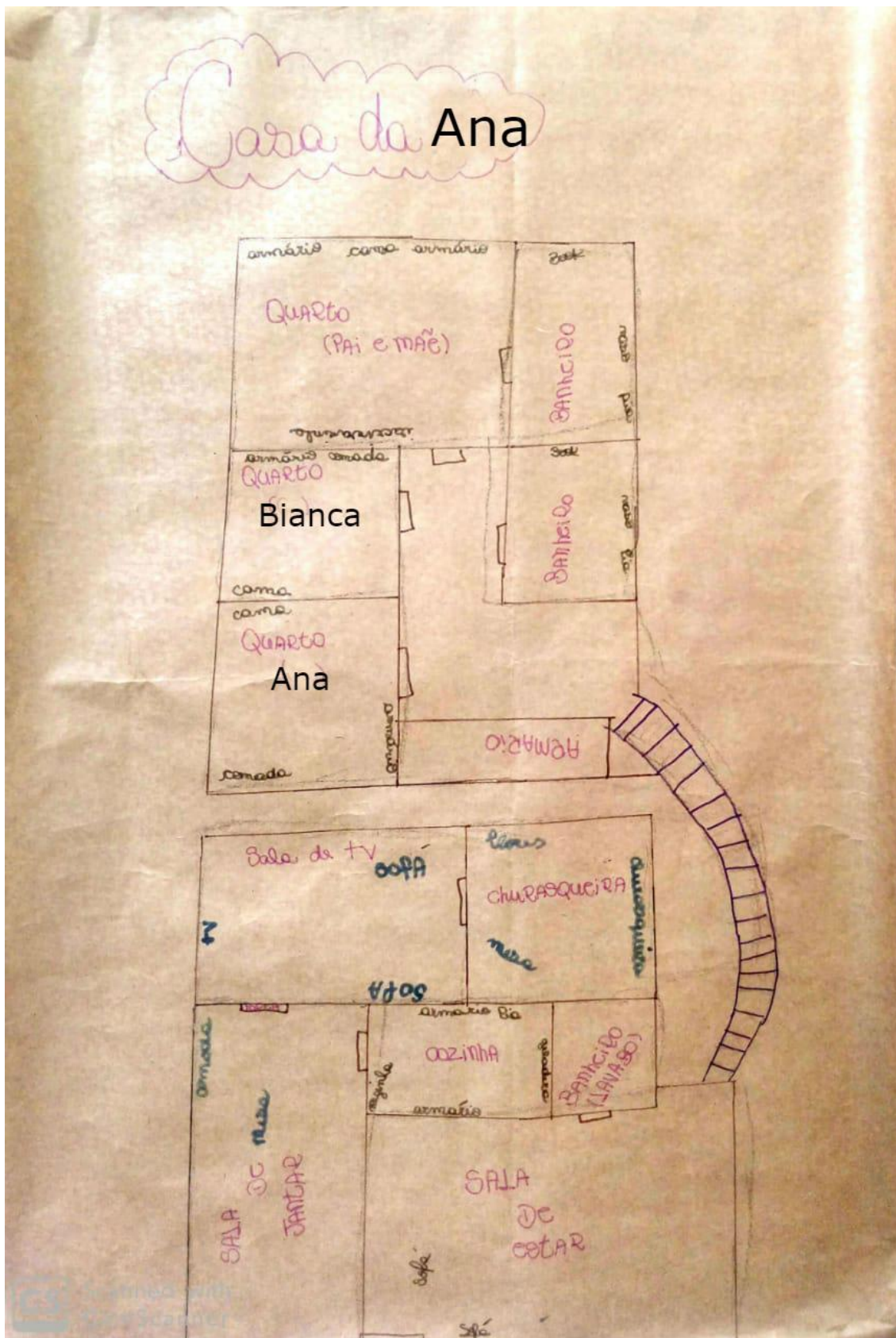
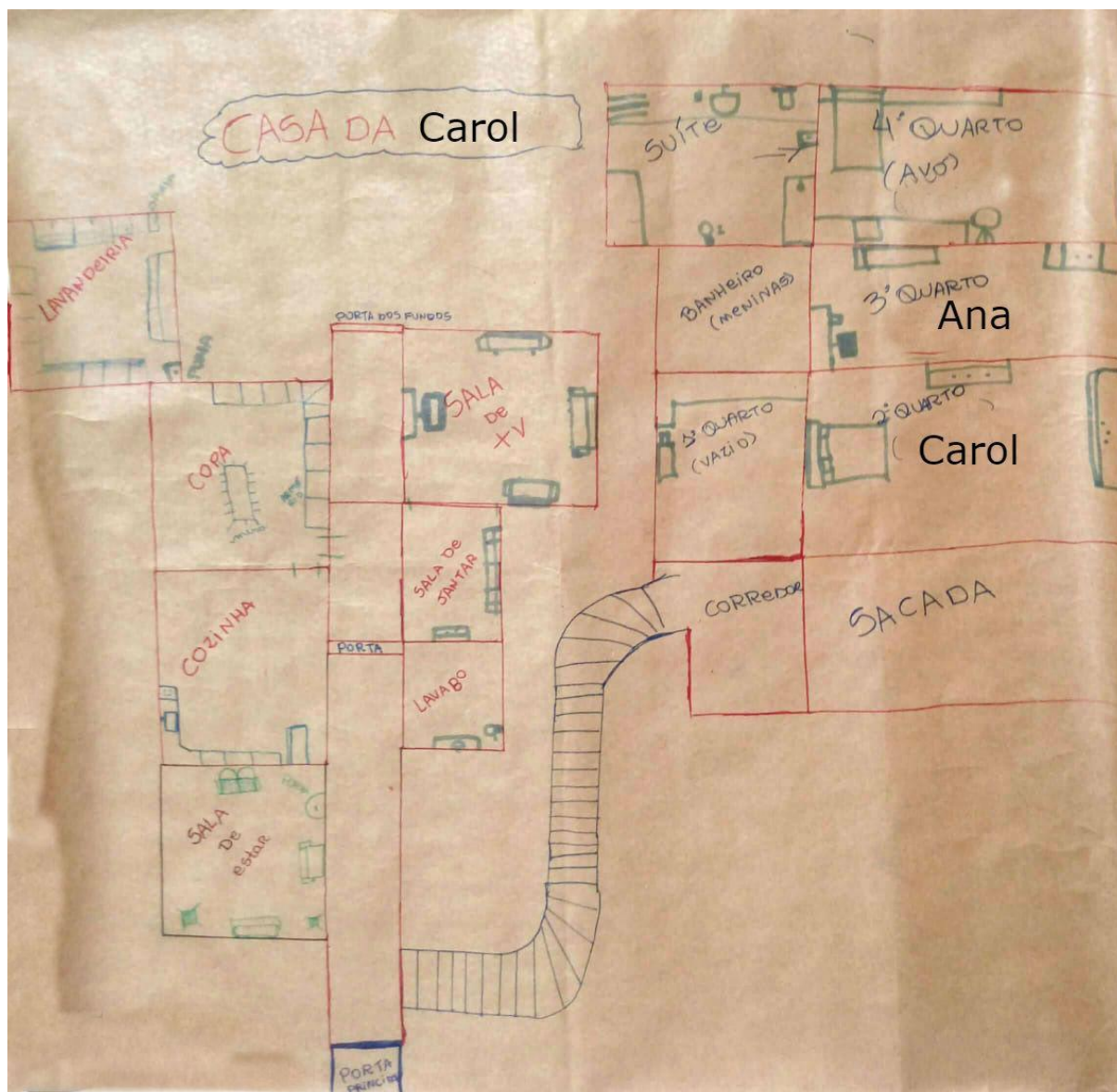


Figura 17. Caso III – Espaço Ana



**Figura 18.** Caso III – Espaço Carol

## 6 Encaminhamentos e finalização do CASO III

Nos dois últimos encontros, foram realizadas devolutivas, primeiramente, com a família e, posteriormente, apenas com Célia. Nas sessões de devolutiva, foram apontados os aspectos da dinâmica familiar, o comportamento agressivo de Ana e Carol nas sessões, a disputa pela atenção de Célia e os papéis dos membros do grupo familiar. A família optou por não prosseguir com os atendimentos. Ana indicou que não gostaria de continuar a psicoterapia familiar e Carol

apontou que gostaria de fazer terapia individual. Célia apenas estava preocupada se o fato de não continuarem com a psicoterapia familiar, poderia prejudicar Wilson em seu processo judicial. Tendo em vista o não desejo de continuar a psicoterapia, a família optou pelo encerramento do processo terapêutico com a família.

### *7 Compreendendo a dinâmica familiar do CASO III*

Célia demonstrava uma preocupação demasiada em como a não implicação dela e das filhas nos atendimentos familiares poderia prejudicar o seu esposo, negando-se a perceber o quanto a sua relação com as filhas e a relação fraterna entre Ana e Carol sinalizavam a necessidade de um cuidado. Ao longo dos encontros, tanto Ana quanto Carol tinham deixado claro que se sentiam negligenciadas afetivamente pela mãe, culpabilizando Wilson, pai de Ana e padrasto de Carol, pela forma como se sentiam.

As irmãs apresentavam uma relação fraterna que ora era de rivalidade, pela disputa pela mãe, e ora era de cumplicidade. Cumplicidade esta que foi capaz de formar um conluio contra Wilson ao ponto de ensaiarem e fazerem um vídeo de como seriam seus depoimentos para a polícia, na tentativa de punir e afastar a figura paterna, e ao mesmo tempo rival, de seu objeto de amor, a mãe. Enriquez (1983) em sua obra “Da horda ao Estado” ao lembrar das histórias de Caim e Abel, Remo e Rômulo, Etéocles e Polinices, ressalta que “uma vez os irmãos reunidos, ressurgem em cada um o desejo de ocupar o lugar do pai destronado, se apropriando de seus poderes” (p. 34). Desta forma, é interessante observar o poder da fratria no caso da família III.

Pode-se pensar que a ação de Ana e Carol, ao realizarem a falsa denúncia de abuso contra o padrasto, não objetivou apenas punir Wilson, mas visou também punir Célia. Além disso, demonstrou a dimensão do lugar que Wilson havia ocupado na vida de Célia, que na hipótese de ter ocorrido um abuso sexual contra as filhas, afastou-se delas, demonstrando-se

convicta de que as filhas estavam mentindo sobre o abuso, ficando ao lado de seu esposo desde o início da apuração da denúncia. Célia relatou ter ficado cerca de dois meses sem falar com as filhas após a denúncia, voltando a conversar e vê-las somente após elas terem afirmado que haviam inventado a denúncia.

É igualmente importante destacar que Ana e Carol explicitavam o desejo de afastar Wilson, pois este impunha regras e estabelecia limites, como horários de dormir, estudar, mexer no celular, entre outros. Assim, além deste ser o objeto de amor e de investimento libidinal da mãe, Wilson representava a figura da Lei, tal como proposta por Freud em “Totem e Tabu” (1913/2012).

Outro ponto importante a ser destacado é que, ao longo dos encontros, em todos os momentos em que Célia ou Carol falaram sobre a denúncia de abuso ou prisão de Wilson, Ana começava a apresentar comportamentos agressivos, sair da sala, bater a porta, agredir sua irmã Carol ou começar a gritar durante o atendimento. Ana, em nenhum momento, estava disposta a falar sobre o ocorrido, e quando questionada sobre como seria a relação com o pai ao reencontrá-lo, afirmava que seria normal, que iria abraçá-lo, pedir desculpas e que a relação com o pai voltaria a ser como antes, sem demonstrar clara dimensão acerca das consequências da denúncia.

Desta forma, os comportamentos agressivos de Ana e Carol, podem ser vistos também como *actings* violentos, que buscavam alertar para as falhas do pré-consciente, mantendo-as enquanto conjuntos intersubjetivos em crise devido às formações intermediárias estarem enfraquecidas (Kaës, 2005). O ato de violência no *setting*, como ressalta Kaës (2005), acaba por evitar que se pense sobre o sofrimento presente nas relações intersubjetivas do grupo familiar, em que o “gritar bem forte, bater, agir, insultar, são as modalidades que colocam a vida psíquica fora do circuito e realizam a exigência do não pensar” (p. 69). E Ana demonstrava

de forma clara seu desejo de não pensar no que havia ocorrido e no sofrimento causado por ela e pela irmã ao inventarem a denúncia contra seu pai.

Ana, durante as sessões, embora reclamasse que o pai era controlador com seus horários, assim como com Carol, também o defendia dizendo que ele era rígido para o bem dela, que ele batia nela “como um pai bate no filho”. Ana afirmava que não era nada demais, que Wilson fazia isso porque queria que ela estudasse e se dedicasse à música. Deixava-a, por outro lado, brincar e jogar videogame após fazer as atividades dela. Esses conteúdos verbalizados por Ana demonstravam o sentimento de culpa, pela tentativa do parricídio simbólico (prisão do pai) orquestrado por ela e pela irmã.

Freud, em “Totem e Tabu” (1913/2012), afirma que, por meio da culpa, surge a “consciência moral”, que possui o objetivo de impedir o assassinato real do pai. O autor ainda destaca a existência de uma certa “consciência tabu” que emerge após um tabu ser violado, gerando uma espécie de “culpa tabu”, a qual não pode ser falada. Ela, ao mesmo tempo em que gera uma “consciência moral”, também pode ser tida como uma “consciência angustiante”, pois é pautada na renúncia do desejo da aniquilação do pai/da Lei. Desta forma, pode-se pensar nos sentimentos que Ana carregava após a tentativa de aniquilação do pai e, conseqüentemente, a culpa, que ao mesmo tempo em que gera uma consciência moral, é intensamente angustiante, por representar a renúncia do desejo primitivo.

### 8 *Demanda do Judiciário x Demanda da família – CASO III*

Em relação à demanda pela psicoterapia familiar no caso III, não apenas Célia havia se afastado de Carol, como o próprio judiciário ao encaminhar a família para a terapia, solicitou que fosse trabalhado o vínculo apenas entre Ana e Célia. Desta forma, houve uma exclusão de Carol não só do núcleo familiar, como também da responsabilidade materna de Célia para com Carol. Assim, aos olhos do judiciário apenas a relação de Ana e Célia deveria ser trabalhada,

mesmo que ambas as filhas tivessem estado envolvidas ativamente da falsa denúncia elaborada contra o pai de Ana. Diante disso, é importante refletir acerca da demanda do judiciário em contraponto com a ausência de demanda da própria família, embora ela apresentasse pontos que poderiam ser trabalhados, especialmente em relação aos vínculos estabelecidos entre mãe e filhas, bem como quanto aos vínculos fraternos.

A despeito da existência de questões emergentes que demandavam uma elaboração, o grupo familiar, principalmente a partir da figura de Célia, não conseguia desvincular os atendimentos familiares da demanda do judiciário e das possíveis implicações que poderiam ocorrer para o esposo Wilson. Diante da impossibilidade de se desligar do mandato e refletir acerca da própria dinâmica familiar, o processo psicoterapêutico torna-se vazio, impossibilitando um espaço de ressignificação dos conteúdos latentes presentes (Rocha, 2012).

#### *OS CASOS E O CONTEXTO: SUAS CONTRIBUIÇÕES, SIMILARIDADES E DIFERENÇAS*

Os casos apresentados nesta dissertação ilustram dois tipos de encaminhamentos advindos do Sistema Judiciário. O primeiro caso trata-se de um encaminhamento feito pelo Ministério Público, já o segundo e terceiro casos foram encaminhados pela Vara da Infância e da Juventude. No caso I, a família encaminhada estava vivenciando o impacto da violência ao qual Sofia havia sido acometida bem como as dificuldades da nova configuração familiar. Contudo, o autor da violência não era um membro do novo enquadre familiar. Tal cenário somado ao fato do grupo familiar estar de acordo com o encaminhamento feito pelo Sistema Judiciário, desligando-se do mandato e não vendo este como uma imposição da Lei, mas sim como um espaço de ressignificação da história familiar (Rocha, 2012), fez com que a família tivesse uma maior implicação nos atendimentos realizados. A família em nenhum momento apresentou questões em relação ao encaminhamento, medos ou angústias acerca do que iria ser retratado ao Sistema Judiciário ou serem penalizados por não comparecerem aos atendimentos,

pois buscavam refletir sobre a sua dinâmica e lidar com os conteúdos que estavam emergindo no grupo familiar.

Entretanto, quando surgiram questões acerca da conjugalidade do casal, indo além da queixa inicial do grupo familiar, cujo paciente identificado tratava-se de Sofia, notou-se certa resistência da família em continuar os atendimentos, com opção de manutenção apenas dos atendimentos individuais de Sofia. Isto, denota a ideia de um pacto denegativo (Kaës, 2014), pois refletir a acerca dos motivos que os levaram a se tornarem um casal poderia levar o casal a uma possível separação.

Já os casos 2 e 3 evidenciam a formação de alianças defensivas e patológicas (Kaës, 2014). Pode-se observar que os membros dos grupos familiares em questão denotam a ideia de uma aliança de negação comum, ao participarem das sessões com o intuito de limpar, justificar, inocentar ou acusar o outro, apresentando outras finalidades que não lidar efetivamente com o sofrimento do grupo e de seus membros. Especificamente o caso 2, ilustra uma família cuja aliança estabelecida por seus membros se dá pela negação em comum aliada a uma aliança psicopatológica destrutiva (Kaës, 2014), em que os autores e as vítimas dos atos tidos como violentos estavam presentes no *setting* terapêutico. Neste caso, para além de Laura ser colocada como paciente identificada, Vilma colocava que, devido aos comportamentos de Laura, ela corria riscos de perder Kaio, demonstrando medo e receio das implicações legais que poderiam acarretar em não reaver a guarda de Kaio. Porém, Vilma demonstrava dificuldades em ver que não era por causa da Laura que ela poderia não reaver a guarda do filho, mas sim pelo próprio pacto em colocar o outro, no caso, sua filha Laura, como responsável pelos acontecimentos que a família estava vivenciando e não assumindo a responsabilidade pelas questões emergentes em sua família que estavam levando não apenas ela a sofrer, mas todo o grupo familiar.

Já no caso 3, embora o suposto agressor não estivesse no *setting* terapêutico, o Sistema Judiciário atuava fortemente como um conteúdo fantasmático (Eiguer, 1995), cuja implicação

ou não do grupo familiar nas entrevistas iniciais poderiam, no imaginário de Célia, acarretar em problemas judiciais para seu esposo Wilson. Este estava respondendo criminalmente à denúncia de um suposto abuso sexual cometido contra a filha Ana e a enteada Carol.

Em relação à denúncia feito por Ana e Carol contra Wilson, pode-se refletir acerca do que Kaës (2014) chama de aliança ofensiva. Desta forma, para além das alianças defensivas estabelecidas pelo grupo familiar para não lidarem com as consequências que o ato da denúncia estava tendo sobre as relações familiares no Caso III, havia também uma aliança ofensiva estabelecida entre Ana e Carol. O objetivo era atacar Wilson, que ocupava o papel de o Pai todo-poderoso autoritário que se opunha às necessidades das filhas (Kaës, 2014). Também a respeito disso, o autor resgata a noção da aliança psicopática de J.P. Pinel, em que esta possui a função de agir violentamente e tem finalidade destrutiva na relação com o outro “usando para isso o meio da coalizão mais ou menos aberta e consciente entre um agente e um cúmplice [...] mudo contra a vítima que sofre a ação violenta” (Pinel *apud* Kaës, 2014, p. 54). Neste caso Carol era vista como a agente e Ana como a cúmplice, visto que Carol era a mais velha e quem não suportava a ideia de morar com o padrasto.

Em todos os casos pode-se observar que, de forma geral, as figuras masculinas se apresentavam ausentes e as figuras femininas estavam sobrecarregadas. No caso 1, embora José estivesse presente no *setting* terapêutico, Maria era não apenas a porta-voz dos problemas que a família estava enfrentando, como era ela a principal responsável nos cuidados com Sofia e os demais filhos, apresentando tamanha sobrecarga física e emocional que teve um início de infarte aos 27 anos.

Já no caso 2, Vilma enfrentara sozinha não apenas a criação de seus filhos, como os problemas que emergiam, pois João nunca estava em casa, nem mesmo para apoiá-la em seu problema com a adicção. No caso 3, as figuras paternas, Willerson pai de Carol e Wilson pai de Ana, ao longo do desenvolvimento das filhas estavam ausentes, mas neste caso, a figura

materna também estava ausente. Por meio dos relatos de Célia quando ambas as filhas nasceram, ela estava envolvida em outras atividades, ficando Ana e Carol sob responsabilidade da avó materna. Célia apenas retomou os cuidados com Ana após casar-se com Wilson e depois de aproximadamente 5 anos, decidiu se reaproximar de sua filha mais velha Carol tentando trazê-la para morar junto com ela. Além das ausências das figuras paternas, da ausência e sobrecarga das figuras maternas nos casos apresentados, pode-se observar que quanto maior a fragilidade destas figuras mais forte é o vínculo fraterno estabelecido. E isso se dá pelo laço fraterno ser uma nova aliança que surge dentro do grupo familiar, que permite aos irmãos formarem um subgrupo e selarem novos pactos entre si, permitindo que não apenas sobrevivam em meio às alianças estabelecidas entre as figuras parentais, bem como atuem ativamente na dinâmica familiar (Kaës, 2014).

Os casos ilustrados neste estudo nos possibilitaram refletir acerca das particularidades e similaridades dos casos encaminhados pelo Sistema Judiciário. Outro ponto importante, é que a estratégia de estudo de casos múltiplos permitiu refletir acerca do contexto em que essas famílias são encaminhadas e a fragilidade dos envoltórios grupais para sustentar a sobrecarga de emoções (Correa, 2003), visto que são famílias cujos vínculos encontram-se fragilizados. Diante disso, refletir sobre o que se passa na dinâmica desses grupos, suas formas de vinculação e as particularidades envolvidas neste contexto permite ilustrar aos psicoterapeutas e técnicos do Judiciário que devem se atentar à demanda do grupo familiar, bem como à possibilidade de se desenvolver um processo psicoterapêutico com estas famílias.

## 8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa objetivou refletir sobre a construção de demanda familiar compartilhada em casos encaminhados pelo Sistema Judiciário, voltando-se o olhar para a dinâmica dessas famílias que chegam encaminhas para a psicoterapia familiar, especificamente neste contexto. Partiu-se do viés psicanalítico, por meio da estratégia de estudo de casos múltiplos, com a finalidade de analisar a dinâmica de diferentes famílias que vivenciaram algum tipo de violência, necessitando da intervenção do Sistema judiciário em suas relações.

A despeito disso, percebeu-se que a participação nas entrevistas iniciais pôde contribuir para o acesso a determinados conteúdos relativos à história e dinâmica familiar, algo favorecido nos casos em que foram utilizados os recursos mediadores. De forma geral, os recursos serviram como elementos mediadores da tensão dos grupos familiares ao longo dos atendimentos e também como ferramentas disparadoras que possibilitaram vir à tona uma riqueza de informações acerca das famílias aqui apresentadas.

Pode-se observar, ao longo dos atendimentos, que as famílias apresentavam determinados limites em relação ao estabelecimento de um processo psicoterapêutico. Notou-se, desta forma, uma indisponibilidade para se implicarem tanto na avaliação inicial como no processo terapêutico, quando se pode construir uma demanda compartilhada da família.

Nota-se que ao longo desta pesquisa doze famílias foram encaminhadas para psicoterapia familiar pelo Sistema Judiciário no período de nove meses, contudo apenas três famílias participaram das entrevistas iniciais com a psicoterapeuta. A resistência somada aos impasses entre os motivos do encaminhamento e os motivos latentes emergentes do grupo familiar demonstram a importância da presença daquele que solicitou o atendimento familiar na sessão de psicoterapia para esclarecer as motivações do encaminhamento do grupo para a psicoterapia familiar, conforme defende Benghozi (2010).

A despeito dos impasses, entende-se que os atendimentos aqui experienciados proporcionaram às famílias um espaço de verbalização e atuação, favorecendo a comunicação de conteúdos cujas famílias apresentavam dificuldades para elaborar. Muitos dos conteúdos emergentes nas entrevistas familiares demonstraram uma intensidade, cujas famílias não estavam dispostas a suportar naquele momento. Como coloca Moguillansky e Nussbaum (2011), a família cujo embasamento narcísico apresenta-se fragilizado, sofre pela ausência de fantasia que dê a ela o sentimento de pertencimento, a fim de que se tenha uma estrutura que sustente os vínculos ao ponto de tolerarem a sobrecarga de emoções. Se os conteúdos elucidados representam algum conflito ou ameaça à permanência do vínculo familiar (Kaës, 2014), há a possibilidade do grupo familiar, por meio das alianças presentes, recalcar o material, originando outros pactos denegativos.

Entretanto, a emersão destes conteúdos também convoca os membros dos grupos familiares a se aterem a questões que demarcavam a fragilidade dos vínculos, bem como o sofrimento dos membros do grupo familiar. Isto faz com que seja dado espaço e permite que de alguma forma os conteúdos antes imersos tenham agora um espaço para nomeação e significação. Faz, assim, com que o que era angustiante, inconsciente ao sujeito ou grupo, possa ser tratado, gerando movimento, possibilitando que o sujeito elabore os conteúdos que até então estavam encobertos.

A emersão de conteúdos, mesmo que a família apresente dificuldades em elaborá-los num primeiro momento, oportuniza que a família trabalhe por meio da linguagem, dando significado aos conteúdos que antes poderiam pairar sobre o discurso da violência. Afinal, aquilo que não é nomeável, é vivenciado pelo corpo, na sua forma bruta e violenta, sem mediação da linguagem, ou seja, sem a possibilidade de elaboração (Enriquez, 1983).

Em relação à transferência e contratransferência no *setting* com as famílias, ressalta-se que a presente pesquisadora frequentemente se sentia como um braço do Estado, haja vista que

as famílias constantemente colocavam a psicoterapeuta como agente fiscalizadora atuando, muitas vezes, como representante tanto da lei simbólica quanto da lei social. Tal fato implicava na fantasmática de conteúdos familiares causadores de extrema angústia tanto para a família quanto para a psicoterapeuta, dificultando o estabelecimento do processo psicoterapêutico.

Por fim, aponta-se, como limites deste estudo, o número pequeno de famílias que efetivamente participaram das sessões. Além disso, tem-se a regionalidade dos casos, haja vista que se configuram como famílias atendidas em um único serviço de psicologia. Neste sentido, acredita-se ser pertinente o desenvolvimento de estudos semelhantes em outros serviços de atendimento a casais e famílias que recebem o público encaminhado pelo Sistema Judiciário, como o intuito de discutir o lugar dos encaminhamentos realizados e quais podem ser as estratégias de intervenção desenvolvidas com tais pessoas.

## 9. REFERÊNCIAS

- Aulagnier, P. C. (1975). *A Violência da Interpretação: do pictograma ao enunciado*. Rio de Janeiro, RJ: Imago.
- Araújo, M. F. (2002). Violência e abuso sexual na família. *Psicologia em Estudo*, 7(2), 3-11. <https://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722002000200002>
- Benetti, S. P. C. (2006). Conflito conjugal: impacto no desenvolvimento psicológico da criança e do adolescente. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 19(2), 261-268. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-79722006000200012>.
- Benghozi, P. (2010). *Malhagem, filiação e afiliação – Psicanálise dos vínculos: Casal, família, grupo, instituição e campo social*. São Paulo, SP: Vetor.
- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Recuperado de: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)
- Benghozi, P., Féres-Carneiro, T. (2001). Laço fraterno e continente fraterno como sustentação do laço genealógico. In T. Féres-Carneiro (Org.), *Casamento e família: Do social à clínica* (pp. 112-118). Paulo de Frontin, RJ: Nau.
- Correa, O. B. R. (2000). Eclosão dos vínculos genealógicos e transmissão psíquica. In: O. B. R. Correa (Org.). *Os avatares da transmissão psíquica geracional* (pp. 61-72). São Paulo, SP: Escuta.
- Correa, O. B. R. (2002). A instituição família na tecelagem vincular. In O. B. R. Correa (Org.), *Vínculos e instituições: uma escuta psicanalítica*. (pp. 67-84). São Paulo, SP: Escuta.
- Correa, O. B. R. (2003). Transmissão psíquica entre as gerações. *Psicologia USP*, 14(3), 35-45. <https://doi.org/10.1590/S0103-65642003000300004>
- Correa, O. B. R. (2007). O transgeracional na violência intrafamiliar. In: O. B. R. Correa (Org.), *Grupo familiar e psicanálise: ressonâncias clínicas* (pp. 53-67). São Paulo, SP: Vetor.
- Day, V. P., Telles, L. E. B., Zoratto, P. H., Azambuja, M. R. F., Machado, D. A., Silveira, M.B., Blank, P. (2003). Violência doméstica e suas diferentes manifestações. *Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul*, 25(1), 9-21. <https://dx.doi.org/10.1590/S0101-81082003000400003>
- D'Allones, C. R. (2004). Psicologia clínica e procedimento clínico. In: A. Giarni, & M. Plaza (eds.), *Os procedimentos clínicos nas ciências humanas: documentos, métodos, problemas*. (pp. 17-34). São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.
- Dominicis, G. V. M. (2019). Técnicas mediadoras em psicanálise de casal e família. In: R. Kerbauy, M. B. Bartilotti, & G. V. M. Dominicis (orgs.), *Laços possíveis: experiências clínicas com casais e famílias* (pp. 243-254). São Paulo, SP: Aller.
- Eiguer, A. (1985). *Um divã para a família: Do modelo grupal à terapia familiar psicanalítica*. Porto Alegre, RS: Artes Médicas.

- Eiguer, A. (1995). *O parentesco fantasmático: transferência e contratransferência em terapia familiar psicanalítica*. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.
- Enriquez, E. (1983). *Da horda ao Estado. Psicanálise do vínculo social*. Rio de Janeiro, Zahar.
- Figueiredo, A. C. (2004). A construção do caso clínico: uma contribuição da psicanálise à psicopatologia e à saúde mental. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 7(1), 75-86. <https://doi.org/10.1590/1415-47142004001006>
- Foucault, M. (1996). *Vigiar e Punir – História da violência nas prisões*. 14a.ed. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Franco, R. S., & Sei, M. B. (2015). O uso do genograma na psicoterapia psicanalítica familiar. *Geraiis: Revista Interinstitucional de Psicologia*, 8(2), 399-414. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/gerais/v8n2/v8n2a09.pdf>.
- Franco, R. S., Almeida, M. C. S., & Sei, M. B. (2016). Recursos artístico-expressivos na terapia familiar: um estudo teórico-clínico. *Revista de Psicologia da UNESP*, 15(1), 40-52. Recuperado em 29 de julho de 2019, de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/revpsico/v15n1/a04.pdf>
- Freud, S. (2006). O mal-estar na civilização. In *Edição Standard das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (pp. 67-150). (J. Salomão, trad., Vol. 21). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Original publicado em 1930).
- Freud, S. (2006). Sobre o narcisismo: uma introdução. In *Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, trad., Vol. 14, pp. 75-113). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Original publicado em 1914).
- Freud, S. (2006). Totem e Tabu. In *Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, trad., Vol. 13, pp. 13-168). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Original publicado em 1913[1912]).
- Granjon, E. (2001). A Elaboração do tempo genealógico no espaço do tratamento da terapia familiar psicanalítica. In O. B. R. Correa (Org.), *Os avatares da transmissão psíquica geracional*. (pp. 17-43). São Paulo, SP: Escuta.
- Kaës, R. (1998). Os dispositivos psicanalíticos e as incidências da geração. In: A. Eiguer (org.), *A transmissão do psiquismo entre gerações: enfoque em terapia familiar psicanalítica* (pp. 5-19). São Paulo, SP: Unimarco Editora.
- Kaës, R. (2001). *Transmissão da vida psíquica entre gerações*. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.
- Kaës, R. (2005). *Os espaços psíquicos comuns e partilhados: transmissão e negatividade*. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.
- Kaës, R. (2011). *Um singular plural: a psicanálise à prova do grupo*. São Paulo, SP: Edições Loyola.
- Kaës, R. (2014). *Alianças inconscientes*. São Paulo, SP: Ideias & Letras.

- Kaltiala-Heino, R., Laippala, P., & Salokangas, R. K. (1997). Impact of coercion on treatment outcome. *International Journal of Law and Psychiatry*, 20(3), 311-322. <http://dx.doi.org/9347394>
- Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Recuperado de: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8069.htm#art266](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266)
- Leitão, I. B. (2018). A construção do estudo de caso em psicanálise: revisão de literatura. *Contextos Clínicos*, 11(3), 410-424. <https://dx.doi.org/10.4013/ctc.2018.113.11>
- Koller, S. H., & Antoni, C. (2004). Violência intrafamiliar: uma visão ecológica. In: S. H. Koller (org), *Ecologia do desenvolvimento humano: pesquisa e intervenção no Brasil* (pp. 47-61). São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.
- Macedo, R. M. (1994). A família do ponto de vista psicológico: lugar seguro para crescer?. *Caderno Pesquisa*, (91), 62-68. Recuperado em 10 de junho de 2019, de <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/877/883>.
- Macedo, M. M. K., & Dockhorn, C. N. B. F. (2015). Psicanálise, pesquisa e universidade: labor da especificidade e do rigor. *Perspectivas em Psicologia: Revista de Psicologia y Ciencias Afines*, 12(2), 82-90. Recuperado em 07 de fevereiro de 2020, de <http://www.seadpsi.com.ar/revistas/index.php/pep/article/view/10/pdf>.
- Machado, R. N., Féres-Carneiro, T., & Magalhães, A. S. (2008). Demanda clínica em psicoterapia de família: Arte-Diagnóstico Familiar como instrumento facilitador. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, 18(41), 555-566. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-863X2008000300011>
- Machado, R. N., Féres-Carneiro, T. & Magalhães, A. S. (2011). Entrevistas preliminares em psicoterapia de família: construção da demanda compartilhada. *Revista Mal Estar e Subjetividade*, 11(2), 669-699. Recuperado em 07 de junho de 2018, de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1518-61482011000200009&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482011000200009&lng=pt&tlng=pt).
- Magalhães, A. S., & Féres-Carneiro, T. (2009). Conquistando a herança: sobre o papel da transmissão psíquica familiar no processo de subjetivação. In: T. Féres-Carneiro (org.), *Família e casal: efeitos da contemporaneidade*. (pp. 24-32). Rio de Janeiro, RJ: PUC-Rio.
- Mezan, R. (2002). *Subjetividades Contemporâneas. Interfaces da psicanálise*. São Paulo, SP: Companhia das Letras.
- Mezan, R. (1994). Pesquisa teórica em psicanálise. *Revista Psicanálise e Universidade*, 2, 51-75.
- Ministério da Saúde (2001). Violência intrafamiliar: orientações para prática em serviço. *Secretaria de Políticas de Saúde. Brasília*. Recuperado de [http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd05\\_19.pdf](http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd05_19.pdf)

- Moguillansky, R., & Nussbaum, S. (2011). Psicanálise vincular – Teoria e clínica. *A clínica das famílias que carecem de uma sustentação narcísica* (vol. 2, pp. 208-211). São Paulo, SP: Zagadoni Editora.
- Passos, M. C. (2009). Nem tudo que muda, muda tudo: um estudo sobre as funções da família. In: Feres-Carneiro, T. (org.), *Família e casal: efeitos da contemporaneidade* (p. 11-23). Rio de Janeiro, RJ: PUC-Rio.
- Poletto, M., Kristensen, C., Grassi-Oliveira, R., & Boeckel, M. (2015). Uso da técnica da linha de vida em terapia familiar sistêmica cognitivo-comportamental. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 17(1), 68-80. <https://doi.org/10.31505/rbtcc.v17i1.773>
- Rosa, M. D. (2004). A pesquisa psicanalítica dos fenômenos sociais e políticos: metodologia e fundamentação teórica. *Revista Mal-estar e Subjetividade*, 4(2), 329-348. Recuperado em 10 de junho de 2019, de <https://periodicos.unifor.br/rmes/article/download/1509/3464>.
- Safra, G. (1993). O uso de material clínico na pesquisa psicanalítica. In: M. E. L. Silva (Org.), *Investigação e psicanálise* (pp. 119-132). Campinas, SP: Papirus.
- Sei, M. B. (2008). Abrindo espaço para o ser: Winnicott e a ludoterapia no contexto da violência familiar. *Psychê*, 12(22), 199-214. Recuperado em 01 de junho de 2019, de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-11382008000100015&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-11382008000100015&lng=pt&tlng=pt).
- Sei, M. B. (2009). *Arteterapia com famílias e psicanálise winnicottiana: construção de uma proposta de intervenção em instituição de atendimento à violência familiar*. Tese de doutorado. Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Sei, M. B., & Gomes, I. C. (2007). Violência familiar, o transgeracional e a arteterapia com famílias: Aproximações. *Encontro: Revista de Psicologia*, 11(16), 133-140. Recuperado em 29 de setembro de 2019, de <http://revista.pgsskroton.com.br/index.php/renc/article/view/2564/2448>
- Sei, M. B., & Paiva, M. L. D. S. C. (2011). Grupo de supervisão em Psicologia e a função de holding do supervisor. *Psicologia Ensino & Formação*, 2(1), 9-20. Recuperado em 29 de setembro de 2019, de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/pef/v2n1/02.pdf>
- Stake, R. (2005). Case Studies. In: N. Denzin, & T. Lincoln (Orgs.), *Handbook of Qualitative Research* (pp. 108-132). London: Sage.
- Vacheret, C. (2015). O grupo, o objeto mediador e o acesso ao pensamento metafórico. In: C. C. Abud (Org.), *A subjetividade nos grupos e Instituições: constituição, mediação e mudança* (pp. 81-113). Lisboa: Chiado Books.
- Verztman, J. (2009). A estratégia de estudo de casos múltiplos na pesquisa clínica em psicanálise. *Colóquio Internacional sobre o Método Clínico. Anais do Colóquio Internacional sobre o Método Clínico* (pp. 5-10). São Paulo, SP: Escuta

- Verztman, J. S. (2013). Estudo psicanalítico de casos clínicos múltiplos. In A. M. Nicolaci-da-Costa, & D. R. Romão-Dias (Orgs.), *Qualidade faz diferença: métodos qualitativos para a pesquisa em psicologia e áreas afins* (pp. 67-92). Rio de Janeiro, RJ: Loyola.
- Winnicott, D. W. (2000). A preocupação materna primária. In: D. W. Winnicott, *Da pediatria à psicanálise: obras escolhidas* (pp. 399-405). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Original publicado em 1956)
- Winnicott, D. W. (2000). O ódio na contratransferência. In: D. W. Winnicott, *Da pediatria à psicanálise: obras escolhidas* (pp. 277-287). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Original publicado em 1947).
- Yin, R. K. (2005). *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 3. ed. Porto Alegre, RS: Bookman.
- Ziviani, C., Féres-Carneiro, T., & Magalhães, A. S. (2012). Pai e mãe na conjugalidade: aspectos conceituais e validação de construto. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, 22(52), 165-176. <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-863X2012000200003>

**ANEXOS**

## ANEXO A

## Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

**“A clínica psicanalítica no contexto institucional: o terapeuta, as intervenções e a avaliação do serviço”**

Prezado(a) Senhor(a):

Gostaríamos de convidá-lo (a) para participar da pesquisa **“A clínica psicanalítica no contexto institucional: o terapeuta, as intervenções e a avaliação do serviço”**, a ser realizada na **Clínica Psicológica da UEL**. O objetivo da pesquisa é investigar os processos e fenômenos implicados nas modalidades de atendimento psicológico oferecidas pela Clínica Psicológica da UEL de maneira a aprimorar o serviço oferecido à população. Sua participação é muito importante e ela se daria por meio da sua participação no atendimento psicológico oferecido pela Clínica Psicológica da UEL.

Esclarecemos que sua participação é totalmente voluntária, podendo você: recusar-se a participar, ou mesmo desistir a qualquer momento, sem que isto acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa. Esclarecemos, também, que suas informações serão utilizadas somente para os fins desta e de futuras pesquisas e serão tratadas com o mais absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar a sua identidade.

Esclarecemos ainda, que você não pagará e nem será remunerado(a) por sua participação. Garantimos, no entanto, que todas as despesas decorrentes da pesquisa serão ressarcidas, quando devidas e decorrentes especificamente de sua participação.

Os benefícios esperados são o aprimoramento das intervenções terapêuticas de orientação psicanalítica realizadas no contexto institucional. Portanto, seu consentimento de participação poderá fornecer benefícios importantes para o avanço no campo das ciências em Psicologia, principalmente no que concerne a formação clínica para o atendimento em serviços-escola de psicologia. Quanto aos riscos, estes estão relacionados principalmente ao fato de o senhor(a) sentir que não está obtendo benefícios de seu tratamento. Neste caso, a sua participação poderá ser encerrada, com o encaminhamento, caso haja interesse, para outro tipo de intervenção psicológica disponível na Clínica Psicológica da UEL.

Caso você tenha dúvidas ou necessite de maiores esclarecimentos poderá nos contatar, por meio de contato com a pesquisadora responsável, Maíra Bonafé Sei (CRP 06/69177 IS/PR 281), Clínica Psicológica da UEL - Centro de Ciências Biológicas - Universidade Estadual de Londrina - Rodovia Celso Garcia Cid (PR 445), Km 380 - Campus Universitário, (43) 33714237 ou (43) 9.9900-4539, mairabonafe@gmail.com, ou procurar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da Universidade Estadual de Londrina, situado junto ao LABESC – Laboratório Escola, no Campus Universitário, telefone 3371-5455, e-mail: [cep268@uel.br](mailto:cep268@uel.br).

Este termo deverá ser preenchido em duas vias de igual teor, sendo uma delas devidamente preenchida, assinada e entregue a você.

Londrina, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 201\_.

\_\_\_\_\_  
**Maíra Bonafé Sei**  
 CRP 06/69177 IS/PR 281

\_\_\_\_\_  
 (NOME POR EXTENSO DO PARTICIPANTE DA PESQUISA), tendo sido devidamente esclarecido sobre os procedimentos da pesquisa, concordo em participar **voluntariamente** da pesquisa descrita acima.

Assinatura (ou impressão dactiloscópica): \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_\_

Obs.: Caso o participante da pesquisa seja menor de idade, o texto deve estar voltado para os pais e deve ser incluído ainda, campo para assinatura do menor e do responsável.